



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA
PPGSCA**

TESE DE DOUTORADO

Manaus Morena: tecendo os fios de gênero com a cidade afetiva

Doutoranda: Alessandra do Amaral Sales
Orientadora: Profa. Dra. Iraildes Caldas Torres

Manaus/ AM

2022

ALESSANDRA DO AMARAL SALES

Manaus Morena: tecendo os fios de gênero com a cidade afetiva

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para a obtenção do título de doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa1- Sistemas Simbólicos e Manifestações Socioculturais na Amazônia, sob a orientação da professora doutora Iraildes Caldas Torres.

Manaus/AM

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S163m Sales, Alessandra do Amaral
Manaus Morena: tecendo os fios de gênero com a cidade afetiva /
Alessandra do Amaral Sales . 2022
153 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Dra. Iraildes Caldas Torres
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Mulheres. 2. Cidade Afetiva. 3. Manaus. 4. Movimento de
Moradia. I. Torres, Dra. Iraildes Caldas. II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título

ALESSANDRA DO AMARAL SALES

Manaus Morena: tecendo os fios de gênero com a cidade afetiva

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para a obtenção do título de doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa1- Sistemas Simbólicos e Manifestações Socioculturais na Amazônia, sob a orientação da professora doutora Iraildes Caldas Torres.

Aprovado em__de _____de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Iraildes Caldas Torres – UFAM
Presidente

Prof^a Dra. Márcia Maria de Oliveira - UFRR
Membro

Prof. Dr. Yomarley Lopes Holanda – UEA
Membro

Prof. Dr. Marcos Castro de Lima - UFAM
Membro

Prof. Dr.Michel Justamand – UFAM
Membro

Dedicatória

A todas as mulheres que se dedicam a lutar por uma cidade mais justa e igualitária na Amazônia.

À minha mãe Semíramis e ao meu pai Edvar (in memoriam) que se forjaram na resistência para garantir um mundo melhor para seus filhos.

Aos meus filhos Isabela, Victória, Otton e Yasmin que entre ausências e dificuldades estiveram perto de mim e não deixaram o medo me abater.

Aos meus irmãos Cristiane, Perla, Fabíola e Célio que, apesar das diferenças, se encontram nas entrelinhas dessa pesquisa.

Ao meu amor, Iandra Barroso, que segurou a minha mão, afagou meu coração e me deu forças para não desistir.

Ao Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira que através de seu olhar apaixonado pela cidade de Manaus, me ajudou a construir a ideia central deste estudo (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Ao Meu Deus por ter me dado forças e me colocado no colo nos momentos mais difíceis;

Aos meus orixás por me fortalecerem e intercederam por mim nessa caminhada;

Aqueles que deram sentido à minha vida e que me inspiram a ser melhor todos os dias: meus filhos Isabela, Victória e Otton Gabriel, que entenderam a importância desse momento e abriram mão dos “momentos em família” para que a produção acontecesse;

Aos meus pais, Semíramis e Edvar (in memoriam) que na sua simplicidade me ensinaram o valor da educação e me guiaram para que eu chegasse até aqui. Minha mãe, mulher guerreira, forte que tem enfrentado a luta pela vida como uma fortaleza, mostrando a cada dia que, apesar das doenças que lhe acometeram e que se agravaram na pandemia da Covid-19, é necessário sorrir para a vida e ser grato por todas as experiências adquiridas. Por tudo que ensinou a mim, a meus irmãos e aos seus netos, a senhora minha mãe, toda o meu amor e gratidão;

Aos meus amores, Iandra Barroso e Yasmin Pamela, que entraram em minha vida no meio do percurso acadêmico e que seguraram a minha mão, me deram apoio e me ajudaram a construir essa caminhada;

Aos meus irmãos, Célio, Cristiane, Perla e Fabíola que dividiram comigo nesse percurso tantos momentos difíceis e que me ensinaram que, independentemente de nossos credos, a fé era fundamental;

À minha amiga e orientadora Dra. Iraíldes Caldas Torres, que em nenhum momento deixou de acreditar que eu era capaz, confiando no meu potencial e na minha capacidade de superação sempre. Por ter segurado a minha mão e me conduzido com rigor e ternura nas sendas da pesquisa, pelos rios imaginários da afetividade das mulheres do movimento de moradia e que nesse percurso, tornou-se além de minha orientadora, uma grande amiga. A ela minha gratidão eterna;

Aos membros da minha banca de qualificação, professores Dr. Michel Justamand, Dr. Yomarley Lopes Holanda e Profa. Dra. Lidiany de Lima Cavalcante, que com extremo zelo contribuíram para o aprimoramento do resultado desta pesquisa;

À Secretaria Municipal de Educação de Manaus – SEMED por me conceder licença para os estudos doutorais, acreditando no meu potencial e na necessidade de investimento nos profissionais que fazem a educação da cidade;

As amigas da Secretaria Municipal de Educação, irmãs que a vida me proporcionou e que estiveram comigo nesta trajetória formativa, em especial, Ana Alice Gonçalves, Márcia Langbeck, Mara Tereza de Assis e Maria Josélia Amaral de Menezes;

Aos amigos do Hospital e Pronto Socorro da Criança Zona Sul, em especial, os assistentes sociais Maria de Lourdes Vale da Costa, Aparecida Nascente e Cleverton Lopes pela paciência e por dividirem comigo as angústias e os plantões durante esse tempo de produção doutoral;

Aos amigos Adson Bulhões e Valcirlene Bruce que dividiram comigo as angústias da escrita e da reflexão doutoral, me dando a mão e o apoio necessário;

Aos amigos da Divisão Distrital da Zona Oeste, em especial, a profa. Guiana Moreira, aos professores Fernando Alessandro da Silva e Alexandro Maquiné da Silva que compreenderam a necessidade e a importância dessa produção acadêmica, dividindo comigo as angústias de ser mulher, trabalhadora e estudante no Brasil e torcendo pelo meu sucesso;

Aos amigos feitos no decorrer dessa empreitada acadêmica, que transformaram-se na “melhor turma de doutorado da UFAM” segurando a minha mão, me dando força, apoio e carinho mesmo quando nem eu acreditava mais em mim: Janaina, Sidney, Vania, Leonor, Sandra, José Lino, Joristela, Lupuna, Marcos, Maria do Carmo, Maria Ferreira, Marlene de Deus, Shigeaki, Fanuel, Ghislaine, Daniela e Erika;

À todas as mulheres do movimento de moradia que constroem a luta pelo direito à cidade em Manaus;

Aos meus colegas do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder - GEPOS que compartilharam comigo pesquisas, estudos e palavras de incentivo contribuindo com o meu fortalecimento como pesquisadora, em especial, Elisiane Andrade, Ana Paula Dias, Naia Guerreiro, Caroline, Rayane Viana, Felipe e aos amigos que fizeram sua passagem de forma abrupta e inesperada, Marcos Braga (in memoriam), e Milton Melo (in memoriam);

Ao meu amigo e secretário do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Johnny Fernandes, pelo apoio, orientações e acolhida durante todo o processo formativo;

A UFAM, minha eterna casa de formação. Aquela que me acolheu, me reinventou, me fez ser transgressora e me adotou como pesquisadora;

A todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia que contribuíram, fundamentalmente, para a minha formação. A vocês meus agradecimentos auspiciosos;

A todos que direta e indiretamente contribuíram para que eu pudesse chegar a este momento, minha gratidão!

Amazônidas

*Somos filhas da ribanceira
Netas de velhas benzedadeiras,
Deusas da mata molhada,
Temos no urucum a pele encarnada.*

*Lavando roupa no rio, lavadeiras,
No corpo o gingado de carimbozeiras,
Temos a força da onça pintada,
Lutamos pela aldeia amada.*

*Mas, viver na cidade não tira o direito de ser,
Nação, ancestralidade, sabedoria, cultura,
Somos filhas de Nhanderú, Senerú, Nhandecy
O Brasil começou bem aqui...*

*Não nos sentimos aculturadas,
Temos a memória acesa,
E vivemos na certeza de que nossa aldeia
Resistirá sempre ao preconceito do invasor,
Somos a voz que ecoa. Resistência? Sim senhor!*

(Márcia Wayna Kambeba)



Figura 1: Desocupação de terreno no bairro Lagoa Azul em Manaus - A Crítica 10.03.2008
Fonte: Portal Amazônia Real - Foto de Luiz de Vasconcelos

RESUMO

Este estudo assume o propósito de verificar de que maneira foi sendo construída a cidade de Manaus, dando ênfase às práticas contra hegemônicas das mulheres do movimento de moradia. No enfoque dos processos socioculturais da Amazônia esta pesquisa é tecida com os fios da interdisciplinaridade, sob uma inspiração rizomática, ancorada na temática de gênero e estabelecendo diálogo com a Antropologia Social, a História, a Geografia Humana e a Sociologia. O trabalho de campo concentrou-se numa amostra dos movimentos de moradia organizados na cidade de Manaus, território onde as mulheres estabelecem suas vivências e experiências cotidianas, sejam elas individuais ou coletivas. Nesse processo a cidade se apresenta além da concretude e vicissitudes do espaço arquitetônico e urbanístico, ela é percebida como resultado das relações que se estabelecem entre as pessoas que nela vivem e com os aspectos afetivos que fazem com que essas pessoas mantenham vínculo com o lugar. A metodologia, ancorada em uma perspectiva dialógica do conhecimento, assumiu as orientações das abordagens qualitativas, numa construção dialógica entre a empiria e as teorias. Os procedimentos técnico-operativos concentraram-se na entrevista profunda com os recursos de imagens, poemas e canções. Dentre os múltiplos resultados ficou patente o fato de que as mulheres amazônidas impuseram sua presença na cidade a partir de rotas de fuga, em uma posição visivelmente transgressora. Mostra também que elas são as grandes tecelãs da arquitetura simbólica da cidade de Manaus. Por fim, deve-se reconhecer que as mulheres, ao mesmo tempo que lutam pelo direito à moradia/cidade em seus coletivos, encontram-se em uma constante poiesis, forjando-se a si mesmas como constructos sociais.

Palavras-chave: Mulheres. Cidade Afetiva. Manaus. Movimento de Moradia.

ABSTRACT

This study assumes the purpose of verifying how the city of Manaus was built, emphasizing the counter-hegemonic practices of women in the housing movement. Focusing on the socio-cultural processes of the Amazon, this research is woven with the threads of interdisciplinarity, under a rhizomatic inspiration, anchored in the theme of gender and establishing dialogues with Social Anthropology, history, Human Geography and Sociology. The fieldwork focused on a sample of housing movements organized in the city of Manaus, a territory where women establish their daily lives and experiences, whether individual or collective. In this process the city is presented beyond the concreteness and vicissitudes of the architectural and urban space, it is perceived as a result of the relationships that are established between habitants and with the affective aspects that make these people maintain a bond with the place. The methodology, anchored in a dialogical perspective of knowledge, assumed the orientations of qualitative approaches, in a dialogical construction between empiricism and theories. The technical-operative procedures focused on the in-depth interview with the resources of images, poems and songs. Among the multiple results was the fact that amazônidas women imposed their presence on the city from scape routes, in a visibly transgressive position. It also shows that they are the great weavers of Manaus' symbolic architecture. Finally, it should be recognized that women, while fighting for the right to housing/city in their collectives, are in a constant poiesis, forging themselves as social constructs.

Keywords: Mulheres. Affective city. Manaus. Housing movement.

RÉSUMÉ

Cette étude vise à vérifier comment la ville de Manaós a été construite, en mettant l'accent sur les pratiques anti-hégémoniques des femmes du mouvement du logement. Dans l'approche des processus socioculturels de l'Amazonie, cette recherche est tissée avec les fils de l'interdisciplinarité, sous une inspiration rhizomatique, ancrée dans la thématique du genre et établissant un dialogue avec l'Anthropologie sociale, l'Histoire, la Géographie Humaine et la Sociologie. Le travail sur le terrain s'est concentré sur un échantillon des mouvements de logements organisés dans la ville de Manaós, territoire où les femmes établissent leurs expériences et leurs expériences quotidiennes, qu'elles soient individuelles ou collectives. Dans ce processus, la ville se présente au-delà de la concrétude et des vicissitudes de l'espace architectural et urbanistique, Elle est perçue comme le résultat des relations qui s'établissent entre les personnes qui y vivent et avec les aspects affectifs qui font que ces personnes maintiennent un lien avec le lieu. La méthodologie, ancrée dans une perspective dialectique de la connaissance, a assumé les orientations des approches qualitatives, dans une construction dialectique entre l'empiria et les théories. Les procédures technico-opératoires se sont concentrées sur l'entretien approfondi avec les ressources d'images, de poèmes et de chansons. Parmi les nombreux résultats, il est apparu que les femmes amazoniennes imposèrent leur présence dans la ville à partir de routes de fuite, dans une position visiblement transgressive. Il montre aussi qu'elles sont les grands tisserands de l'architecture symbolique de la ville de Manaós. Enfin, il faut reconnaître que les femmes, tout en luttant pour le droit au logement / ville dans leurs collectifs, se trouvent dans une constante poiesis, se forgeant elles-mêmes comme des constructions sociales.

Mots – Clés: Femmes. Ville affective. Manaós. Mouvement du logement.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEBS - Comunidades Eclesiais de Base

CMDM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

FPMM – Fórum Permanente de Mulheres de Manaus

IFCHS – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais

GEPOS – Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: gênero, política e poder

IEA – Instituto de Educação do Amazonas

LGBTQI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer e Intersexuais.

MMMO – Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas

NEPECAB – Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira

PIM – Polo Industrial de Manaus

SELVIP – Secretaria Latinoamericana de Vivienda Popular

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNMP – União Nacional por Moradia Popular

ZFM – Zona Franca de Manaus

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desocupação de terreno no bairro Lagoa Azul em Manaus	08
Figura 2 – Mapa de localização da cidade de Manaus.....	25
Figura 3 – Teatro Amazonas	46
Figura 4 – Encontro das Águas	51
Figura 5 - Vista aérea da Cidade Flutuante em 1963.....	58
Figura 6 - Irmã Helena Augusta Walcott.....	90
Figura 7 - Mulheres participando de mutirão	119
Figura 8 - 1º Encontro de Mulheres da Moradia	121

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - NA BEIRA DO RIO NASCE A CIDADE: MANAUS E SUAS METAMORFOSES.....	22
1.1 – Configurações identitárias da Manaus indígena.....	22
1.2 –Manaus da <i>belle époque</i> e suas metamorfoses	37
1.3 - Manaus fragmentada e recortada.....	53
CAPÍTULO II – NO RASTRO DAS ICAMIABAS	68
2.1– As mulheres floriram a cidade com suas práticas sociais	68
2.2 - Resistência e formas organizativas das mulheres.....	81
2.3 - O direito de sonhar com a cidade que queremos.....	94
CAPÍTULO III – CARTOGRAFIA DO TERRITÓRIO AFETIVO	
3.1 – O território, as mulheres e a afetividade em Manaus.....	104
3.2 – À sombra das árvores, o estar - junto e o viver na cidade.....	115
3.3 - Manaus, meu berço afetivo.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	141

INTRODUÇÃO

*Há tempo para amar, pesquisar, publicar...
Tempo para perdoar, inventar, recomeçar, ler, imaginar, sonhar.
Só não há tempo a perder.
(Ana Carolina)*

Este estudo tem como fio condutor a busca de verificação de como as mulheres pensam e idealizam a cidade onde vivem. Um tema que foi sendo construído a partir das vivências, olhares e diálogos que experimentei durante a construção do sujeito político feminino que fui me tornando ao longo das lutas dos movimentos sociais de moradia que participei em Manaus. Trata-se de um estudo interdisciplinar que estabelece uma dialogação com a Sociologia, Antropologia, Geografia Humana e a História, numa busca de compressão da cidade de Manaus, em sua construção humana.

O interesse por este tema está associado à minha¹ história de vida inserida nos movimentos sociais. Isto, com efeito, se intensificou quando no exercício da minha profissão de Serviço Social, acompanhei as ações no movimento de moradia em Manaus, no período de 2009 a 2015, enquanto profissional e militante, momento em que aproximei-me da idealização de uma cidade possível a partir do olhar das mulheres. Visualizá-las na luta pelo direito à moradia, nas ruas, nas ocupações, sendo ao mesmo tempo, lideranças, mães e trabalhadoras, fez-me perceber que seu posicionamento e suas contribuições para a construção de uma cidade mais sensível, foram durante muito tempo invisibilizadas em favorecimento de uma história masculina, branca e rica.

O interesse pelos estudos, relacionados a gênero e cidade, surgiram a partir de minha participação como militante nos movimentos de moradia em Manaus e tomam maior proporção quando desenvolvi este tema na minha pesquisa de Mestrado em Serviço Social, concluído em 2015. Agora, no doutorado, a temática de gênero se consolida em minha vida acadêmica como campo de meu interesse científico.

Nesses anos de estudo na temática de gênero venho percebendo que as mulheres tem um protagonismo significativo, na luta pela moradia digna. E, esta luta, passa pelo direito à cidade, pelo direito de opinarem e tomarem parte nos processos de decisão, imprimindo uma forma diferenciada de pensar a cidade. Elas buscam uma cidade

¹ A conjugação verbal é usada na primeira pessoa do singular, somente nestes trechos, para externar minha subjetividade no interesse pelo tema.

pensada para a coletividade, com uma espacialidade humanizada, que se recria e se refaz no movimento do cotidiano vivido, onde os aspectos de construção e elaboração da vida é uma poiesis de fazimento e refazimento do humano, em todos os seus sentidos.

É colocá-la no contraponto da mercantilização dos espaços, dos territórios, da natureza e das pessoas, de forma a possibilitar um acesso renovado e transformado à vida urbana, sendo que para analisá-la é necessário ultrapassar a disciplinaridade do modelo científico hegemônico, adotando uma abordagem interdisciplinar baseada na dialógica de Morin (2005), de modo a evidenciar os estudos sobre a urbe a partir da discussão de gênero, em especial, a partir do olhar das mulheres amazônidas.

A cidade a que nos referimos não é somente aquela dos prédios, das ruas e do concreto, mas é aquela baseada no emaranhado de inter-relações, de significados e de intenções que constroem o “espírito urbano” da cidade, como afirma Lefebvre (2006,p.77) ao destacar que o urbano “ se manifesta no seio de um processo negativo de dispersão, da segregação, como exigência do encontro, da reunião da informação”. Nessa abordagem o pensamento fenomenológico nos aponta para uma releitura do espaço vivido. Nela a relação vivência e afetividade possuem papel fundamental na construção e na identidade do lugar, apontando esses laços como aqueles que ligam o homem ao lugar vivido, aproximando-se do pensamento de Tuan (1980, p. 5), que sugere a existência de um “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou o ambiente físico, sob o ponto de vista das percepções, das atitudes e dos valores”.

Esse é um conceito que nos convida a experimentá-lo, vivenciá-lo. É um conceito vivido, pois é o apego ao lugar que imprime sentido particular a um espaço geral, fazendo com que os indivíduos percebam, sintam os lugares de formas diferentes, estabelecendo um vínculo. Conforme Maffesoli (2004, p.22) este conceito “não é abstrato, teórico, racional [...] mas que baseia-se organicamente na posse comum de valores arraigados: língua, costumes, culinárias, posturas corporais”, questões que despontam do cotidiano, das coisas concretas.

Torna-se pertinente levarmos em consideração não somente os aspectos objetivos, mas principalmente, os aspectos subjetivos das experiências vivenciadas pelos indivíduos nos lugares, compreendendo que a cidade deve ser considerada como um misto entre o físico e o social. Como um *flanueur*, Benjamin (2000, p.56), “vê a cidade sem disfarces”, nos convidando a desviar o olhar para um outro ângulo, a lançar um olhar atento sobre as subjetividades dos indivíduos.

Pode-se inferir, então, que os indivíduos vivenciam o lugar de forma diferenciada, dependendo da forma como percebem os seus elementos e da importância que estes possuem para si, motivo pelo qual encontrarmos discursos, textos e imagens que representam as ideias subjetivas de um indivíduo e do grupo a qual pertence. Em uma de suas crônicas², Oliveira (2017, p. 9), destaca que “cada um de nós, nos becos, ruas e bairros da cidade foi cartografando espaços e geografando vidas, sentindo e conhecendo lugares, deixando marcas e pegadas que resultaram na cidade que temos”.

Na vida das mulheres a cidade é vivida de forma diferente material e discursivamente. São seus corpos que habitam, passeiam, trabalham e se inserem na malha urbana, demonstrando historicamente como ocupam os espaços urbanos, seus equipamentos e serviços, bem como, a forma como as oportunidades tem surgido para elas. No contexto amazônico, o discurso existente no imaginário das pessoas sobre a região e suas mulheres reflete a relação que se estabeleceu com o lugar pelos diversos estudiosos que interpretam a Amazônia e sua gente. Torres (2005), chama a atenção para o fato de que, sob o ponto de vista do patriarcado, as mulheres sempre estiveram relacionadas à lascividade e aos prazeres do corpo, quando não à passividade e submissão, situação que contribuiu para fortalecer a imagem estereotipada, de inferioridade de raça e gênero, que recai sobre elas.

Manaus com suas estruturas duras fixas e mornas foi constituída sem dar espaço para o sensível, para a imaginação, características que foram historicamente relacionadas ao feminino como símbolo de fragilidade, em oposição a virilidade, força e poder masculinos. Diante deste fato pensar o imaginário feminino tecido junto com a produção de conhecimento, supõe tomarmos uma atitude epistêmica transgressora, afinal reunir sensibilidade e imaginação, é reconfigurar a forma de compreender o mundo. É preciso desterritorializar o pensamento, abandonando os princípios do pensamento moderno, da monocultura e seguir na construção imaginativa de novos caminhos epistemológicos, fazendo curvaturas, desvios e dobras.

A propósito disto chamamos a atenção para o desvio que estamos fazendo com o uso do termo “morena”, o qual não quer significar nenhuma referência aos mouros, povos invasores do norte da África, praticantes do Islão que na Idade Média invadiram países da Europa. Estamos utilizando este termo para adjetivar a cidade de Manaus. Seu uso é no sentido metafórico para nos remetermos a uma cidade que se constituiu a partir

² José Aldemir de Oliveira. Crônica “Manaus, saudade do futuro”. Manaus, 2017.

da heterogeneidade de identidades de pertencimentos. Aqui estiveram e estão presentes os indígenas, os negros, os judeus, os sírios libaneses, japoneses, chineses, coreanos e muitos outros povos chegados de barco até os portos da cidade ou trazidos pelos aviões que efetuam os deslocamentos de outros países. Esses povos são os sujeitos construtores de Manaus que se tornou a grande metrópole da região amazônica. Estamos nos referindo também à morenidade da pele “bronzada” pelo sol desta região tropical. O sol amazônico causticante deixa sua marca na pele de quem por aqui vive, metaforizado pelo moreno.

Na Amazônia a presença feminina nos processos socioculturais foi pouco estudada pelas Ciências Humanas e Sociais, somente muito recente é que surgiram estudos que voltam o interesse para a história das mulheres e sua participação na constituição das sociedades, merecendo especial destaque as obras de Torres (2005, 2014), Vieira (2002, 2017), Costa (2005). Independente da ímpar contribuição que essas autoras trazem ao protagonismo das mulheres, é necessário, que a sua história seja reescrita a partir de outra posição na formação do pensamento social na Amazônia. Uma história não mais de subalternidade ou de silenciamento sob as lentes do patriarcado, mas colocando em destaque suas práticas sociais, suas tensões, suas formas de resistência, suas sociabilidades e sensibilidade, daí concebermos como objetivo geral desse estudo a possibilidade de verificarmos de que maneira se constitui a cidade de Manaus, a partir das tessituras contra-hegemônicas das mulheres.

Nas discussões atuais acerca da participação das mulheres na construção das cidades como sujeitos políticos o eixo norteador são as relações sociais de gênero, não numa perspectiva binária, concorrente e de embate, mas como um processo permeado por outras relações mais complexas. São relações que também olham o biológico mas não se detém a ele na medida em que o sexo passa de variável biológica, natural e demográfica, para uma variável social. Torres (2014, p.19), propõe que a discussão de gênero deva ir além da diferença biológica entre homens e mulheres pois, elas “são elementos estruturantes da vida em sociedade. São relações que tecem o fio da sociabilidade e engendram os papéis sociais”.

Scott (1991) ao trazer para o centro da discussão a ideia de que as diferenças que se estabelecem entre homens e mulheres são construções sociais, aponta para o fato de que elas podem ser concebidas como “uma forma primeira de poder” não sendo, porém, a única. Essa relação nos ajuda a estabelecer um elo de ligação entre conceitos, como

raça/etnia, classe, localização geográfica, geração, entre outras que configuram os sistemas de opressão ao qual as mulheres estão submetidas.

Sobre as mulheres indígenas recaíram estereótipos que levaram em consideração os aspectos ideológicos construídos pelo patriarcado europeu, o qual assentou suas bases nestas paragens de forma exacerbada, como assinala Torres (2005). Um carga patriarcalista que fez recair sobre as índias uma dupla carga de preconceito: o étnico e o de gênero. É preciso, pois, “colocar o dedo na ferida que emoldura a imagem da mulher no espelho do homem branco e fustigar a memória, olhar no retrovisor da história e ver que a colonização é o filão que tece a imagem da mulher amazonense nos dias atuais (TORRES, 2008, p. 181)”.

As mulheres, como aponta Perrot (1988) sempre foram silenciadas pela história, entenda-se, pelas forças hegemônicas, que sempre as consideraram como cidadãs de segunda categoria, mantendo-as à margem da produção histórica (PERROT, 1988). A historiografia, a ciência e as letras sempre assumiram um cariz de hegemonia masculina, tornando a história ocidental uma história dos homens.

As discussões de gênero produzem, entre outras possibilidades, a apresentação de novos ângulos e modos cognitivos de ver o mundo, trazendo para o cerne da discussão não somente as mulheres, mas também outros sujeitos invisibilizados no campo das práticas científicas. A categoria gênero põe em questionamento alguns dispositivos acadêmico-científicos que se encontram comprometidos com o domínio masculino, produzindo um contradiscurso feminino.

É preciso, pois, vislumbrarmos um rosto feminino para uma narrativa que foi construída a partir de um discurso histórico de cunho patriarcal e sexista, que excluiu as mulheres da efetiva constituição das cidades. Dessa forma acrescentamos a discussão acerca das cidades, uma perspectiva de análise que nos aproxima mais da “dimensão subjetiva, das emoções, da afetividade, dos sentimentos” dos indivíduos (RAGO, 2018, p. 24), do que da dimensão objetiva e racional que nos foi apresentada secularmente. Estudar o sentido que as mulheres dão à cidade, sobre o lugar onde elas estabelecem uma relação de afetividade, compreendendo que essa construção interrelacional pode inferir na modificação do próprio espaço, é apontar para o conjunto de valores e significados que se criam e que são utilizados para organizar a cidade, compondo assim o objetivo desse estudo que pressupõe a possibilidade de verificarmos de que maneira se constitui a cidade de Manaus, a partir das tessituras contra - hegemônicas das mulheres.

A construção metodológica deste estudo se deu por meio de desvios e rotas de fuga, inspirada pelas abordagens rizomáticas no campo da sistematização de conhecimentos. Sob a perspectiva dialógica, sugerida por Morin (2005), buscar estabelecer uma rede de conversação com vozes das mulheres objeto e vozes das ciências. Manaus constitui-se no chão da pesquisa, em cujas unidades amostrais estão as seis zonas habitacionais da cidade.

A amostra é constituída por 12 mulheres moradoras da cidade de Manaus, sendo 02 mulheres de cada zona administrativa da cidade (Norte, Sul, Centro-Sul, Leste, Oeste e Centro – Oeste), sob a técnica de entrevista profunda. A entrevista profunda baseada em Bourdieu (2012) é a técnica que nos permite ouvirmos os sujeitos quantas vezes forem necessárias, momento em que pudemos captar as falas e percepção acerca da relação delas com o espaço vivido, com as experiências de organização popular, utilizando gravador de voz, câmera fotográfica e anotações no diário de campo.

Além das 12 mulheres ativistas do movimento de moradia em Manaus ouvidas, ouvimos também 02 lideranças do movimento de moradia, sendo uma a nível local e a outra a nível nacional, bem como, 01 representante do poder público, perfazendo um total de 15 participantes, com vistas a obtermos informações acerca do protagonismo das mulheres na cidade de Manaus.

Didaticamente este estudo encontra-se organizado em três capítulos interdependentes. Cada um é concebido como uma camada/pele que reveste os rizomas apresentados na tese, entrelaçando percepções e experiências, que constituem o fio condutor da pesquisa aqui apresentada.

Em consonância com o primeiro objetivo deste estudo, onde se propõe analisar os processos socioculturais de construção de Manaus, a partir dos aspectos identitários, das metamorfoses da cidade e sua fragmentação, o primeiro capítulo expõe os processos socioculturais que assinalam a construção da cidade de Manaus, tendo como fio condutor três processos: a Manaus indígena; a cidade da *belle époque* e a Manaus da Zona Franca de Manaus. Nesses processos as mulheres são marcadas pela sua invisibilidade, preconceito, exclusão e, finalmente, a sua forja no protagonismo social.

O segundo capítulo mostra como as mulheres se fizeram presentes na cidade, por meio de sua inserção nas lutas urbanas. O eixo central situa-se na relação de pertencimento que elas estabelecem com a cidade, a partir de sua inscrição enquanto sujeito de direitos, como um caminho para viabilizar o desenho de uma cidade sonhada por elas. Contempla-se assim o segundo objetivo dessa pesquisa que busca averiguar

como as mulheres se fizeram presentes na luta urbana, dando ênfase às relações de pertencimento com a cidade e tipo o de cidade sonhada por elas.

O terceiro capítulo discute o território afetivo constituído pelas mulheres a partir de sua participação em grupos de apoio e resistência, remetendo para a elaboração de uma cartografia sentimental, na qual as experiências individuais e coletivas se entrelaçam e marcam o jeito de ser e viver das mulheres. Neste sentido se contempla o terceiro objetivo desta tese que se propõe cartografar o território afetivo constituído pelas mulheres, tendo em vista sua participação em grupos de apoio e resistência.

Por fim, tecemos algumas considerações finais apontando os principais resultados deste período de investigação que trata sobre a relação entre as mulheres, a cidade e a afetividade, contribuindo diretamente não só para os estudos da Antropologia de Gênero, mas oferecendo estudos complexos sobre Manaus e sua gente, dando merecido destaque as práticas, vivências e sociabilidades das mulheres na cidade de Manaus.

Este estudo se justifica não só em razão da relevância que comporta para os estudos da temática de gênero, no contexto de uma antropologia do sensível, mas sobretudo porque poderá trazer significativas contribuições aos movimentos de mulheres, que tem se colocado na esteira da cidadania por uma cidade melhor ao longo dos processos históricos.

CAPÍTULO I – NA BEIRA DO RIO NASCE A CIDADE: MANAUS E SUAS METAMORFOSES

*As casas de São José
Eram de palha e cipó
Entre cercados de estaca
E só.
[...]
O povo de São José
Vestia-se com antigas
Vestes adornos miçangas
Indígenas.
(Elson Farias)*

1.1 Configurações identitárias da Manaus indígena

Manaus, cidade sorriso, morena menina, guerreira mulher, incrustada no coração da Amazônia. Tu és a expressão da mata verde, o solo identitário dos Manaós, a maloca-mãe de Ajuricaba. Tu és altaneira por determinação da resistência, sangue cabano, a mulher-rocha que não verga a espinha ao poder dominador com facilidade. Esta é a minha, a tua, a nossa Manaus.

Os poetas já a descreveram em prosa e verso, os artistas já a desenharam e pintaram a sua riqueza vegetal, animal e hidrográfica. Seus mitos e lendas encontram-se emoldurando a cultura popular seja na festa do boi-bumbá de Parintins, no Festival de Cirandas de Manacapuru, na Festa do Peixe Ornamental de Barcelos, seja no cotidiano daqueles que nela vivem e convivem e que fazem dos encantados³ um dos principais símbolos da identidade regional, como aponta a música “Amazonas: encanto dos encantos” da Ciranda Grêmio Recreativo Guerreiros Mura⁴. Vejamos:

³ Esse termo é aplicado à religiosidade popular no Brasil, sendo análogo aos orixás, voduns e outras divindades das religiões populares. Na Amazônia, são consideradas entidades espirituais que, sendo pessoas comuns não passam pelo processo de morte material do corpo e vão para um mundo espiritual, um mundo encantado, escondido na natureza, ou seja, um plano entre o espiritual e o natural. Nesse caso, os elementos da natureza estão diretamente relacionados às representações de suas moradas, motivo pelo qual se manifestam, principalmente, pela pajelança cabocla. Suas manifestações são conhecidas como encantarias e seus lugares de moradia são designados de encantos. Pra saber mais sobre isto ler a obra Santos e Visagens de Eduardo Galvão (1955) e Uma outra invenção da Amazônia: religiões, histórias e identidade de Raymundo Heraldo Maués (1999).

⁴ É uma agremiação cultural tradicional da cidade de Manacapuru, no estado do Amazonas, que participa do Festival de Cirandas de Manacapuru.

*Amazonas dos mitos e lendas
É vastidão de mistérios e belezas
De encantos encantados e vivendas
Berço da mãe-natureza.*

Estudar as cidades amazônicas requer, então, que nos debrucemos sobre um universo que exige um olhar diferenciado de quem desafia conhecê-las na sua imensidão de histórias e vivências. Requer olhar a sua diversidade, a sua arquitetura, o contexto socioeconômico, mas também olhar o seu povo, a sua cultura e a forma como seus habitantes vivenciam o espaço onde vivem. Exige que não nos limitemos aos modelos disciplinares de cunho cartesiano sob o qual ela tem sido apresentada. Necessita que ela seja apreendida a partir da teia de relações e saberes que compõem a realidade da vida de quem nela se faz presente e tece junto a sua construção, onde se entrelaçam a ciência, os mitos, as lendas, florestas, águas e urbanidades, sem serem necessariamente opostos ou excludentes.

Manaus precisa ser vista a partir do olhar da sensibilidade, sob o verniz de uma antropologia do sensível e de uma cartografia sentimental. Para além do concreto do asfalto, dos condomínios verticalizados que insistem em se apropriar de sua memória, dos *shoppings centers*, das indústrias do Polo Industrial de Manaus, é preciso sentir o seu cheiro, identificar suas cores, conhecer suas características mais invisibilizadas, ouvir seu canto, sua fala, seu lamento, conhecer os processos de sua formação como um labirinto de rios que singram a cidade por seus menores e mais conflituosos espaços.

Espaços entrecortados por processos socioculturais distintos, com especificidades próprias de uma cidade singrada pelo rio no meio da Floresta Amazônica, construída de costas para o rio, que exige lidar com histórias múltiplas, memórias diversas de indivíduos que a concebem como um espaço vivido, sentido, pensado. Além da concretude, se pensa em uma cidade que valorize mais o lado humano de sua constituição, que seja sensível aos olhos de quem ali vive e convive como aponta Aníbal Beça (2015) em seu poema “Abaixo-assinado de amor a Manaus”

*Toda cidade se habita,
Como lugar de viver,
Só Manaus é diferente
Pois em vez de habitá-la
É ela quem me habita.*

. Este modo de olhar e pensar essa cidade nos conduz a um debate mais ecológico e rizomático como propõem Deleuze e Guattari (1995). Torna-se pertinente concebermos Manaus como uma cidade que se constrói como um rizoma, construída tanto pelos poderes públicos quanto por seus moradores. Esse processo deve ser visto sob o prisma de uma teia, como sugere Capra (2006), que se entrelaça formando uma veia rizomática compreensiva.

Encantadora aos olhos daqueles que por aqui passam Manaus é marcada pela beleza de seus pontos turísticos mais visitados, como o Teatro Amazonas e o Mercado Municipal que expressam a influência arquitetônica europeia dos primórdios de sua urbanização. Exaltada por suas belezas naturais, a cidade é marcada pelo Encontro das Águas, Ponta Negra, Parque do Mindu, Jardim Botânico de Manaus, entre tantas outras. Sua diversidade e as cores desta cidade são apaixonantes. Não é uma cidade para principiantes, amadores, estudá-la requer envolvimento, paixão, encantamento, “é a floresta encantada, o cruzamento líquido de mitos, lendas, ciência, razão, natureza e cultura” (SILVA, 2019, p.1).

Considerada a maior metrópole da Amazônia Ocidental⁵, Manaus, capital do Estado do Amazonas, encontra-se localizada na sub-região Rio Negro/Solimões, precisamente na confluência entre esses dois rios, possuindo uma área territorial de 11.401,092 km². Encontra-se organizada administrativamente em seis zonas geográficas urbanas (Norte, Leste, Sul, Centro-Sul, Oeste e Centro-Oeste) além da zona rural que abarcam uma população estimada em 2.219. 580 pessoas, de acordo com dados do IBGE (2019), o que a coloca na 7ª cidade mais populosa do Brasil. A grande Manaus é composta por uma região metropolitana⁶ que reúne os municípios de Presidente Figueiredo, Novo Airão, Iranduba, Manacapuru, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Careiro da Várzea, Autazes, Careiro Castanho, Itapiranga, Manaquiri e Silves.

⁵ Manaus está incrustada no coração da selva, na Amazônia Ocidental que abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

⁶ Região Metropolitana de Manaus instituída pela Lei Complementar nº 52/2007 do Governo do Estado do Amazonas.

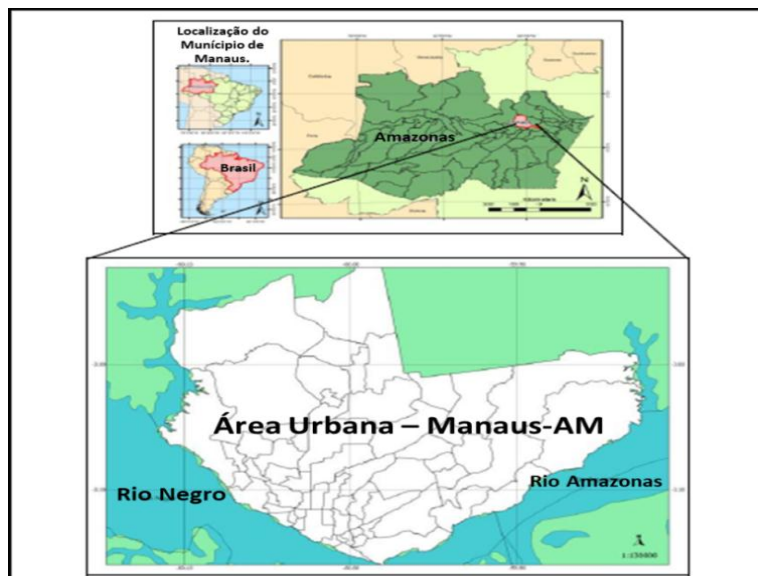


Figura 2 – Mapa de localização da cidade de Manaus
Fonte: NEPECAB,2013.

Historicamente sua origem data de 1669 quando os portugueses iniciaram a construção da Fortaleza do São José do Rio Negro⁷ à margem esquerda do rio Negro com dois propósitos iniciais: como medida preventiva para defender os interesses de Portugal de possíveis invasores e como um local de concentração de toda a população indígena trazida pelos descimentos⁸, que seriam utilizados como mão de obra na extração das especiarias amazônicas.

Sua origem está intimamente relacionada ao processo de colonização portuguesa que teve como princípio norteador a exploração da mão de obra de seu povo e de seu território. Esse território foi fragmentado em povoados, vilas e cidades que são instituídas e marcam a entrada do processo civilizatório europeizado. Assim como um musgo que apresenta um tapete belo e vigoroso por fora mas que desidrata a vegetação, empobrecendo o solo, matando as plantas, essa fragmentação desarticula culturas, desloca vidas e arrasa terras aonde passa. Elas representam “um importante espaço do novo modelo de ocupação e era por meio delas, sobretudo, que se efetuariam as mudanças na organização tradicional das comunidades nativas com a emergência de novos padrões de sociabilidade” (PINTO, 2005, p.108).

⁷ Esse forte recebe denominações diversas nas obras que tratam deste período (MESQUITA,1997; FREIRE,1993), porém, sempre todas ligadas a Fortaleza ou a barra do rio.

⁸ Os descimentos eram expedições realizadas pelos portugueses com o objetivo de persuadir os índios, por vezes, aldeias inteiras a se deslocarem de seu território original e se estabelecerem nos aldeamentos missionários. Na Amazônia, em especial, os descimentos eram realizados pelos colonos e missionários. Para melhor aprofundamento é sugestiva a leitura de “Uma Síntese da História da Amazonia: uma visão didática” de Lenilson Melo Coelho (2005).

É fato que esse processo não se deu de forma passiva como quer transparecer a História tradicional⁹. Povos que habitavam a região do rio Negro como os Manaós, Baré e Tarumã destacaram-se por seu enfrentamento ao processo colonizador, porém, apesar da resistência aguerrida não tiveram como impedir tal ação, levando algumas delas a um deslocamento forçado para áreas distantes das de origem ou até mesmo a extinção, como sugere Freire (1993, p.169), ao afirmar que “os Manaós resistiram à invasão de seu território com armas na mão até serem completamente varridos do mapa, confirmando um mito da tribo de que o mundo - pelo menos, o seu mundo - seria destruído por um grande fogo.”

O forte era um pequeno povoado, pouco organizado e quase nada urbanizado. Constituído por casas de palha com uma população aproximada de 300 habitantes, era organizado sob o modelo baseado nos marcos europeus. Deve-se reconhecer que são os indígenas de diversas etnias trazidos, em sua maioria pelos descimentos, que compuseram a maior parcela da população moradora do lugar. Os cronistas e viajantes da época com suas narrativas e registros imagéticos, conseguiram deixar pequenos registros do Forte antes deste tornar-se a Manaus que hoje conhecemos. Trata-se de narrativas que descrevem com maiores detalhes a vida e o jeito da população dessa região. Seus estilos de vida e o contexto geográfico da região, suas características ambientais e a dinâmica social da população local, são elementos que nos permitem visualizar o contexto germinal que redundará na atual cidade de Manaus.

As narrativas são construções elaborativas de memórias arcaicas repassadas pela via da oralidade de geração à geração. São também produtos de experiências vividas por aquele que narra, ou seja, por aquele que conta a história/narrador, sejam elas experiências individuais ou coletivas, vivenciadas durante o tempo em contato com o outro. É o que sugere Ricouer (1983, p.17), ao dizer que “o tempo se torna tempo humano na medida em que é articulado de maneira narrativa; em contrapartida a narrativa é significativa na medida em que desenha as linhas da experiência temporal”.

Note-se que o narrador “retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros e incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1994, p.201). O narrador não se preocupa em explicar os

⁹ Freitas (2012), retoma essa discussão e aponta que a resistência indígena se fez como uma forma encontrada para se posicionarem contrários ao modelo colonial que se instalava e que anulava o seu modo de ver, viver e conviver no mundo.

fatos como buscam os textos jornalísticos, por exemplo, fazendo apenas pequenas insinuações sobre o fato contado, inspirando pensamentos e comportamentos de outrem.

Marcosy (2006), em seu ofício de viajante, aponta um número aproximado de 3000 habitantes e descreve Manaus como uma vila cortada por diversos igarapés e um relevo composto por grandes elevações de planaltos e morros, dando grande visibilidade àquilo que era de imediato percebido por aqueles que chegavam, mostrando suas características físicas.

A ideia da evolução das espécies, tão criticada pela ciência na atualidade, encontrava-se em alta e, neste sentido, os relatos de Marcosy apontam uma linha comparativa da vila de Manaós com outras localidades, por onde ele havia passado. Em sua análise aparecem as outras localidades com costumes tipicamente indígenas como um reino de pura barbárie em relação a vila de Manaós, já considerada em estágio de superioridade em relação às demais. De acordo com este autor,

Apesar do que eu possa ter dito do arranjo geométrico da cidade da Barra [...] é verdade que o aspecto da cidade dá uma impressão agradável a qualquer um que, como nós, entra nela depois de uma prolongada viagem pelos povoados do alto Amazonas, onde a barbárie reina. Ela deve o título de capital da província, que lhe foi dado pelos estatísticos (MARCOY, 2006, p.167).

Observe-se que a ideiação do indígena como sub-raça ou como uma raça inferior era muito visível nos relatos dos que por aqui passavam, que o utilizavam com o intuito de justificar os interesses econômicos, sociais e culturais dos colonizadores, que buscavam dominar e explorar as terras recém-descobertas. É fato inquestionável que a Teoria da Evolução das Espécies é o eixo basilar das ciências biológicas, porém a transposição de seus princípios para as ciências humanas e sociais foi um grande equívoco, que utilizado para referendar a exploração e subjugação de determinados povos por meio do colonialismo e da escravidão.

Atualmente essa acepção eurocêntrica não consegue mais se sustentar em função do aprofundamento dos estudos etnográficos e históricos mais recentes, que demonstram que as sociedades humanas não são iguais, possuem ritmos diferentes, diferentes culturas e distintas temporalidades que desmistificam a ideia de linearidade, difundida por esta teoria. Isso não significa que ela tenha contribuído para desvirtuar a compressão sobre as diferenças, deixando profundas marcas em sociedades, como a

brasileira, que desponta em altos índices de desigualdades de todas as ordens, racismo, preconceito e discriminação. Para a Amazônia, a forma estereotipada como seus agentes foram percebidos e difundidos, se cristalizaram e fizeram com que, homens e mulheres, fossem interpretados como se fizessem parte da própria natureza e não como seres humanos habitantes do vale amazônico.

O rigor científico como verdade absoluta se encarrega de extirpar da história das minorias sociais, a valoração das diferenças étnicas, excluem os paradoxos e as discontinuidades tão presentes nos processos sociais e, assim, para justificar a necessidade de dominação, os indígenas foram apresentados ao mundo como seres indolentes, preguiçosos, sem alma e não pertencentes à raça humana.

Os escritos dos naturalistas expõem informações sobre as terras conquistadas, conforme as suas conveniências e interesses, para fins de apropriação dessas terras. Por isso tornou-se necessário construir padrões normativos que definissem “regras para o que 'olhar', por que 'olhar' e como 'olhar'” (CARVALHO JUNIOR, 2011,p.41) metodologia que contribuiu para organizar as impressões daqueles viajantes, bem como, para assegurar a instalação do poder nas terras recém-descobertas. Pinto (2005, p.97) destaca o fato de que,

As ideias, ao percorrerem espaços próximos e distantes, conectando homens e épocas, possuem, em determinadas situações especiais, em certos momentos singulares, a capacidade de se imporem como o sistema de pensamento predominante, a partir do qual se passa a sentir, a agir e a perceber o mundo das coisas e dos homens.

Os relatos seguem exaltando a pequena vila como centro de civilidade em uma região submetida à barbárie, tendendo a descrever os costumes da população com ares de exotismo, bem diferente daqueles vividos em sua terra de origem. Sua produção reflete seu direcionamento a um público que é regido por um universo moral diferente das práticas sociais comuns à população local, além de apontar a Europa como o grande centro civilizador do mundo.

Os europeus constroem um discurso ideológico que inferioriza o indígena e o seu modo de viver e de pensar sobre as coisas, eles se põem como centro de tudo, subalternizando outros povos, outras culturas e que perdura até os dias atuais. Rosa¹⁰

¹⁰ Para garantir o sigilo das informantes substituímos seus nomes verdadeiros por nome de flores.

(31 anos), defensora pública do Estado do Amazonas, atuando no município de São Gabriel da Cachoeira¹¹, em entrevista a esta pesquisadora, afirma que,

Essa racionalidade, segundo o qual, os modos de viver e de existir dos povos indígenas e dos grupos culturalmente diferenciados da sociedade seriam inferiores, seguem, não apenas existindo mas, se reproduzindo por meio de novas colonialidades. E a grande ideia reprodutora disso consiste na ideologia segundo qual a única forma de se garantir o futuro da humanidade seria a ideia de um progresso, um desenvolvimento não sustentado, que tem como grande fundamento a exploração predatória das terras indígenas e dos territórios tradicionais. Mas, não é somente isso, o Estado segue se utilizando do monopólio do poder de classificação, para excluir os indígenas ao acesso às políticas públicas e ao exercício dos direitos como qualquer cidadão, ao negar o acesso a certos documentos, a uma certidão de nascimento, ou até mesmo, quando ele precisa ter um RANI¹² para ser reconhecido etnicamente (entrevista/2022).

Observe-se que na fala de Rosa aparece claramente o aspecto do poder dominador de forma avassaladora sobre os indígenas. Uma exclusão sumária destes povos do acesso às políticas públicas, que reforça a ideia de que mesmo que o colonialismo tenha sido superado, a colonialidade permanece presente em diferentes formatos. Maldonado-Torres (2007) destaca que essas novas formas de colonialidades permanecem presentes na sociedade como parte de uma herança cultural, estando contidas nas relações de trabalho, nas novas formas de se produzir conhecimento e no estabelecimento de novas relações sociais no mundo contemporâneo. Para Ballestrin (2013) ela representa a continuidade da propagação do pensamento colonial sendo expressa pelas relações dominantes de poder, saber e ser.

Na Amazônia essas três expressões da colonialidade se entrecruzam e se complementam no processo de inferiorização e discriminação dos povos tradicionais, pois, por meio de determinados discursos e práticas, elas permitem classificar os povos conforme padrões estabelecidos pelo pensamento ocidental, além de produzir um conhecimento global que nega ou invisibiliza aqueles produzidos pelos países colonizados no Ocidente. Esses padrões atribuem um grau de inferioridade aos povos subalternizados, silenciados e oprimidos, sejam eles indígenas, negros, mulheres e migrantes, em comparação ao padrão de homem europeu, branco, racional e civilizado (QUIJANO, 2005; LANDER, 2005; TORRES, 2005).

¹¹ Município do estado do Amazonas. Faz fronteira com a Colômbia e a Venezuela, sendo a cidade que apresenta o maior número de indígenas no Brasil.

¹² É o Registro Administrativo de Nascimento Indígena emitido pela FUNAI.

A ideia da cidade como grande centro civilizador¹³ do mundo e lócus onde o poder é instrumentalizado, não se adequa a imagem que a cidade de Manaus apresentava. Suas características em nada se aproximavam com as cidades europeias, consideradas como o grande modelo de civilidade da época e que vivenciavam grandes transformações em seus centros urbanos, como por exemplo Paris. Oliveira e Schor (2008, p.61), explicam que o povoado que se organizou ao redor do antigo Forte de São José do Rio Negro, contraditoriamente, revelava um modelo sem rigor e sem planejamento comum às cidades construídas pelos portugueses em contraposição às espanholas. De acordo com esses autores,

Ao redor do Forte foram agrupando-se casas toscas, não havendo a preocupação em estabelecer o traçado das ruas. Ao contrário, as primeiras casas foram construídas às margens dos cursos d'água, acompanhando as curvas do terreno, não surgindo ruas em um plano geométrico, não havendo qualquer tendência organizativa. Trata-se pois de uma obra de improvisação (IBIDEM, p.61).

Manaus organizava-se enquanto estrutura arquitetônica a partir dos ditames da natureza e do povo que ali residia (indígenas), com casas construídas de pau a pique¹⁴, ruas sem nenhum calçamento respeitando o desenho dos igarapés que entrecortavam o povoado. Esta configuração demonstrava a relação que se estabelecia entre os igarapés, o relevo da região e o desenho do local, fato que foi representado como sinônimo de atraso e preguiça, em contraditoriedade com a civilidade europeia.

Na Amazônia a relação que se estabelece entre os homens/mulheres e as águas está vinculada diretamente às suas vidas. O rio está imbricado no imaginário social como um bem que perpassa a tríade natureza- sociedade- cultura. Tocantins (1972, p 306), afirma que o rio vai “imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional [...], asseguram a presença humana, embelezam a paisagem, fazem girar a civilização”.

Essa relação do homem com o rio/igarapé chama a atenção de alguns viajantes e cronistas como é o caso de Agassiz (1975, p. 246), que em sua passagem por Manaus,

¹³ No início do século XIX, no período do imperialismo europeu, as nações europeias como a França, a Inglaterra e a Bélgica despontavam com desenvolvimento econômico, político e militar decorrente da Industrialização do século anterior. Por esse motivo, Paris era considerada o modelo de civilização a ser copiado por outras nações.

¹⁴ É uma técnica construtiva antiga que consiste no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no solo, com vigas horizontais, geralmente de bambu amarradas entre si por cipós, dando origem a um painel perfurado que, após preenchido com barro, transforma-se em uma parede.

afirma que “enquanto a cheia do rio, na época das chuvas, não vem inundar e cobrir, por seis meses, essas terras da floresta, os habitantes de Manaus fazem o maior uso delas; nós mesmos não resistimos ao prazer de mergulhar nessa água que atrai de fato”.

Na Amazônia a água é um dos caminhos que possibilita a vivência na região. Os rios, lagos e igarapés sempre exerceram um papel fundante na vida de seus povos, eles sempre permitiram aos sujeitos uma experiência única de estranhamento e contemplação, revelando-se como um lugar de fluidez e de errância. Os rios desenham o ritmo da vida no interior da Amazônia, eles são as estradas e o lugar de circulação das pessoas e das mercadorias, possuem significados, cheiros, cores e sabores, estabelecendo uma relação de afetividade entre o homem/mulher e a natureza como ressalta Torres (2012, p.103), ao afirmar que há um “efetivo inter-relacionamento com os elementos da natureza terra, rios e floresta, que são centrais na vida dos povos”.

É incontestável a importância das águas no cotidiano dos povos amazônicos, elas representam a vida, o elemento feminino que simboliza a vida, a fertilidade. O Papa Francisco (2019, p. 13-14) na Exortação Apostólica Pós-Sinodal “Querida Amazônia” assim refere-se às águas amazônicas:

Na Amazônia, a água é a rainha; rios e córregos lembram veias, e toda a forma de vida brota dela [...]. As existências derivam numa alternativa dolorosa de vazantes e enchentes dos grandes rios. Estas alteiam-se sempre de um modo assombrador [...], a coluna vertebral que harmoniza e une. O rio não nos separa mas une-nos ajudando-nos a conviver entre diferentes culturas e línguas.

Revela-se, assim, o lado feminino da Amazônia e Manaus não se separa deste processo. A cidade que nasce no encontro de dois grandes rios (Negro e Solimões), recebe o nome da etnia Manaós que significa “Mãe dos Deuses” e que, assim como os rios que banham a cidade, aponta a mulher como geradora de outros deuses, uma deusa mulher que dá origem à vida. Simbioticamente, entrelaçam-se o homem/mulher e a natureza para juntos apresentarem o significado e a importância da presença feminina na Amazônia.

As mulheres amazônicas tiveram um papel basilar na construção e fixação das cidades. Sua participação na nucleação foi fundamental para estabelecer os colonos nessa região, apesar de toda a ocultação e invisibilidade que os colonizadores insistem em imputá-las. No contexto amazônico, as narrativas sobre as índias guerreiras, conhecidas como Ycamiabas, produzidas pelo cronista Gaspar de Carvajal,

constituíram-se nos primeiros registros oficiais sobre a presença feminina nestas terras, as quais foram exaltadas por sua beleza e valentia o que fez com que fossem comparadas às Amazonas da mitologia grega.

Depois desse evento, as narrativas que se farão conhecer sobre a Amazônia promoverão um processo de ocultamento e/ou exclusão da presença feminina, ou quando presentes serão retratadas como diabólicas, sem alma, lascivas e promíscuas (RAMINELLI, 1997; DANIEL, 2004; TORRES, 2005), reforçando o discurso dominante e o imaginário coletivo que, utilizando-se de outras estratégias, perdura até os dias atuais

Esse discurso difamatório constituirá parte do pensamento social que foi construído sobre a Amazônia e acompanhará a representação social construída sobre a mulher amazônica até os dias atuais. Orquídea (53anos) em entrevista a esta pesquisadora, destaca o fato de que,

A mulher amazônica, indígena, do Norte, foi sempre tratada como uma mulher lasciva, fácil e, essa concepção europeia, materialista, machista e colonialista se perpetua quando ainda hoje, as mulheres ainda vivem situações delicadas que as colocam em condições de risco, são elas que mais sofrem na sua condição de mulher, na sua condição de fêmea [...] de fato a gente carrega esse estigma, de uma mulher colonizada, no nosso dia-a-dia. É no trabalho, é no transitar nas ruas, é no andar de ônibus, é dentro de um transporte por aplicativo, é quando usamos uma roupa mais ousada (entrevista/2021).

Veja que Orquídea apresenta uma crítica sobre a imagem destorcida que foi difundida sobre as mulheres amazônicas, sendo vistas como lascivas sexuais, em uma imagem turva que trepida no espelho do branco como negatividade (TORRES, 2005). Uma imagem baseada numa visão antropocêntrica com bases patriarcais, em que as mulheres amazônicas vão sendo apresentadas ao Velho Mundo pelo olhar e pela escrita dos homens. De guerreiras amazônicas passam a ser as lascivas, as exóticas e estimuladoras do vício da carne e da sexualidade que tanto nortearam os discursos e as práticas definidas nos códigos morais dos séculos XVI e XVII.

Note-se que a construção social dos corpos é utilizado para referendar práticas sociais na sociedade colonial, conforme afirma Connel (2016, p.17), nos seguintes termos:

Práticas sociais não acontecem sem corpos. Práticas sociais envolvem mãos que fazem, olhos que observam, peles que sentem, cérebros que raciocinam e sofrem. O gênero é corporificado [...] e pode ser definido como a estrutura de práticas reflexivas do corpo por meio dos quais corpos sexuais são posicionados na história.

O modelo de mulher adotado pelo patriarcado baseia-se nas concepções e dogmas religiosos difundidos pela Igreja, em que a mulher ideal era aquela que se aproximava das características de Nossa Senhora, doce e recatada, pronta para o pleno servir. Torres (2005, p.72), chama a atenção para o fato de que “mulheres devotas e submissas eram exaltadas e comparadas aos santos e a Virgem Maria. As mulheres que não se enquadravam nesses padrões eram vistas como lascivas, tentadoras e venenosas”. É o que poderíamos chamar de um processo de “santificação” da figura feminina com vistas a garantir sua submissão e controle frente ao universo masculino e, foi a partir dessa concepção, que as mulheres nativas foram inseridas ao processo de colonização da Amazônia, tendo que adequar-se as concepções europeias sobre a figura feminina.

Merece destaque o fato de que elas foram os sujeitos centrais no povoamento da Amazônia. O Diretório Pombalino¹⁵ exigiu delas, na segunda metade do século XVIII, que gerassem filhos em número que chegavam a dezesseis, dezoito, para fins de domínio da região (TORRES,2005). O casamento do homem português com a mulher indígena permitiria que a Coroa se apropriasse da região, por meio da cidadania de filhos portugueses nascidos na nova terra.

Retomando o fio condutor de nossas discussões deve-se registrar que em 1848, Manaus é promovida à categoria de cidade e recebe a denominação de Cidade da Barra do Rio Negro. Apresentava-se como um povoado rústico, isolado do resto do Brasil pela distância e pelas características naturais, com costumes e práticas próprias dos povos indígenas e sem grandes intervenções europeias, resumindo-se a algumas poucas práticas como o comércio, a ida à missa aos domingos seguido da hora das visitas, momento em que todos se visitavam e comentavam acerca dos maiores acontecimentos da semana.

Para os viajantes, Manaus ainda não se encontrava dentro dos critérios europeus de cidade, apesar de apresentar-se sob esta condição. O modelo de cidade estabelecido

¹⁵ O Diretório Pombalino foi uma lei implementada em 1757 pelo Marques de Pombal que tinha como objetivo principal adequar os povos tradicionais do Brasil aos moldes da sociedade portuguesa, retirando os missionários do gerenciamento das aldeias e vilas e repassando aos agentes públicos.

pela Europa era aquele que deveria possuir “um aspecto seguro, civilizado e belo” (MESQUITA, 1997, p.84), que apresentasse imagens e conceitos relativos ao progresso, a modernidade e ao urbano, em oposição ao rústico e ao bárbaro.

Tornava-se necessário imprimir a esta cidade rústica, implantada no meio da floresta, características aproximadas das cidades europeias. As mudanças necessárias estariam relacionadas não somente às questões urbanísticas e arquitetônicas, mas também à organização socioespacial, política, econômica e cultural, de forma a garantir o seu embelezamento e sua adequação aos padrões da cidade idealizada pelos moldes da reforma de Paris¹⁶, ocorrida em meados do século XIX e que será o modelo buscado por todos, inclusive por aqueles que gerenciavam as cidades das regiões mais longínquas do Brasil. Mesquita (1997, p.85) afirma que a imagem da cidade não é apenas uma consequência das transformações que se operam no mundo, mas também,

Um produto dos interesses que a sociedade manipula e a configuração da cidade passa a ser discutida, planejada e trabalhada para se chegar a um modelo ideal, envolvendo características que se aproximasse das ideias de civilização, progresso e modernidade

Ao pensar na efetivação de uma cidade aos moldes parisienses, seus elaboradores desconsideraram a existência de culturas e formas de organização social que se diferenciavam daquelas definidas por eles. Em seu discurso colonizador elegem a superioridade da cultura europeia sobre outras populações, outros povos e a necessidade de sua intervenção para que a região pudesse se desenvolver. Os discursos e as práticas sociais que vão tecendo os fios da cidade são construídos sem levar em consideração a diversidade da população local, sua cultura, seu modo de se comunicar, sua relação com a natureza, entre tantas outras coisas. A prática colonizadora baseou-se na ideia de dominação e subjugação de uma cultura sobre a outra, hierarquizando e apresentando a cultura europeia como sendo a ideal, modelo e a única aceitável pelo mundo Ocidental.

O processo de formação da identidade de um povo assenta-se nos arcanos ancestrais do próprio povo, sua diferença e especificidade. No entanto, o indígena foi visto pelo europeu como o Outro, o estranho, o selvagem, sem perfil de “civilizado”. É o que evidencia Campato Jr. (2016, p.293), ao afirmar que “o outro faz parte da construção da identidade, pois só me percebo ao perceber o outro, sob os auspícios do princípio da

¹⁶ Sobre isto ler o artigo de Roberto Ponge e Nara Helena Machado intitulado “As transformações urbanísticas de Paris no século XIX: análise e reflexões” (2014).

alteridade. O outro, na maior parte dos casos, constitui uma ameaça, coloca-nos diante de nossa incompletude, de, eventualmente, não sermos os naturais superiores”.

Perceba-se que a negação dos povos indígenas é, também, a negação da humanidade destes povos, uma afronta a sua própria história, à sua identidade. A identidade é a constituição de um povo, o seu pertencimento ao grupo. Significa reconhecer-se enquanto membro deste grupo e de suas singularidades culturais. Conforme sugere Fonseca (2003, p. 15), “as identidades culturais emanam da memória do sujeito coletivo desta identidade e provém de saberes compartilhados pelos seus indivíduos”. É o caso das práticas alimentares a partir das quais se pode contar a história de um povo, suas relações sociais, culturais e espirituais.

A maior parte da população de Manaus era composta de indígenas conhecidos como tapuios. O termo tapuio¹⁷ é uma designação do colonizador para se referir aos indígenas destribalizados de vários grupos linguísticos que não eram somente os Tupi. Eram os indígenas de modo geral, que perderam o contato com a sua língua e os costumes de suas etnias. É um termo impregnado de uma carga negativa relacionado aos selvagens que atrasavam o processo civilizatório.

A Manaus índia, tapuia, era uma cidade onde seus habitantes estavam acostumados a viver sua identidade. Era o espaço vivido a partir de seus hábitos ancestrais, suas práticas de cura, sua culinária, o costume de tomar xibé¹⁸, caxiri¹⁹, comer quinhapira²⁰, caças e quelônios diversos, como o tracajá²¹ por exemplo. Eram costumes que ligavam a população local a sua identidade, sendo difundidas pelos mais velhos aos mais novos pela tradição oral e que compõem a formação e a identidade da Cidade. São relações de pertencimento, de sobrevivência, de resistência, ou seja, de quem ela é, ou como aponta Krenak (2015, p. 327) “um território afetivo, talvez imaginário [...] numa posição de resistência, numa posição de muito clara afirmação, de identidade dos povos originários[...]”.

Essas particularidades coexistem no tempo e no espaço com as mais diversas investidas homogeneizadoras e, a conformação delas, expressa a constatação realista de

¹⁷ O termo tapuio estava relacionado ao processo de hibridização dos povos indígenas, isto é, um povo sem identidade ou não-indígena. Ver ALMEIDA. Aldeamento do Carretão segundo seus herdeiros Tapuios: conversas gravadas em 1980 e 1983, 2003.

¹⁸ Bebida típica da culinária Tupi à base de água e farinha de mandioca.

¹⁹ Bebida embriagante à base de mandioca fermentada, mastigada pelas mulheres.

²⁰ É uma palavra em nheengatu que significa peixe com pimenta. Para a sua preparação é necessário que a família tenha a pimenta plantada em sua roça ou comprada/trocada de quem tem.

²¹ É uma tartaruga de água doce encontrada nos rios amazônicos. Seus ovos são bastantes apreciados pelo povo amazônico.

que é preciso continuar decifrando os reajustes culturais através da história (Hall, 2003). Atualmente, essas relações são deslocadas ou reencarnadas como lutas entre forças descolonizadas, entre contradições internas e o sistema global como um todo.

Dois séculos após o início de sua colonização, várias populações indígenas da região já haviam sido destruídas social ou fisicamente e, as que permaneceram tiveram que desenvolver estratégias para conviver com o colonizador, constituindo uma sociedade marcada pela diversidade populacional e cultural. Neste período as mulheres permanecem sendo invisibilizadas, emudecidas e quase imperceptíveis na historiografia construída sobre a região nesse período, sendo poucos os relatos que apontam sua presença.

Dentre esses relatos, os de Elizabeth Agassiz (1975), são considerados um dos primeiros registros sobre a presença feminina na Amazônia. Ao passar por diversas povoações, Elizabeth exalta a autonomia que as mulheres indígenas possuíam no que se refere à realização do trabalho e à mobilidade, fato que contrapunha-se à fragilidade e delicadeza construídas pelo discurso patriarcal em relação a elas.

A cronista enfatiza a forma como as populações locais lidavam com o tempo e com o trabalho que, em muito, diferenciavam-se daqueles vivenciados pelos povos colonizadores, chamando atenção para o fato de que a cifra monetária não era um bem valorizado pelos indígenas e dirige duras críticas sobre a divisão do trabalho entre homens e mulheres, apontando a sobrecarga de atividades diárias designadas às mulheres. A autora deixa claro que “nunca se vê um índio trabalhar nos cuidados internos da casa, não carrega água, nem lenha, e não pega nem mesmo nas coisas mais pesadas [...]. As mulheres, ao contrário, são muito laboriosas [...]. Esperança está constantemente ocupada quer com a casa, quer fora dela” (AGASSIZ, 1975, p.186).

Há nos escritos de Agassiz as matrizes estabelecidas historicamente sobre as noções específicas de civilização e identidade, sendo Manaus, nesse contexto, um espaço onde irão se mesclar construções socioculturais de cunho europeizado às construções das populações do Novo Mundo. As mulheres, nesse sentido, estarão sempre em um segundo plano, sua presença será realizada nas entrelinhas dos escritos oficiais, sendo esquecidas pelas políticas públicas, assim como pela ciência. Elas são as grandes vítimas de um processo colonizador que as deixou ainda mais vulneráveis, seja pela violência física, simbólica, sexual e moral, seja pelo apagamento de sua presença e de sua forma de viver e ver a relação do homem com a natureza.

1.2 - Manaus da *belle époque* e suas metamorfoses

Ao passear pela cidade de Manaus, turistas e moradores encantam-se pelos espaços que trazem à memória recordações de um passado não muito distante. A área mais visitada da cidade é aquela que é composta por construções arquitetônicas que registram os avanços advindos com o ápice da economia gomífera na região, como o Teatro Amazonas, a Igreja e a Praça de São Sebastião.

Esse complexo traz à memória a representação de um período histórico marcado pelo embelezamento da cidade e pela ideia de acesso a modernidade, que se convencionou chamar de *Belle Époque*. Esse termo surge na França para nomear o período compreendido entre 1880 e 1914, caracterizado pela institucionalização dos modelos de civilidade e pela valorização do belo, ao mesmo tempo em que expõe a crise geral que se instalava no sistema sociocultural e econômico europeu. Para Silva (2006, p.21), o termo é “associado a situações críticas em diversos setores sociais: crise nas instituições tradicionais, crises financeiras, crise nas crenças religiosas”.

Com o evento do Iluminismo e da Revolução Francesa, Paris passa a irradiar as mudanças protagonizadas por cidades do mundo inteiro, no que se refere às questões sociais, políticas e culturais, “modificando hábitos, costumes e formas de viver” (SANTOS, 2008, p. 38). Torna-se a *civitas* do século XIX, o modelo de referência, assim como Londres foi o modelo de referência do século XVIII. É um período de grandes e prósperas economias, de mudanças de mentalidades a fim de alcançar o patamar de civilidade, que vai além das construções arquitetônicas e urbanísticas, alcançando o desenvolvimento tecnológico, artístico e cultural.

Inspirados nos preceitos de liberdade, igualdade e fraternidade, pensadores como Voltaire, Rousseau e Montesquieu elaboraram um arcabouço teórico para produzir transformações que pudessem abarcar diversos aspectos da vida em sociedade. Essas transformações estruturaram o sistema educacional, a cultura, o contrato social, dando alicerces à ciência que se encontrava em incipiente criação. Todo esse processo contribui para o surgimento de ideologias que levaram à Revolução Francesa conforme demonstrado na versão cinematográfica da obra *Os Miseráveis* de Victor Hugo, nos seguintes termos:

Mais um dia para um novo começo.
 Vamos levantar a bandeira da alta liberdade.
 Todo homem poderá ser rei

É um período de questionamentos a autoridade dos nobres e da Igreja, de severas críticas ao regime feudal e absolutista, apontando as abissais diferenças entre os direitos e os deveres dos cidadãos. Victor Hugo, em sua obra *Os Miseráveis*, publicada em 1862, revela com audácia e sensibilidade a revolta do povo francês ao se ver oprimido e deixado de lado como escória humana, abordando o sofrimento da população a partir da exibição de sua miséria e de suas condições de vida, além de apresentar os antagonismos políticos e conflitos vividos neste período histórico, como demonstrado em parte das canções apresentadas em sua versão cinematográfica. Vejamos:

[...] Você ouve as pessoas cantarem?
 Estão cantando a canção dos homens furiosos.
 Essa é a música de um povo que não será escravo de novo.

Paris, sob a gestão do Barão de Haussmann, é a primeira cidade a ser submetida às intervenções urbanísticas que alteraram, não somente, a organização e o rosto da cidade, mas produziram mudanças profundas e complexas na vida cotidiana de seu povo, instalando um novo modo de ver, sentir e viver a cidade. Oliveira (2003, p.30), lembra que “a cidade não pode ser reduzida à forma, pois a forma pode ser a mesma e ter funções diferentes em tempos diversos [...]. A cidade é produto das relações sociais que se espacializam como modo de ser de uma sociedade em espaços - tempos específicos”.

As mudanças vividas por Paris vão além da materialidade técnica apresentada pelos especialistas do urbanismo e suas teorias e técnicas, elas engendram situações geográficas, administrativas, estéticas, viárias, arquitetônicas e sanitárias que envolveram tanto o poder público quanto o privado. Baudelaire em *Le Cygne* (1985, p.325), situa os impactos produzidos pela profundidade e aceleração das transformações que aquela “velha urbe” passava nos seguintes termos:

A velha Paris não existe mais (a forma de uma cidade
muda mais rapidamente, infelizmente! Do que o coração humano);
Paris muda! mas nada em minha melancolia se
mexeu! Novos palácios, andaimes, blocos de pedra,
Bairros antigos, tudo se torna uma alegoria,
E minhas queridas memórias são mais pesadas do que pedras.
Assim, diante do Louvre, uma imagem me oprime:
penso no meu grande cisne com seus movimentos loucos,
Ridículo, sublime, como um homem no exílio,
implacavelmente roído pela saudade! e então de você.

Sob a égide da Modernidade Paris se transformou numa cidade dura, erigida sob a lógica do capitalismo e no ideário da classe burguesa, assentando-se num modelo de organização espacial único que influenciou e definiu o planejamento urbano de grandes capitais mundiais, como Nova York, Buenos Aires, o Rio de Janeiro e Manaus.

As cidades, tornaram-se objeto privilegiado no contexto da modernidade, pois foram utilizadas como centro de expansão e reprodução do mundo moderno. Elas garantiram, ao mesmo tempo, mudanças referentes à infraestrutura econômica, a tecnologia e aos meios de produção, bem como, aquelas referentes aos aspectos políticos e ideológicos da vida citadina. Gorelik (1999, s/p) ao tratar sobre a modernidade aponta para o fato de que ao se impor, tornou-se um meio para a modernização das cidades, considerando que a modernidade é “como um *ethos* cultural mais geral da época, como os modos de vida e organização social que vem se generalizando e se institucionalizando [...] e a modernização como aqueles processos duros que continuam transformando materialmente o mundo”.

Maffesoli (2013, p. 15) destaca o fato de que a Modernidade ocorreu a partir da cadeia razão-progresso-emancipação ao afirmar que “para mim, são três os valores modernos: progresso, racionalismo e trabalho”. O projeto de modernidade se instaura como uma experiência histórica que carrega consigo um significado de fragmentação e descontinuidade e que “altera radicalmente a natureza da vida cotidiana e afeta às dimensões mais íntimas de nossa experiência” (GIDDENS, 1991, p.33).

Nessa nova perspectiva, o espaço citadino servirá para as mulheres como um marcador que definirá a diferença entre homens e mulheres. É, pois, na vivência diária do espaço que serão reforçadas a ideia do espaço doméstico para as esposas, mães e filhas e, a rua, para aquelas que foram excluídas do espaço conjugal. Para estas era designado o mundo da prostituição, das “decaídas, marafonas, rameiras, cocotes,

polacas, ratuínas” (SANTOS, 2007 p.78). Elas irão compor os circuitos de vivência das “sexualidades ilegítimas” como denomina Foucault (1988), aquelas dos bordéis, das casas de tolerância, das zonas de meretrício. Santos (IBIDEM, p.92) chama a atenção para o fato de que,

Suas identidades estavam relacionadas aos locais que frequentavam, o espaço da rua, às suas atividades para garantir a sobrevivência em solo urbano e até as elaborações lúdicas das quais tomavam parte, como a dança de salão, os bares e outras expressões da cultura urbana.

Note-se que os termos preconceituosos e discriminatórios utilizados para designar as mulheres que viviam do ofício da prostituição refletiam a forma hierárquica como a sociedade também se organizava. De um lado, aquelas que se faziam presentes nos luxuosos cabarés da cidade e atendiam os donos dos seringais e os grandes comerciantes da época e do outro, as mulheres locais que vivenciaram o preconceito étnico que as afastou dos grandes salões e casas de luxo da época e as impeliu para os meretrícios e as ruas escuras e fétidas da Manaus portuária. Sobre isso Santos (2007) chama a atenção para o fato de que elas eram as brancas, loiras, as polacas que foi o termo que se popularizou para denominar todas as mulheres europeias, independentes de sua nacionalidade, que chegava em Manaus a fim de exercer o ofício da prostituição e, apesar de encontrarem-se em menor número, suas características as diferenciavam “da população local, das caboclas e mestiças de pele bronzeada” (IBIDEM, p. 79).

A constituição da identidade feminina é construída com o objetivo de diferenciar as mulheres entre si e, assim, manter sobre controle sua sexualidade e seu corpo. Uma constituem o grupo das “boas para casar”, preparadas para a reprodução, enquanto outras fazem parte do grupo de “boas para dar prazer”. Note-se que essa tipificação preconceituosa se assenta na lógica da dominação e tem na diferença de classe o seu eixo articulador, espraçando-se entre as atividades diárias da vida cotidiana para que seja legitimada. Castells (2001, p. 23), aponta que,

A construção de identidades vale-se de matéria prima fornecida [...] pelas instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva [...] pelos aparatos de poder e de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que organizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como, em sua visão tempo/espaço.

A exigência social de uma tutela masculina para as mulheres ainda se fazia presente, não obstante, com a *Béllé Époque*, abre-se a possibilidade de questionamentos à ordem vigente. Apesar de continuarem sendo vistas como fonte de reprodução e manutenção da sociedade, as mulheres passaram a questionar essa situação de submissão. Influenciadas pelo intenso processo de modernização e urbanização das cidades, de sua inserção no mundo do trabalho e seu acesso à educação, as mulheres passaram a definir sua posição na sociedade construindo trincheiras de resistência e sobrevivência, ou o que, Castells (2001, p.24), convencionou denominar de identidade de resistência, ao referir-se aquelas identidades “criadas por atores que encontram-se em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação”.

Na Amazônia, a valorização da borracha começa a ganhar destaque a nível internacional, mobilizando todas as atenções para as terras nortistas do país, em especial, os seringais do Amazonas, Pará e Acre que monopolizaram até 1910 a produção mundial da goma elástica e contribuíram para que a *hevea brasiliensis* ocupasse o segundo lugar na pauta das exportações brasileiras. Fato que fez circular capital e mobilizar recursos humanos para a região.

Sob a luz da modernidade e da civilidade e com o intuito de atender aos interesses de uma elite mercantil que se firmava na cidade (COSTA, 1997), Manaus, que era considerada uma cidade bucólica, construída social e culturalmente a partir dos costumes e tradições indígenas, estava prestes a submeter-se a intervenções drásticas em sua estrutura física, social e arquitetônica. Precisava atender as exigências de melhoramento urbano baseado na superação das manifestações naturais próprias da região como a vegetação, os igarapés e a topografia.

Tornava-se obrigatória sua adequação aos rigores da civilidade e aos ditames do mercado, momento em que ocorre não somente a reorganização do seu espaço interno, mas de todo o espaço circunvizinho. A cidade necessitava adequar-se aos propósitos da civilidade europeia, em especial a cidade de Paris, concebida como referência para as outras cidades do mundo, modelo de metrópole, modelo de *civitas*. O imperativo da modernização vai definindo a nova ordem de ocupação e exploração do espaço urbano, onde prevalece a exclusão e a dominação da população que não se enquadra nesse padrão, em especial, a população nativa.

Nesta Manaus indígena o que vigorava era o ritmo da aldeia, da vida em comunidade, das relações de compadrio e parentesco, do imaginário, era o tempo da

tradição. No novo tempo que se apresenta pelas novas construções mercadológicas exigia-se um novo homem/mulher para a nova cidade que vai se delineando em seus espaços visíveis e invisíveis e, neste sentido as principais mudanças urbanísticas vivenciadas pela cidade constituir-se-ão num contraponto a essa maneira de ver, viver e conceber o espaço urbano.

As intervenções realizadas tinham como principal objetivo “modernizar, embelezar e adaptar Manaus às exigências econômicas e sociais da época” (DIAS, 2019, p.30), a partir da negação e da invisibilidade das especificidades sociais e culturais dos povos aqui residentes. Mesquita (1997, p.174), assinala o fato de que Manaus passa por um processo de embelezamento que tem como eixo os preceitos de civilização e progresso e, neste contexto, suas características de cidade com feições indígenas, vão sendo modificadas assumindo “características bastante cosmopolitas e típicas da *belle époque*”. É o que o autor denomina de política de branqueamento ao afirmar que, “podem ser simbolicamente compreendidos como um “rito de passagem”, no qual a cultura local despia-se das tradições de origem indígena e vestia os traços de características ocidentais” (IBIDEM, p.179).

A reurbanização da cidade era uma estratégia para eliminar de sua vivência as práticas e culturas indígenas. Manaus, como grande centro econômico, não poderia ser indígena, nem mestiça, tinha que ser “burguesa, bela, moderna, higiênica, ordenada e, acima de tudo, branca” (PESAVENTO, 1998, p.380). A elite manauense começa a impor um novo modelo de sociabilidade e, nesse novo formato, não havia espaço para outros grupos. De acordo com Santos (2010, p.187), “começava a incomodar [...] o fato de Manaus parecer mais uma aldeia do que uma cidade, uma vez que a esmagadora maioria de seus habitantes era formada de índios e mestiços [...]”.

Como a maior parte da população era composta de indígenas, tornava-se necessário excluí-los da área central da cidade, pois nesta “nova cidade”, que era voltada para a Modernidade e para o belo, a sua cor, a sua fala e seus costumes contrastavam com o espaço construído. Os moradores locais viam-se obrigados a afastarem-se da área central da cidade e assim, dá-se continuidade ao processo de colonização da Amazônia brasileira que se fundamentou na falta de reconhecimento da diferença, na recusa do Outro e na destruição da alteridade dos povos. Em relação ao racismo étnico, Krenak, em entrevista concedida ao jornalista Juremir Machado, se refere nos seguintes termos:

No século XVII se discutia se era possível escravizar os índios. Era para ver se os índios tinham alma. Debatia-se para saber se os índios eram gente. Não tem racismo mais escrachado do que colocar em debate se parte do gênero humano tem alma. Ou seriam animais? Passamos por esse scanner. Então é claro que eu me sinto invadido e discriminado o tempo todo. A coisa do racismo, do preconceito de classe, do preconceito de condição econômica, isso é mais gritante do que aquele da cor da pele. O preconceito que eu sinto não é o que um homem negro experimenta (Correio do Povo, 2020).

Inicialmente as primeiras intervenções sofridas estavam diretamente relacionadas à necessidade de “superar as condições e manifestações naturais que a vegetação, a topografia e a ação das águas dos igarapés impunha” (GROBE, 2014 p. 52). Essas manifestações naturais eram vistas como obstáculos ao desenvolvimento e à civilidade, por este motivo são os primeiros elementos a sofrerem as mudanças. E, deste modo, a relação antes estabelecida entre o homem e a natureza começa a se romper.

O discurso higienizador que apresenta os igarapés como principal veículo de proliferação de doenças²² reforça as mudanças iniciadas. Ao tratar sobre discursos Foucault (1979), destaca que estes são mais fortes que os homens, motivo pelo qual a renovação da paisagem urbana vai tomar *corpus* e se instituir como realidade, impondo um processo de rupturas com recortes e transformações em sua paisagem natural. O autor defende a ideia de que o poder é exercido através de práticas discursivas, ou seja, será através dos discursos que o poder será configurado na sociedade através de normas e práticas que determinarão o que será considerado verdadeiro/correto em uma sociedade.

No Brasil, o modelo de planejamento urbano deste período era influenciado pelas ideias veiculadas pelos urbanistas europeus, que tinham seus discursos e ações baseados na higienização urbana²³, na melhoria do sistema de circulação da cidade e no seu embelezamento, como ocorreu em Paris em meados de 1850. Foucault (1979), considera que o higienismo urbano utilizado no planejamento das mudanças ocorridas em Paris, e em outras capitais, poderia ser percebido dentro do contexto da medicina social²⁴ e visto, sobretudo, como uma estratégia para a produção de novas maneiras de

²² O anexo sobre o estado sanitário da Província elaborado pelo Presidente Silvério José Nery, de 1854 já apontava a necessidade de “limpeza dos igarapés”, por ser “uma poderosa causa de moléstias”.

²³ Sobre isso ler Maria Clélia Lustosa Costa em seu texto “O discurso higienista e a ordem urbana”.

²⁴ A medicina social passa a influenciar outros ambientes sociais, entre os quais a cidade, que vai sendo basilada a partir da perspectiva de camuflar as contradições e resistências que a convivência urbana apresentava, ao mesmo tempo que poderia sanar as “deficiências” do ambiente

pensar, ver e agir dos indivíduos, pois além da perspectiva da cura era estabelecido uma normatização sobre a vida das pessoas.

Inicialmente as pontes sobre os igarapés facilitariam a circulação e o acesso, mas, posteriormente, se fizeram necessário tomar providências referentes ao nivelamento dos terrenos com práticas de aterramento e desaterramento. Tornou-se necessário proceder ao alinhamento dos edifícios, das casas e espaços comuns à população, como praças e parques, bem como o alargamento e prolongamento de ruas.

O grande marco das mudanças estruturais da cidade, diferente do que se tem divulgado, refere-se ao aterro dos igarapés. Essa prática modificou o solo urbano e as relações simbólicas que a população compartilhava entre si e com seu mundo, pois eram a partir deles que se delineavam as atividades cotidianas, do fazer do dia a dia das pessoas que ali residiam, constituindo-se como um elemento da cultura local que agregava o saber tradicional, o lazer e os meios de sobrevivência vinculados à tradição indígena, referenciando o valor de uso dos espaços e da natureza. Conforme Dias (2019, p.31),

Se substitui a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida [...] mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos [...] é a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando com o atrasado e feio, e construindo o moderno e belo.

A ideia principal era romper com toda a estrutura física ali existente e privilegiar as iniciativas advindas da estética da modernidade, num esforço para embelezar a capital da Província, a fim de atrair cada vez mais investidores e atender à lógica do mercado internacional.

Manaus passa por um processo de reconfiguração que, além de trazer novos olhares sobre a cidade, apresenta mudanças estruturais historicamente representadas, ocorrendo uma tentativa de apagamento de costumes e tradições populares. O discurso que sobre ela foi construído a exaltava como lugar de civilidade, riqueza, local da elite e para a elite e sua fisionomia cada vez mais vai se distanciar da atrasada Barra do Rio Negro. Daou (2014, p.16), destaca que “a cidade de Manaus no apogeu da borracha é pensada como se fosse o foco de luz, confrontado com a escuridão das matas, tida como o oásis de civilização em meio ao deserto de história e ao primado da natureza”.

Aos poucos a cidade vai tomando outras feições, vai se metamorfoseando, não é mais aquele povoado relatado pelos viajantes e cronistas. A Manaus índia vai perdendo o sentido do afeto, do sensível que existia na relação do homem com a natureza, como diz Aldísio Filgueiras (1994) na poesia “Muitas cidades”:

Sim: existe uma cidade em nós.
Uma cidade tão singular que se realiza apenas
no plural: Manaós-Manaus [...]
Existe uma cidade em nós que aprende
a ter voz ... palavra e sentimento.

A ideia de cidade monumental toma conta dos discursos oficiais e torna-se a marca registrada dos livros que descrevem esse período da história manauense, refletindo a representação de uma cidade que era idealizada por indivíduos que vivenciavam outras realidades e que se impõe sobre uma cidade já existente, vivida, sentida e consumida pelos habitantes do lugar. Pesavento (1995, p. 34), chama a atenção para o fato de que,

As representações da cidade provocadas pela narrativa que inventa o urbano [...] são absorvidas como se fossem as verdades únicas da cidade, como se fossem fatos históricos naturais da cidade [...]. Por isso mesmo é a invenção do historiador que dá sentido ao rumo que a história urbana toma.

A produção arquitetônica do final do séc. XIX e início do séc. XX e as intervenções urbanas²⁵ no centro da cidade são a marca registrada de Manaus nesse período, tais como, os prédios do Palácio da Justiça, Prédio da Alfândega, Igreja da Matriz, Igreja dos Remédios, entre outros.

²⁵ As imagens e representações que a Manaus do Fausto construiu tem potencial destaque nos escritos de historiadores, sociólogos, geógrafos entre outros, ao apontar as experiências, as vivências e os contrastes da época, bem como seus deslumbramentos e imponência.



Figura 3 – Teatro Amazonas em 2019.
Fonte: cidadesemfotos.blogspot.com

O Teatro Amazonas é a imagem emblemática que percorreu toda a Europa através dos cartões postais, apresentando uma Manaus moderna e civilizada, sendo “essa a Manaus mais divulgada, a cidade revelada em fotografias e cartões-postais”, conforme afirma Hatoum ao prefear a 3ª edição da obra de Ednea Mascarenhas (2019).

Manaus se aproxima a Marília, cidade insólita de Calvino (1990, p. 15), onde o visitante é convidado a conhecê-la pelas imagens que lhe são apresentadas, imagens congeladas que se cristalizam como representações de uma cidade hegemônica, a Manaus do Fausto, saudosa e reverenciada “reconhecendo a magnificência e a prosperidade da Maurília-metrópole [...] enquanto antes, em presença de Maurília provinciana não se via absolutamente nada de gracioso”.

A Manaus do fausto, da historiografia regional que serpenteia por entre os marcos e símbolos de magnificência e da modernidade da *belle époque*, tem um divisor de águas na sua trajetória histórica. Não é mais aquele lugarejo pacato que se configurou no olhar dos viajantes como o símbolo da barbárie, agora tornou-se o ícone da civilização no meio da floresta amazônica.

A modernidade desperta o sentimento do “agora”. Faz uma ruptura com o antigo e estabelece indicativos para novas sociabilidades e mentalidades, fato que desperta na maioria dos moradores uma sensação de ambiguidade. No caso das mulheres, a crítica à divisão sexual dos papéis sociais vai contribuir para que elas adotem novos hábitos e comportamentos, entretanto, sem saírem da regência de um discurso tradicional que

evidencia seu papel de dona de casa e mulher do lar, nos moldes da família tradicional burguesa.

Como a reestruturação urbana foi moldada em uma sociedade desigual, Manaus também tem sua organização social baseada na diferença entre as classes. A parte mais elitizada era composta por homens e mulheres brancos (as) e sofisticados que imitavam os costumes europeus, principalmente no que se refere ao uso de vestimentas. As mulheres desse grupo geralmente eram as esposas dos barões da borracha que utilizavam-se de vestes e adornos onerosos (joias e chapéus)²⁶ para demonstrar à sociedade a condição financeira de seus maridos, porém sempre submetidas “as regras da casa paterna, a moral católica e a dedicação à vida doméstica” (DAOU, 2014, p.178). Apesar de ser considerada um espaço de desvio, às mulheres mais ricas era permitido sua presença apenas em alguns momentos e em determinados lugares, como nos teatros, nas casas de chá, nas grandes avenidas, sempre acompanhada de seus maridos, escravas e/ou serviçais, pois andar sozinha não coadunava com o papel social designado a elas.

No que diz respeito às mulheres de classes populares, sua participação na cidade deu-se através de sua inserção no mundo do trabalho em posições menos valorizadas e de baixa remuneração, não contribuiu para que as prescrições morais fossem reduzidas. Ao contrário, sobre elas recaiu “o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho” (RAGO, 1997, p.63). Elas eram, em sua maioria, as responsáveis pelo sustento da família e tinham como lócus de trabalho os espaços públicos, a rua, pois suas atividades laborativas sempre foram realizadas fora de casa. Situação que, ainda observamos nos dias atuais na Manaus dos novos tempos. Uma das mulheres ouvidas neste estudo, chefe de família que provê o sustento de sua família com o trabalho informal, se pronuncia sobre este tema nos seguintes termos:

Eu trabalho como camelô há, pelo menos, uns 10 anos. É daqui que tiro o meu sustento e o dos meus filhos. Sempre foi assim. Quando eu estava casada, meu marido também me ajudava, mas depois da separação tudo ficou comigo. Então é daqui que tiro o meu ganha

²⁶ A moda era um fator que além de ditar comportamentos, era também um elemento fundamental para construir socialmente o afastamento entre ricos e pobres, pois ela passa a refletir as mudanças comportamentais e sociais de um período histórico. Os franceses foram os responsáveis pela modificação na vestimenta durante a Revolução Francesa, primeiramente através da figura feminina de Maria Antonieta com seus corpetes justos e suas saias volumosas, modificando a silhueta feminina, e, logo depois, a de Josephine, esposa de Napoleão Bonaparte que passou a “lançar moda”, com tecidos finos, transparentes e mangas bufantes, chegando a fazer parte do ilustre guarda-roupa das damas inglesas (RASPANTI, 2011:211).

pão. Hoje meus filhos estão crescidos e trabalhando, mas mesmo assim preciso garantir o pagamento das contas no fim do mês (Crisântemo, 46 anos, entrevista, 2021)

Note-se que Crisântemo apresenta de forma clara a condição que muitas mulheres amazônicas se submetem até os dias atuais para garantir os meios necessários para sua sobrevivência e o de seus familiares. Historicamente elas sempre estiveram presentes na informalidade. Elas são as cozinheiras, costureiras, bordadeiras, lavadeiras, vendedoras ambulantes, as industriárias, as prostitutas e que dependem “da liberdade de locomoção e de permanência nas ruas e praças [...] onde improvisavam cotidianamente papéis informais e forjavam laços de sociabilidade” (SOIHET, 1987, p. 366-367). A rua é o seu espaço, onde elas exercem o seu mister de trabalho, mas contraditoriamente, elas são invisibilizadas neste espaço, são silenciadas, excluídas da cidadania e da proteção trabalhista. São sujeitos do asfalto, invisíveis aos olhos do Estado e de outras estruturas de poder.

Impõe-se um novo modelo de sociabilidade que valorizava estilos, normas e valores cosmopolitas, elitistas, “varrendo” as camadas subalternizadas sem o direito à cidade. A suntuosidade de prédios como o Teatro Amazonas, Alfândega, Igreja da Matriz, entre outros, a edificação de ruas com características que se aproximavam dos grandes boulevares europeus, foram um dos grandes feitos deste período. É o que relata o barão de Santa- Anna Nery nos seguintes termos:

Manaus hoje, [...] tornou-se uma bela cidade [...] Grandes avenidas, largas e arborizadas, que com o tempo se transformarão em esplêndidos boulevares [...] A pavimentação das ruas se completa aos poucos [...] Belas pontes, algumas de ferro, sucederam as pobres passarelas (NERY, 1979, p.104-105).

A Avenida Eduardo Ribeiro é erigida, então, a partir desta concepção, sendo à ela destinada a passagem dos trilhos dos bondes, o estabelecimento de várias casas comerciais. Dentre esses estabelecimentos constavam as confeitarias, as lojas de moda, restaurantes, bares, ateliês de modistas, alfaiatarias, hotéis e restaurantes a fim de atender a demanda da elite manauense, bem como proporcionar um espaço de lazer que se aproximasse dos parâmetros europeus instituídos.

Daou (2014, p.103) ao analisar a elite amazonense neste período concebe a Avenida Eduardo Ribeiro como a “coluna dorsal da cidade moderna”, pois é ela que

fará a ligação de seu centro comercial ao porto flutuante, espaço de entrada e saída de visitantes e investidores, entreposto comercial e a primeira conexão da cidade com o mundo. Naquele momento o porto representava uma ponte que conecta a cidade a tudo aquilo que representava a modernidade (hábitos, costumes e valores), um elo de ligação entre o que é e o que há de ser, entre a cidade ideal e a cidade real, vivida, do cotidiano. Oliveira (2017, p.35) afirma que,

O porto é o lugar privilegiado dos encantos transfigurados em enigmas amazônicos a oferecer interrogações sobre origens e destinos. O porto não é apenas o local de chegada e de saída é a fronteira entre o real e o imaginário, possibilitando inúmeras leituras de ritmos e de tempos diversos.

Historicamente, a Manaus do Fausto, da opulência, da grandiosidade, dos grandes feitos e dos coronéis da borracha foi a mais divulgada e presente nos livros escolares. Ao povo comum destinou-se a marginalização e a invisibilidade. Inicialmente, tratados como bárbaros, sem alma, selvagens, os indígenas residentes na cidade assumem o papel de trabalhadores, bem como, os negros e nordestinos que começam a ocupar o espaço urbano vindos de seus estados à procura de melhores condições de vida nos seringais amazônicos.

A presença da população mais vulnerável nos espaços destinados à elite da borracha era considerada uma ameaça, não somente física, mas principalmente, uma ameaça aos princípios e valores do grupo dominante e por esse motivo precisavam ser reprimidas, quer seja pelas normas e leis, quer pela organização do espaço urbano. Eram excluídos desses espaços os pobres, os desocupados, as prostitutas, os doentes, os trabalhadores, ou seja, todos aqueles que se opunham aos valores preestabelecidos.

As forças dominantes do capital e das elites expulsam essa população para as áreas mais distantes do centro da cidade, às margens, em espaços sem nenhuma infraestrutura ou serviço público acessível. O centro da cidade não tinha mais espaço para os seus moradores originários, era necessário deixar a cidade bela, limpa e higienizada para entrar na modernidade e abrir alas ao capital.

O modo de ser, viver e conceber a relação com o espaço vivido concebido pelos indígenas era diferente dos outros grupos populacionais que aqui instalavam-se, tornando necessário mantê-los afastados do “coração e do cérebro” da cidade. Eram expulsos do centro comercial para as áreas mais afastadas e sem acesso aos serviços

públicos essenciais, dando origem a bairros como São Raimundo, Constantinópolis (atual Educandos), Colônia Oliveira Machado, Cachoeirinha e Mocó todos separados do centro por igarapés. Bromélia (48 anos) em entrevista, revela o seguinte:

Eu morava na Rua Amâncio de Miranda, lá no Educandos. Quando eu cheguei lá o bairro tinha outro nome. Não tinha a ponte e a gente pra chegar no Centro precisava ir de catraia. Eu era pequena, e eu lembro que a gente atravessava de catraia pra deixar o papai no trabalho. Depois, mesmo com o ônibus (a ponte foi construída!), a gente continuava a andar de catraia porque era mais rápido. Naquela época o bairro era tranquilo, a gente ficava até tarde conversando na frente de casa, sem ter medo. Bem diferente de hoje (entrevista/2021).

Bromélia em sua narrativa relembra seus tempos de infância e demonstra como ocorria a extensão territorial da cidade naquele período. Manaus crescia ostensivamente, principalmente em número populacional. Já não se via uma cidade preponderantemente indígena, mas entrecruzavam-se negros, tapuios e brancos, além dos nordestinos que chegam a cidade fugindo dos flagelos da seca e a procura das vantagens do trabalho com a extração da borracha brasileira, incentivados pelos governos estaduais e federal à época.

A cidade passa a posicionar-se de costas para o rio e, simbolicamente, vai aterrando junto com seus igarapés, os costumes e tradições vivenciadas pela população indígena residente na cidade. Eles que ali residiam, possuíam uma ligação simbólica com este rio. Para eles, O Rio de Leite como é chamado pelos Baré, Tukano, Tuyuka e Piratapua é um rio sagrado, pois foi a partir de sua foz que a Cobra Canoa, a Canoa da Transformação, trouxe consigo os ancestrais de seus povos²⁷ e todo o conhecimento dos povos tradicionais.

²⁷ Acerca disto ver o documentário “Pelas águas do Rio de Leite” produzido pelo Instituto Sócio Ambiental

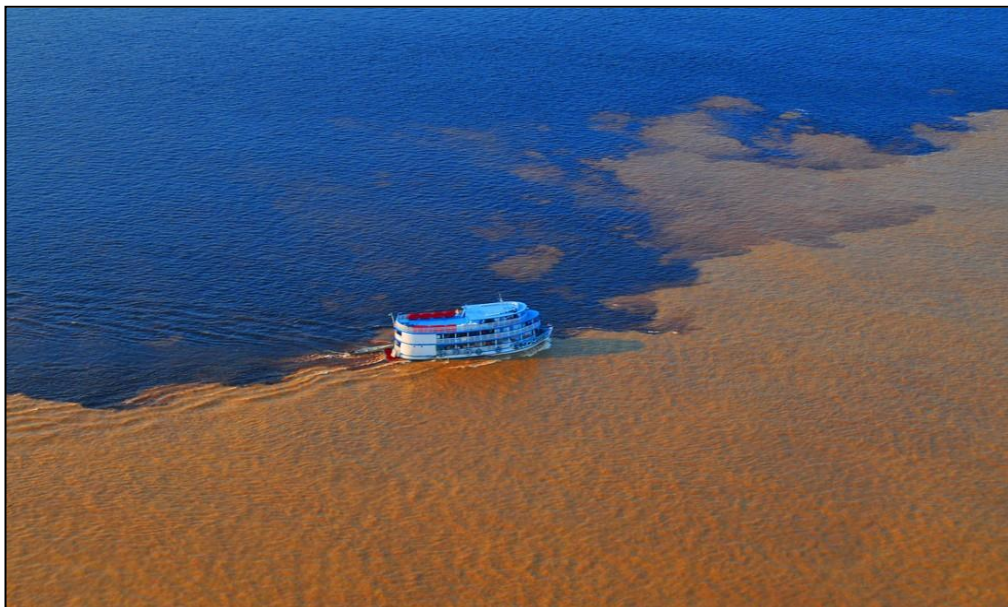


Figura 4 – Encontro das águas. Local onde Cobra Canoa inicia sua viagem de transformação até o alto Rio Negro.2020.

Fonte: Chico Batata – G1 Amazonas.

A água é o Opekõtaró, isto é, o útero materno, aquela que gera a vida, que fecunda toda a criação e sacia todos os seres vivos, um bem sagrado feminino. Pode-se dizer que o lago adotou Manaus como filha, como cria. Higino Tenório (Tuyuka), liderança indígena do alto Rio Tiquié, ao falar sobre o rio de leite o define como sendo “um lugar de geração da vida [...] lugar sagrado de nascimento espiritual da Gente de Transformação, e é lá que é o centro da vida do povo daqui” (RICARDO e ANTONGIOVANNI, 2008, p.51).

Freire (2008) salienta que Manaus se expandiu de costas para o rio, não apenas no que se refere a sua organização socioespacial mas, principalmente “porque ignora os povos que vivem nesse rio, criadores de narrativas, de poesia, de música”. Na mesma direção, Hatoum (2008), assinala que a invisibilidade do rio Negro consiste no fato de que os moradores ignoram seu leito, sua riqueza cultural, paisagística, ambiental e, principalmente simbólica, visualizando-o apenas como uma simples via fluvial.

Essa cidade pulsante, viva, dicotômica e contraditória chega a modernidade com ares de urbes “branqueada” que se dizia branca e moderna, contrapondo-se a cidade indígena com costumes e traços culturais considerados bárbaros. Uma cidade dividida entre ser a Marília de Calvino, dos historiadores, bela e próspera, e ser a Zirna dos viajantes e naturalistas, mestiça, tacanha e rústica, que tentou-se enterrar junto com seus igarapés.

Em pleno apogeu da extração da borracha, Manaus dá as costas para o seu rio criador e inicia um processo considerado por muitos como irreversível: a inserção da cidade aos ditames do mercado e da globalização. Oliveira (2017, p.13-14) expressa sua indignação em sua obra “Crônicas da minha cidade” ao afirmar que,

Com os olhos cheio de lágrimas ficamos a ver a cidade a partir do rio, mas isso não basta [...] . O Rio Negro na frente de Manaus já foi nossa sala de visitas, depois a nossa cozinha, agora talvez seja a nossa privada, em que aquele prédio inacabado e em ruínas próximo a foz do Tarumã, possivelmente financiado com recursos públicos, é o exemplo acabado, sem tirar nem por, da nossa incúria.

O rio que serviu para iniciar a história da cidade é deixado para trás. Ele, assim como tantos outros elementos naturais e culturais são percebidos dentro da dicotomia homem- natureza, e assim visualizados como díspares, distantes e dissociáveis, próprio do pensamento único da ciência moderna e que acabou impedindo a compreensão do mundo a partir do que mais humano existe: o sensível.

1.3 - Manaus fragmentada e recortada

O viver nas cidades tem se tornado o eixo central das grandes discussões sobre a apropriação do espaço urbano. Alvo da discussão de várias áreas do conhecimento, as cidades tornaram-se um dos espaços-chave para as pessoas do mundo, sendo considerada como um dos mais complexos bens da existência humana.

Ocorre que, não muito raro, ela tem sido pensada apenas a partir das expressões que mais se sobressaem aos olhares dos planejadores. São as questões econômicas, comerciais, políticas, geográficas e arquitetônicas que tem constituído a centralidade das discussões sobre a cidade, ignorando-se, muitas vezes, o conteúdo da prática social que lhe garante a forma e o conteúdo.

Na concepção de Lefebvre (2001), a cidade pode ser concebida como uma obra resultante da projeção da ação humana sobre o espaço, levando em consideração as condições históricas e as relações humanas vivenciadas em determinada época. Ela passa a assumir a forma, característica e funções distintas de acordo com o momento histórico vivenciado. Carlos (2001) destaca que é a relação entre o sujeito e o espaço que define a constituição da cidade. Para a autora, a existência das cidades não pode ser reduzida apenas à sua forma física, mas ao significado que sua forma adquire para as pessoas que nela vivem.

Nesta mesma direção Santos (2006), aponta para o fato de que o espaço deve ser considerado como o resultado de uma relação indissociável entre um sistema de objetos e um sistema de ação. Ou seja, resulta de sua constituição física e das relações humanas que sobre o espaço são estabelecidas e que faz com que a sociedade se perceba através das formas e das funções que a ela são atribuídas.

Veja que a análise sobre a cidade toma outras dimensões. Ela se abre para a análise da dimensão humana. Como um espaço onde se forja a realização do ser social, ele não é neutro. Ela é o resultado das relações que sobre ele se estabelecem e como tal não pode ser concebida como o projeto de uma única pessoa. Ela é um produto coletivo. Ela é “lugar do homem; [...] obra coletiva que é impensável no individual; cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais” (PESAVENTO, 2007, p.14).

Ao nos debruçamos sobre o tecido social que compõe as cidades, sobre as relações que nelas se constroem, atentamos para o fato de que elas são permeadas por

uma dimensão sensível, que percorre os espaços vividos, visíveis e invisíveis, como uma teia que liga e religa os pontos de intersecção em que “cada entrelaçamento é um nó, e quanto mais essas linhas vitais estão entrelaçadas, maior é a densidade do nó” (INGOLD, 2015, p. 219-220). Isto demonstra a complexidade que permeia o ver a cidade além da materialidade de sua arquitetura ou organização espacial.

Bachelard (2008, p. 163), chama a atenção para o fato de que é necessário alimentarmos uma nova concepção sobre o espaço que não se limite ao observável e palpável. Ao contrário, seja pautado sobre aquilo que não vemos, que não é mensurável, que está circunscrito na perspectiva do invisível, do sensível, da imaginação, do tofílico, É o espaço vivido, o espaço habitado pelo indivíduo em sua multiplicidade, em sua percepção, em sua emoção. Nesta perspectiva a cidade é por excelência o lugar da vivência, um espaço sensível importante para estabelecer uma leitura mais humana, menos geométrica e quantificável dos espaços urbanos. Conforme Park (1987, p. 29), trata-se de,

[...] um estado de espírito, um corpo de costumes e de tradições e dos sentimentos e atitudes [...] não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem: é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana.

É nesse espaço que os moradores desenvolvem um sentimento de pertencimento a uma coletividade, onde eles desenham a sua identidade. Crisântemo ao narrar a sua experiência no movimento de moradia em Manaus revela o seguinte:

Quando a gente está no Orquídeas²⁸ parece que a gente é tudo igual, temos os mesmos problemas, as mesmas dificuldades. Antes eu achava que ir pra rua fazer passeata, paralisação, mobilização não era legal. Hoje eu sei que essa é uma das formas da gente conseguir o que a gente tá precisando. E aí é todo mundo junto, eu, os meus vizinhos, pessoas de outras entidades que vão estar lá. Todos parecem até do mesmo grupo. Quando eu estou nas atividades do Orquídeas parece que eu sou realmente de um grupo. Lá a gente é respeitado, ouvido (entrevista, 2021).

²⁸ Refere-se ao Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas existente na cidade de Manaus. Ele foi responsável pela execução do Projeto Loteamento Residencial Unifamiliar Orquídeas que garantiu a construção de 600 unidades habitacionais para famílias de baixa renda, pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.

Observe-se que Crisântemo foi, aos poucos, construindo um nível de consciência social e política que a levou ao engajamento político com participação nas lutas sociais. Para ela a conquista da casa é o aspecto que mais se destaca no sentimento de pertencimento ao lugar, apesar de não se encerrar nele. Freitas (2008) argumenta que o sentimento de pertencimento está diretamente relacionado aos laços que ligam o sujeito ao seu modo de ser, aos comportamentos e estilos existentes em um determinado grupo ou comunidade, fazendo com que ele se sinta um participante pleno no que se refere aos papéis sociais, às normas e aos valores ali exercidos.

Para que possamos buscar a identidade e o sentimento de pertença de um lugar é necessário que compreendamos o entrelaçamento das falas e dos conceitos que constroem a forma dos espaços. Os significados, os sentidos e os valores que atribuímos aos espaços constituem a sua identidade e são elaborados e reelaborados cotidianamente. Bauman (2005, p. 21-22) destaca que “a identidade só nos é revelada como algo a ser inventado e não descoberto; como alvo de um esforço, um objetivo; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre as alternativas e então lutar por ela e protege-la lutando ainda mais”.

Ao tratarmos das cidades sob um olhar mais humanizado e sensível, que leve em consideração os valores, costumes e práticas próprias das pessoas que nela vivem e circulam, somos compelidos a nos contrapor à visão da cidade concebida como uma mercadoria²⁹, em que somente alguns a acessam. Estamos nos referindo a uma cidade possível onde todos os seus habitantes, sejam eles presentes ou futuros, permanentes ou temporários possam usar, ocupar, produzir e decidir de forma justa e inclusiva.

Lefebvre (2008, p. 38), afirma que “o direito à cidade significa o direito dos cidadãos-citadinos e dos grupos que eles constituem (sobre a base das relações sociais) de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de trocas”, não devendo ser reduzido somente ao acesso aos bens e serviços, nem a infraestrutura e moradia. Ele extrapola essa lógica pois esse direito é um bem comum, demandando o exercício de um poder coletivo com fins de reconfigurar os processos de organização do espaço urbano, tornando-o mais justo e igualitário. No que se refere ao gênero, Calió (1991, p.2) aponta a necessidade de a sociedade aprender a se configurar também no feminino conforme podemos perceber:

²⁹ Sobre isto ler: MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Durante muito tempo, a prática desigual de uso do espaço urbano entre homens e mulheres não foi percebida como uma questão importante. Importavam, sobretudo, as divisões espaciais provocadas por questões demográficas, econômicas, culturais e políticas. Aos poucos essa situação vem se modificando. A introdução da variável de gênero vem permitindo que se analise o lugar de homens e mulheres no urbano, mostrando como e porque cada um vive o cotidiano da cidade com diferentes lógicas temporais e espaciais de organização.

A cidade de Manaus, que hoje possui 53% da população do Amazonas³⁰, teve seu processo de colonização e expansão urbana organizada sob o primado das dicotomias. Dias (2019, p.30) afirma que “a cidade, antes espaço comum, modifica-se e estratifica-se segundo uma nova configuração: a de classe”. Inicialmente entre os civilizados e os selvagens e, posteriormente entre os ricos e pobres, adotando o modelo de urbanização que já ocorria em outras cidades brasileiras.

Após viver a ilusão da Paris das Selvas, Manaus, começou a sofrer as consequências da redução da produção e exportação da borracha. Não tendo mais como atender as demandas da elite extrativista, a cidade irá se deparar com um considerável aumento populacional advindo, principalmente, da chegada dos nordestinos que são tangidos dos seringais em razão de sua desarticulação econômica. Eles são “os corpos inquietos e perpetuamente seduzidos pela estrada [...] que mesmo açoitados por todos os lados pelo medo real materializado no poder opressor do patrão seringalista, nas doenças [...] eles sobreviveram (MARINHO, 2021, p.46-47).

Thiago de Mello (1984, p.27-28) ao registrar a memória de seus antepassados faz uma detalhada descrição desse período nos seguintes termos:

Do dia para a noite, se foram acabando o luxo, as ostentações, os esbanjamentos, e as opulências sustentadas pelo trabalho, praticamente escravo, do caboclo seringueiro lá nas brenhas da selva. Cessou bruscamente a construção dos grandes sobrados portugueses, dos palacetes afrancesados, dos edifícios públicos suntuosos. Não se mandou mais buscar mármore e azulejos na Europa, ninguém mais acendia charutos com cédulas estrangeiras. O enxoval das moças ricas deixou de vir de Paris [...]. As companhias líricas de operetas italianas foram deixando de chegar para as suas temporadas exclusivas no sempre iluminado Teatro Amazonas. Os coronéis de barranco não podiam pagar com fortunas uma carícia mais quente das francesas importadas e refinadas na arte do amor comprado, as quais, por isso mesmo, foram logo tratando de dar o fora, substituídas nas pensões noturnas pelas nossas caboclas peitudas e de cintura menos delgada.

³⁰ Segundo dados do IBGE (2020) o Amazonas possui 4,2 milhões de pessoas, sendo que destes 2.219.580 indivíduos residem na capital, Manaus.

Aos indígenas e europeus, somam-se ainda os negros e os nordestinos, fato que coloca em xeque a ideia de que a formação da população manauense se deu apenas pelos dois primeiros grupos populacionais, como muito tempo a historiografia nos fez acreditar. Estes, a partir do contexto socioeconômico e histórico que vivenciam, necessitam construir estratégias de sobrevivência para se manter na cidade, pois o Estado não conseguia atender a demanda que se apresentava, especialmente nos aspectos relacionados a moradia e ao trabalho. Sampaio (2011, p. 42) ao tratar sobre a presença de negros na Amazônia chama a atenção para o fato de que “os escravos [...], negros forros, mulatos fizeram valer sua presença de maneira significativa a despeito de um número considerado insignificante e também do fato de se encontrarem no último patamar da escala hierárquica de uma sociedade excludente”.

No que se refere a questão da moradia, com a imposição de novos espaços territoriais que vão sendo criados com o intuito de receber os indivíduos que ali se estabelecem, Manaus passa a ganhar novos contornos. Várias estratégias são constituídas pelos seus novos moradores da cidade a fim de minimizar a falta de moradia que se apresentava. A ocupação irregular do leito dos igarapés passa a ser, então, uma das alternativas mais viáveis para essa população, pois além de economicamente ser mais acessível, garantia o acesso aos serviços públicos localizados na parte central, fazendo com que a cidade iniciasse seu processo de fragmentação.

Instalada a partir de meados da década de 1910, a cidade flutuante³¹ será a alternativa de moradia possível para aqueles que não tinham condições de ingressar na cidade formal e habitar em terra. Souza (2016) aponta que na década de 60 a cidade flutuante aproximava-se de 12.000 habitantes entre trabalhadores, moradores, comerciantes e passantes que construía por entre as vielas fluviais suas histórias e memórias afetivas, ao mesmo tempo que ressignificavam a área marginal que ali se instalava e impunham à elite comercial da cidade a sua presença, o seu modo de ver, construir e viver a cidade.

As dimensões territoriais e demográficas alcançadas pela cidade flutuante, garantiram que se transformasse em um fenômeno urbano, chamando a atenção das autoridades e da imprensa local pois concentrou em seus domínios territoriais uma

³¹ Aglomerado de casas de madeira, cobertas de palhas, construídas sobre troncos de árvores que flutuavam nas águas pretas do Rio Negro e de alguns igarapés da cidade a partir da década de 1910. Sobre isso ler a Tese de Doutorado “Cidade Flutuante. Uma Manaus sobre as águas (1920-1967)” de Leno José Barata de Souza, 2010.

gama de atividades típicas da cidade oficial. Uma estrutura de prestação de serviços, atividades comerciais, industriais e culturais ligadas a Manaus em terra e as cidades do interior do estado, aproximando-se do conceito de cidades locais, apresentada por Santos (1982, p.71) que a define como sendo “a aglomeração capaz de responder as necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações”.



Figura 5 – Vista aérea da Cidade Flutuante em 1963.

Fonte: Arquivo Particular do Professor Otoni M. de Mesquita.

Dentro do contexto da organização socioespacial e, apesar das vicissitudes e percalços pelos quais passaram, a população local e aqueles que a ela se juntavam encontraram formas entre os desvios e os espaços invisíveis da cidade para se fazerem presentes e vivos. A beira dos rios passa a ser associada aos costumes da população mais vulnerável da cidade, pois sendo excluídos da parte central da urbe amazônica, viram-se compelidos a ocupar as suas margens, seja através das construções conhecidas como palafitas³², sejam aquelas conhecidas como flutuantes³³. Oliveira (2013, s/p) em entrevista concedida ao documentário Habitar³⁴/NEPECAB, destaca o fato de que,

³² A palafita é um tipo de habitação construída sobre paus, madeiras altas, para prevenir das alagações, pois deixa a casa em uma altura que a água não alcança. Na Amazônia é um modelo construtivo muito utilizado em virtude do sistema de cheias e vazantes dos rios da região.

³³ São casas construídas sobre troncos de árvores que flutuam, permitindo que a casa suba e desça com a maré. Modelo de casa muito encontrado nas regiões amazônicas.

³⁴ Sobre este documentário acessar <https://vimeo.com/80020367>

Manaus, no seu início, por ser entrecortada por igarapés, foi se moldando a este relevo e nos tempos idos no Amazonas houve a ideia de que a beira do rio, próximo das águas era ligada aos pobres. Só muito recentemente na nossa cidade que há uma repercussão, por parte de uma certa elite, da beira do rio como um lugar chique, e aí você vê [...] que não se fala mais à beira do Rio Negro ou de outros rios do Amazonas, mas à orla do Rio Negro. Então, esse lugar, à beira do rio, passa a ser apropriado por habitações de alto padrão, como no caso da Ponta Negra. (entrevista/ 2013)

A ocupação das margens dos rios ou como é mais popularmente conhecida “a beira” é revestida de um valor identitário que compõe a cultura dos povos tradicionais que vieram morar na cidade. Sua relação com os rios, com as águas faz parte da manutenção e sobrevivência das pessoas que possuem uma relação de pertencimento com as águas, transformando-se em espaço vivido, lugar de experiência, memória e vivências, compondo a identidade da população local. Ela é uma prática comum entre as populações amazônicas, sendo expressão de um povo que estabelece sua relação com a natureza de forma diversa, que respeita e reverencia as águas que são suas estradas e também sua forma de sobrevivência.

É preciso considerar que somado aos fatores socioculturais há três outros fatores que concorrem para a existência de ocupações às margens dos igarapés, a saber: a expansão demográfica, as questões relativas ao poder econômico da população que lá se instalou e o acesso aos serviços públicos, em especial, a educação, a saúde e o trabalho. Para Oliveira (2013, s/p), “o principal anseio dessa população é de se manter próximo às facilidades do centro urbano”, sendo um fator primordial para a instalação de homens e mulheres nesse espaço, onde depositaram suas esperanças por dias melhores e reconfiguraram a parte frontal da cidade. Esses sujeitos atuam por meio de suas práticas cotidianas, na recriação de um território, reivindicando seu acesso ao direito à cidade³⁵ no que se refere ao acesso e fruição do espaço urbano a todos e todas.

A partir da criação da Zona Franca de Manaus- ZFM³⁶ e da instalação de seu parque industrial, em meados da década de 1970, chegam a Manaus médias e grandes empresas nacionais e internacionais oriundas de países como a China, o Japão, a Coreia, os Estados Unidos, a França e a Holanda, entre outros. Suas produções concentram-se, especialmente, em artigos dos setores eletroeletrônicos, ótico, metalúrgico, relojoeiro, termoplástico, químico e veículos de duas rodas.

³⁵ Termo apresentado originalmente por Henri Lefebvre em sua obra lançada em 1968.

³⁶ É um parque industrial instalado em Manaus pelo Decreto Lei 3173 de 06 de junho de 1957.

Além dos benefícios fiscais garantidos pela legislação, as empresas eram atraídas pela mão de obra barata e pelo mercado consumidor. As ideias preconceituosas e discriminatórias que pesavam sobre a população local podem explicar, a partir de outro olhar, o pensamento que norteou a instalação e expansão desse modelo na Amazônia (TORRES, 2005). Os trabalhadores da região eram vistos pelo capital como os subservientes, os desqualificados e adestráveis aos propósitos do capitalismo.

O discurso desenvolvimentista que se propagou com a implantação da ZFM, serviu para encobrir a exploração da mão de obra local e reforçar, através de discursos e práticas, o preconceito étnico que perpassava as relações de trabalho do PIM (SPINDEL, 1987; TORRES, 2005). Era a imposição de uma cultura industrial branca, ocidental e eurocêntrica que o “novo colonizador” impôs a região e, especialmente, à cidade de Manaus, em detrimento da cultura local. A figura do Outro é negada e torna-se o eixo propulsor do processo de expansão do desenvolvimentismo na Amazônia.

Os vários estereótipos e suposições construídos e utilizados para menosprezar a mão de obra local, reforçam questões relacionadas a sua incapacidade e incivilidade, contribuindo para a desqualificação e a invisibilidade das populações desta região. Expressões como “é tudo índio”, “amazonense é preguiçoso”, “o caboco é acomodado”, “as amazonenses são todas fáceis” são pechas que ainda permanecem sendo utilizadas para desqualificar e menosprezar a população local e sua cultura.

As representações preconceituosas construídas, tem acompanhado a população local continuamente, perpassando grupos, gerações, espaços e tempos diferenciados. Moscovici (2012, p. 39) destaca que as representações “circulam, se cruzam e se cristalizam continuamente através da fala, do gesto, do encontro no universo cotidiano. A maioria das relações sociais efetuadas, objetos produzidos e consumidos, comunicações trocadas estão impregnadas delas”. Elas constituem-se como sendo uma forma de saber, sendo sempre o olhar de alguém sobre algo, servindo para nos ajustar, entender e até dominar determinados mundos, espaços e vivências, sejam elas de ordem física, sejam de ordem intelectual (JODELET, 2001).

É, pois, nesse contexto que as mulheres foram incluídas no trabalho fabril. A representação construída sobre as mulheres amazônicas serviu para subsidiar sua alocação em espaços onde era necessário um ritmo acelerado, concentração, habilidade manual, acuidade visual e, capacidade de realizar uma única tarefa repetidamente. Neste período elas chegam a representar 60% da força de trabalho, sempre ocupando cargos

hierarquicamente menores, com as piores condições de trabalho e os menores salários., se fazendo presentes como montadoras, operadoras de produção e calibradoras.

A concepção de que as mulheres possuíam maior facilidade para desenvolver atividades delicadas e diversas, associado a sua habilidade em organizar o tempo, são alguns dos requisitos que levaram as mulheres a adentrarem o mundo do trabalho formal, em especial no operariado fabril.

Neste espaço o controle sobre o seu tempo e os seus corpos é pedra angular para garantir sua submissão ao processo de produção de lucro para o capital. Violeta (54 anos) em entrevista a essa pesquisadora faz a seguinte narrativa sobre sua experiência como trabalhadora do PIM:

Quando eu entrei lá tinha 1h de almoço, depois reduziram pra 45 minutos. A gente não conseguia descansar. Era tudo muito rápido, mal dava pra engolir o almoço e quando tinha material pra entregar era muito pior” (entrevista/ 2021)

Estudiosos como Torres (2005), Barbosa (2007) e Spindel (1987) enfatizam o rígido controle que se exercia sobre os corpos femininos. É o controle do seu tempo, do seu comportamento e da sua sexualidade que vão reforçar o discurso secular sobre a moral das amazônicas. Além de submissas, passivas e incapazes intelectualmente, sobre as mulheres também recaiu o peso de serem vistas como liberadas sexualmente e rotuladas como prostitutas pelos chefes imediatos ou não. Torres (2005, p. 29) evidencia o fato de que,

A depreciação moral das operárias amazonenses constituía-se numa estratégia do capital para desarticula-las, humilha-las e deixa-las em situação desfavorável e de desprestígio para não constituírem-se numa ameaça ao poder masculino dentro do espaço fabril. Iniciava-se uma guerra íntima que atingia a dignidade da operária amazonense. O inimigo estava por perto para vilipendia-la, magoá-la e cala-la moralmente.

Era importante para o poder político que os discursos ideológicos produzidos sobre as mulheres amazonenses, sua sexualidade falaciosa fosse produzida e inventada para evitar que elas tomassem consciência da força política que elas poderiam ter dentro das fábricas, pois “caso essas mulheres desenvolvessem o seu poder e o potencial de

força que emanava da importância do seu trabalho dentro das fábricas, elas comandariam politicamente o processo produtivo” (IBIDEM, p. 29).

Ocorre que apesar de todos os discursos e representações preconceituosas e sexistas impetradas sobre as mulheres amazônicas é, no chão de fábrica, que elas irão se forjar enquanto sujeitos ativos na luta operária em Manaus. Para desmistificar a ideia da mulher turva, submissa e passiva, elas procuram caminhos diferenciados daqueles relacionados à hegemonia masculina e pela via da insubordinação, adentram o universo do sindicato liderando grandes greves na década de 1980, bem como, se apropriando da gestão do principal sindicato da época: o Sindicato dos Metalúrgicos.

De forma ativa e aguerrida, lideram o movimento operário da época. Nas greves além de serem a maioria entre os grevistas, elas também assumiram a liderança do movimento. Na organização sindical elas compuseram a diretoria do sindicato contribuindo com a visibilidade da presença feminina neste espaço. Elas criaram dentro do sindicato um órgão de luta feminista para amparar a luta das mulheres na fábrica. Dália (62 anos) liderança do movimento sindical e feminista, ouvida neste estudo se expressa sobre esta organização nos seguintes termos:

Quando criamos a Comissão de Mulheres, nos surpreendemos, porque, além das questões trabalhistas que as mulheres traziam, elas traziam também outras questões. Era a falta de pagamento de pensão alimentícia, a violência doméstica, a falta de creches. Eu me lembro até hoje das nossas bandeiras de luta que eram: as creches, restaurante comunitário, lavanderias públicas e a criação da Delegacia de Defesa da Mulher. Essa era a bandeira de luta de todos os movimentos feministas no Brasil e, foi assim, através da organização e da luta que conquistamos a nossa Delegacia da Mulher, em 1986. Ela foi uma das primeiras do Brasil e foi resultado da nossa luta. (entrevista /2021).

Em sua narrativa, Dália destaca o fato de que com a garantia da presença feminina na organização sindical, outras demandas do universo feminino passam a compor a lista de temáticas acrescidas a luta. Situações que saem do domínio do espaço doméstico e são trazidas para a esfera pública, compondo o quadro de bandeiras de luta do movimento sindical da época, são os fatores motivadores para a organização e mobilização das mulheres pela garantia de acesso a políticas públicas importantes para sua manutenção e sobrevivência nas cidades.

Pensar a organização feminina dentro das fábricas implica reconhecer as diversas conexões que são estabelecidas com os movimentos sociais que surgem a partir

de 1964, momento em que as mulheres assumem a dianteira das lutas sociais no Brasil. Castells (1999, p.223) destaca que a conjuntura sócio-histórica de explosão demográfica, crises econômicas e políticas, deixa “as pessoas e, particularmente, as mulheres frente a frente com o simples dilema entre lutar ou morrer”.

No momento em que a organização feminina traz para o cerne da discussão a falta de condições de trabalho e a discriminação vivenciada dentro das indústrias do PIM, elas abrem as contradições das desigualdades das quais são uma das grandes vítimas. Para elas, “entre calar e aceitar passivamente a opressão e a exploração fabril, as lideranças femininas preferiram enfrentar as sanções empresariais em favor da liberdade de expressão e da ação reivindicativa” (TORRES, 2005, p. 206).

É fato que a fixação de um grande polo industrial na cidade impôs mudanças significativas nos modos de ser e viver na cidade. Criam-se novos hábitos, novas sociabilidades, ressignificando a identidade sociocultural dentro da cidade. De extratores, agricultores e trabalhadores do comércio, os moradores da cidade passarão a incorporar uma nova ética que lhes impõe “novos hábitos, habilidades e comportamentos”, imposta pelo que podemos chamar de “chão de fábrica” (SCHERER, 2005, p.26).

A nova ordem capitalista recém expandida em Manaus engendra um verdadeiro caos urbano onde “a pobreza e a riqueza, justapõem-se, numa estranha mistura [...] expressando a essência da sociedade que ora se configurava” (IBIDEM, p.30). Os indivíduos que participam da construção da cidade, veem-se excluídos por ela, pois ao mesmo tempo em que ela produz o crescimento de sua riqueza, não consegue reduzir seus níveis de pobreza, ao contrário, reforça e naturaliza os corredores de pobreza.

No que se refere às modificações estruturais da cidade, é na expansão da sua malha urbana, que as desigualdades sociais instituídas ficaram mais visíveis, pois apesar de todo o discurso construído e difundido acerca dos benefícios da Zona Franca de Manaus, o Estado não garantirá o atendimento das necessidades mínimas da população que aqui chegava³⁷. Os habitantes da antiga cidade flutuante³⁸ constituem-se na mais nova parcela de excluídos e vulneráveis da cidade.

Ocorre que com a necessidade crescente de moradia que se observava na cidade, outra alternativa adotada pela população mais vulnerável que aqui chegava era a

³⁷ Aqui nos referimos a população migrante que, incentivados pelo Estado, partem de seus locais de origem (outros estados e municípios brasileiros) para fixarem-se em Manaus em busca de melhores condições de vida.

³⁸ Sobre isto ler a obra “Manaus de 1920- 1967. A cidade doce e dura em excesso” de 2003.

ocupação das áreas mais distantes do centro, alargando o crescimento de áreas periféricas. Barbosa (2007) aponta que no fim da década de 1970 foram criados nove bairros novos, sendo que destes quatro foram resultado da ocupação “ilegal” das terras.

Manaus inicia o processo de expansão da malha urbana, enveredando para as zonas administrativas Leste e Norte, momento em que se dá o surgimento de grandes bairros existentes na cidade atualmente. A última divisão territorial da cidade aponta para a existência de 63 bairros oficiais, além de vários outros ainda não reconhecidos que se encontram dentro do seu perímetro urbano, resultado das ocupações urbanas ocorridas neste período.

Liderança do movimento social, Amarílis³⁹, em entrevista concedida a esta pesquisadora narra a sua experiência nos seguintes termos:

Eu estou nessa luta desde 77. Em 1986 nós fizemos o São Sebastiao com a Irmã Helena. Eu fui lá pedir um terreno pra ela pra minha cunhada e ela gostou muito do meu trabalho e ela me chamou pra ajudar a coordenar a invasão. Esse foi um passo, ali começou nossa carreira com Irmã Helena. Nós fizemos Nova Jerusalém, depois do São Sebastião em 1986. [...] Em 1989 foi feito o Zumbi e dali começou essas histórias das invasões. Chegamos no Cidade de Deus, ai fomos fazer o Nossa Senhora de Fátima com Irmã Helena também em 1990. Em 1992 nós fomos fazer Cidade de Deus ai a gente já foi individual porque a Irmã Helena foi trabalhar com um Secretário da época [...]. Era eu, Erenilde, Santa Branca e a Júlia então nós continuamos a fazer as invasões, a gente já sabia como fazer. E fomos fazendo...fizemos Alfredo Nascimento, Aliança com Deus. (entrevista/2018)

Observe-se que na fala de Amarílis há uma exposição clara e fecunda da trajetória da luta popular em torno da moradia nos seus primórdios em Manaus. Neste cenário de negação de direitos, são as mulheres que tomaram a dianteira das reivindicações populares. Ali, como na luta sindical, elas assumiram a responsabilidade de liderar os movimentos e conduzir a luta urbana com altivez e determinação, colocando-se na extensão do conflito e no enfrentamento para garantir a sobrevivência. Para Castells (1999, p. 224) “elas conferiram ao processo de construção da identidade coletiva a marca de múltiplos significados, motivações e expectativas do gênero feminino”, contribuindo para a construção de um sujeito que rompe com uma consciência individual e caminha para o fortalecimento de um sujeito coletivo.

³⁹ Amarílis deixou o plano físico no ano de 2018.

Nesta mesma direção, Farah (1999, p.68.), assinala que “a constituição das mulheres como sujeito político se dá através de sua mobilização em torno de questões ligadas à esfera da reprodução [...] denunciam a omissão do poder público e o caráter perverso das políticas públicas em áreas como habitação, saneamento, saúde, educação, transporte” É inegável que, no seio dos movimentos sociais o papel da mulher é redimensionado. Aquela mulher dócil, passiva, incapaz politicamente, concebida apenas para o trabalho doméstico, para o cuidado com os filhos, do marido e para a manutenção da família, assume um outro papel pondo em evidência o agir do sujeito feminino de forma autêntica e destemida.

Em Manaus, na constituição do espaço citadino, as mulheres estiveram sempre na condução das lutas populares, pois “sempre exerceram um papel importante na região, quer seja como trabalhadoras agricultoras, extrativistas e pescadoras, quer seja como organizadoras de comunidade” (TORRES, 2011, p.265). Dentre as diversas questões que os movimentos sociais urbanos trazem como bandeira de luta, a moradia é a mais emblemática, pois expõe a ineficiência e/ou negligência do Estado em dar resolutividade. Bentes (2014, p. 119) assinala que,

A negação do direito à moradia empurra a população para a busca de alternativas precárias e desprovidas de condições adequadas para uma vida digna, distantes do centro da cidade e/ou com baixa ou nenhuma oferta de serviços urbanos essenciais [...]. Isto amplia ainda mais os contrastes entre pobreza/riqueza e aprofunda a desigualdade social existente na capital do Estado do Amazonas.

No que se refere à luta por moradia na cidade de Manaus, são as mulheres que tem garantindo a expansão da cidade de Manaus para as zonas leste e norte. Elas sempre estiveram à frente, pois ao mesmo tempo em que elas ocupam o espaço físico e enfrentam a repressão policial, elas garantem a organização e a mobilização popular.

Elas são as responsáveis pela construção de estratégias para dialogação com o Estado, assim como, para seu enfrentamento direto. Elas empunharam a bandeira das mobilizações pelas redes sociais, as passeatas, as paralisações de trânsito, as ocupações de prédios públicos, estratégias construídas para chamar a atenção para à falta de atendimento das necessidades da população.

É, pois, neste contexto de mobilizações que as mulheres conseguem apresentar e incluir suas pautas reivindicativas direcionadas ao Estado, através de sua participação em espaços de pactuação como os Fóruns e os Conselhos, em especial, o Conselho dos

Direitos da Mulher e o Conselho das Cidades. Orquídea, líder do movimento de moradia, enfatiza que,

A importância da participação da sociedade organizada nos Conselhos e nos Fóruns é fundamental porque fortalece a democracia, fortalece aquele que de fato vive, no seu dia-a-dia, as dificuldades de uma vida urbana [...]. Ela é fundamental e a gente deve defender, pois não é somente uma conquista brasileira, é uma conquista histórica do movimento (entrevista /2021).

É fato incontestável que a participação das mulheres nos espaços de pactuação garantiu a elas muitas conquistas e avanços na luta pela garantia e efetivação de direitos, porém, não conseguiu execrar o que, culturalmente foi imputado à elas. Torres (2010, p.242), destaca que “deve-se ter claro que essa identificação de papéis sociais ditos femininos está calcada num processo psicologizante, mediante o qual o indivíduo assimila um aspecto, uma característica, um atributo de outra pessoa e se transforma, totalmente ou em parte, conforme o modelo desta”.

Em Manaus, as ocupações urbanas tornaram-se uma prática comum para os sem acesso à terra e a moradia, especialmente, na década de 1980 e 1990 e foram as grandes responsáveis pela expansão urbana de Manaus naquele período, originando bairros como São José I, II e III, Jorge Teixeira, Zumbi dos Palmares, Coroadó, Novo Israel, Santa Etelvina, Mauazinho, entre outros.

A configuração espacial da cidade é, então, construída e gerenciada priorizando determinados espaços em detrimento de outros, reproduzindo modelos de espacialização já adotados por outras cidades brasileiras. Oliveira (2003, p.72), ao referir-se a Manaus enfatiza sua construção contraditória ao caracterizá-la como um espaço com “ilhas de luxo, riqueza e bem-estar cercados de extrema miséria por todos os lados”. Em Santos (2008, p.10), percebemos que “a cidade torna-se criadora da pobreza [...] fazendo de seus habitantes pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas resultado do modelo socioeconômico, mas também do modelo espacial”. Aldísio Filgueiras (1994, p.68) em um dos fragmentos de sua poesia “As muitas cidades” fala do crescimento populacional e da criação de alguns bairros de Manaus na década de 1980 nos seguintes termos:

Aí, Manaus é Manôa
Aí, Manaus é Cidade Nova,
Aí, Manaus é Zumbi dos Palmares
Aí, Manaus é Santa Etelvina
- a que morreu sem deixar herança.
Aí, Manaus é Manaus:

- Uma questão de sentido.
Jamais a cidade que existe em nós.

É fato que as cidades reais, vividas no cotidiano, concretas, estão relacionadas diretamente a tantas outras cidades imaginadas, pensadas, idealizadas, num constante vir-a-ser e que por isso não cessam de serem reconstruídas e que exigem uma nova sensibilidade, com um *ethos* urbano. Manaus, mais uma vez, se vê dentro do processo de refazimento das suas estruturas sociais, econômicas e culturais, agora não mais adequando-se aos valores europeus do período da extração e comercialização da borracha, mas necessitando introjetar os valores da industrialização capitalista com suas normas, valores e formas diferenciadas de organizar a sociedade que, em muito, diferenciava-se dos valores da população manauense local.

Falar sobre Manaus, contar pequenos trechos de sua história, revelam “as razões e as sensibilidades” pelo qual sua narrativa foi construída, representando sua forma de ser em determinado tempo e espaço. Desenha-se um modo de ser, delineia-se um corpo e um espírito que dá sentido e significado a quem nela reside, dando ao indivíduo uma sensação de pertencimento a sua cidade, com o espaço construído e vivido em determinados momentos da história.

As narrativas construídas sobre a cidade de Manaus, em sua grande maioria, foram baseadas nas falas daqueles que estavam no domínio de sua produção, ou seja, homens, brancos e ricos, sendo os outros grupos relegados a invisibilidade, o que não significa que não deram sua parcela de contribuição a cidade. É fato que a invisibilidade a que nos referimos não se refere apenas ao plano físico, mas principalmente, aos seus aspectos sociais, culturais e espaciais. Para Oliveira (2017, p.10), a configuração da cidade é um constante “encontrar-se consigo, [...] é obra de cada um que aqui vive, homens e mulheres que são responsáveis por melhorá-la e corrigir os seus rumos”.

Manaus é assim, várias cidades em uma só, que se relacionam, se conectam, se espriam, se distanciam, mas que não deixa de ser, única e marcante na vida daqueles que por aqui escolhem residir. Não deixa de ser pulsante no coração de quem veio lhe conhecer e transitar, enraizando-se entre os espaços, espriando-se, mostrando-se e ocultando seus traços firmes para se fazer revelar em rostos, sorrisos, lágrimas, palavras, ações cotidianas que compõem a alma da cidade adormecida, esquecida, não revelada.

CAPÍTULO II – NO RASTRO DAS ICAMIABAS

*Mulher da cidade, do interior,
do coração do caboclo, do boto navegador,
das lendas, danças e mitos, do solo a ser conquistado,
do espaço que lhe foi negado, da necessidade de afirmação,
dos seus direitos e sonhos, aprisionados no peito,
daquela que arruma o leito porém, as vezes, dorme no chão.*
(Mara Tereza, professora, feminista)

2.1 – As mulheres floriram a cidade com suas práticas sociais

Durante muito tempo as mulheres foram minimizadas e tornadas invisíveis na história. Nos relatos oficiais eram sempre apresentadas em papéis coadjuvantes ou como um personagem de pouca ou nenhuma importância na narrativa, vistas de forma distorcida como loucas, bruxas, histéricas, tristes ou más.

A historiografia oficial destaca os feitos dos grandes homens, em sua maioria, brancos, europeus, ricos e em diversas posições de poder. É o registro dos poderosos, daqueles que impuseram à sociedade ocidental uma lógica falocêntrica, que tem como agente principal, um sujeito cartesiano, unitário e centrado: o homem. A naturalização da invisibilidade feminina incrustado no imaginário social reforça o pensamento hegemônico acerca do protagonismo masculino na construção das sociedades, alimentando a premissa de que para as mulheres é reservado somente o ambiente doméstico, o lar, o espaço privado. Perrot (2012, p.16-17), considera que “elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila”.

É fato que os questionamentos sobre a condição feminina e sua invisibilidade só começam a tomar *corpus* em tempos muito recentes. As discussões provenientes dos estudos de gênero e a emergência da Nova História⁴⁰ contribuíram significativamente para a efervescência de estudos em temas quase nunca apresentados ao campo da ciência, entre os quais: a vida privada, as práticas cotidianas, a sexualidade e a família,

⁴⁰ Nova História é a história associada a chamada École des Annales, agrupada em torno da revista Annales : économies, sociétés, civilisations (ver Burke, 2001).

estabelecendo um novo olhar sobre pessoas e grupos anteriormente esquecidos, permitindo retirar as mulheres da clausura que lhes foi imposta.

A produção dos estudos de gênero e a efervescência do movimento feminista apontam no sentido da desconstrução da narrativa histórica universal concebida como única, verdadeira e inquestionável, pois ao mesmo tempo que passam a serem inseridas nas narrativas históricas, também garantem sua reescrita a partir de seu ponto de vista colocando em xeque as bases epistêmicas da ciência.

A utilização do conceito de gênero como categoria analítica permitiu a ampliação dos estudos sobre a condição feminina, retirando-a do binômio masculino-feminino, baseada no determinismo biológico, apontando a existência de uma nova episteme de construção histórica. Reafirma o fato de que os papéis de homens e mulheres são definidos socialmente e, como tal, resultantes de uma determinada concepção ideológica.

Na Amazônia, os primeiros registros oficiais acerca da presença feminina, foram realizados por Frei Gaspar de Carvajal, cronista da expedição de Francisco Orellana, que descreve às índias guerreiras da seguinte forma:

A estas, nós a vimos, que andavam combatendo na frente de todos os índios como capitãs, e lutavam tão corajosamente que os índios não ousavam mostrar as espáduas[...] estas mulheres são muito alvas e altas, com o cabelo muito comprido, entrançado e enrolado na cabeça. São muito membrudas e andam nuas em pelo, tapadas as suas vergonhas, com seus arcos e flechas nas mãos, fazendo tanta guerra como dez índios (CARVAJAL, 1941, p. 60)

Tal descrição levou Orellana a relacioná-las com as Amazonas, famosas mulheres guerreiras da mitologia grega sendo assim difundida por toda a Europa por sua beleza e valentia. Ugarte (2003, p. 12) destaca que “[...] o mito das amazonas migrou, assim do velho para o Novo Mundo, redimensionado com a nova realidade que se afigurava para os europeus”.

Na Amazônia, o mito das Amazonas foi utilizado como estratégia para reafirmar o domínio do homem branco, civilizado, sobre aqueles considerados bárbaros, reforçando o discurso da supremacia branca e europeizada no processo de conquista e colonização dos territórios indígenas, ao mesmo tempo que, servia para explicar como aquelas mulheres apresentavam-se inversamente contrárias a figura feminina delineada

pela sociedade patriarcal da época. Era necessário estabelecer a assimetria de gênero já configurada no Velho Mundo, que supervalorizava os pensamentos e ideias masculinas, concebendo-o como o único paradigma possível de representação coletiva. Torres (2005, p. 47) afirma que “a possibilidade de reversão dos papéis sexuais representou uma ameaça ao mundo masculino no período renascentista. As Amazonas encarnam o único tipo de mulher que goza de liberdade e condições de igualdade com o homem na literatura imaginária da Alta Antiguidade Clássica”.

Apesar de compará-las àquelas do mito europeu e exaltar sua beleza, reforçavam sua inferioridade ao afirmarem que apesar da bravura, não estavam a altura dos homens na arte da guerra. Exaltava-se a superioridade masculina e a dominação da raça branca e civilizada sobre os povos indígenas, pois mesmo “apáticos, desnutridos, aqueles espanhóis sagrar-se-iam heróis diante daquelas guerreiras sadias, vigorosas e exímias no combate” (TORRES, 2005, p.46).

Observe-se que os europeus descreveram a população nativa a partir de sua visão de mundo, de sua moralidade e sob o primado do patriarcado. No que diz respeito às mulheres, sua exclusão e/ou ocultamento tornou-se prática comum nos relatos e narrativas deste período e, nas entrelinhas deste silenciamento forçado verifica-se que, quando apresentadas ao Velho Mundo, as mulheres foram descritas a partir do olhar e da escrita dos homens.

A partir da expedição Thayer, chefiada por Louis Agassiz (naturalista) que percorreu grande parte do território brasileiro, indo do Rio de Janeiro ao Amazonas, é que começamos a visualizar um olhar diferenciado sobre as mulheres locais. Esse fato deve-se à presença de Elizabeth Agassiz que, cronista da expedição com o olhar mais apurado e sensível conseguiu captar e traduzir em palavras a forma como as mulheres são em seu modo de ser e estar no mundo.

Ela é considerada um marco nos registros da presença feminina no Amazonas e, de onde foram produzidos vários documentos importantes. Santos (2007) destaca que é a sua sensibilidade em relação à vivência cotidiana das pessoas, em especial, das mulheres, que conferiu grande apreço à expedição, tornando-se uma das únicas referências da figura feminina na região. Em suas narrativas Agassiz considera que as mulheres amazônicas são admiradas não apenas por sua beleza mas, principalmente, por seu grau de autonomia e independência nas atividades do cotidiano. Eram elas que trabalhavam na roça, cuidavam das crianças, deslocavam-se de canoa pelos igarapés e

braços de rios, movimentando-se e produzindo sem o controle dos homens. De acordo com Agassiz (1975, p. 228),

Nesta terra tão quente, seria de supor que as mulheres fossem indolentes e moles, e assim o é nas cidades onde têm hábitos de lânguida indolência desconhecidos das mulheres de nossos países; no Alto Amazonas, porém, as que são criadas fora das cidades e vilarejos, no meio dos índios, são às vezes muito enérgicas; metem mãos ao remo e à rede tão valentemente como o próprio homem.

Em Manaus as mulheres passam a florir a cidade a partir de outras práticas sociais. Com a produção e comercialização da borracha e a configuração da cidade do fausto, as mulheres saem da esfera do privado e passam a compor a imagem do espaço público, assinalando sua presença no espaço citadino, como destaca a poesia de uma mulher feminista nos seguintes termos:

Nos espaços da cidade muitas histórias escritas,
às vezes com laço de fita, às vezes panela e fogão,
histórias de lutas e sonhos, de vozes que gritam caladas,
desenhando nas calçadas o que está no coração.
(Mara Tereza, 2022)

O que se quer aqui não é retratar apenas as mulheres em condições mais abastadas economicamente mas, principalmente aquelas que estarão na lida da vida diária, as vendedoras ambulantes, as diaristas, as doceiras, as lavadeiras de roupa, as prostitutas, entre outras. Elas sempre se fizeram presente no cotidiano das cidades, apesar da maioria dos estudos ter optado por ignorar sua presença, ou muitas vezes trata-la de maneira secundária. Rago (2020) aponta para o fato de que o pouco que sabemos de sua participação “muitas vezes, vem escrito por homens a partir de documentos também produzidos por eles”, e apesar disso, e de todas as tentativas realizadas para excluí-la, elas sempre estiveram atuando de forma proeminente na produção e manutenção da vida nas cidades.

A crescente expansão das ideias feministas e a modernização advinda com a industrialização e a urbanização foram fatores que contribuíram para que as mulheres se apropriassem de novos espaços citadinos. Elas saem dos espaços domésticos e se deslocam para o público, cruzam fronteiras e rompem gradualmente com as abordagens

tradicionais que atribuem a elas um papel de submissão e fragilidade. Isso não significa que o percurso percorrido por elas tenha sido fácil, ao contrário, foi e continua sendo um caminho cheio de percalços que exige de cada uma delas um posicionamento de luta e enfrentamento constante. Orquídea, feminista e líder do movimento de moradia em Manaus se pronuncia sobre este assunto nos seguintes termos:

A luta da mulher pra se manter e se fazer perceber no espaço público não é fácil, principalmente porque existe a ideia de que quando ela está no espaço público ela é vista como se também fosse pública, de todos. Não há respeito a essa mulher. É essa a condição que a gente vive hoje e que, nós mulheres, temos que estar unidas pra enfrentar essas condições de desrespeito, de desigualdade, resultado de um sistema que cada vez mais exclui, cada vez mais separa as pessoas (entrevista/2021).

Veja que em sua fala, Orquídea deixa explícito que o pensamento de dominação do homem ainda se faz muito presente nos discursos e nas práticas cotidianas daquelas que vivem na urbe, pois suas experiências são atravessadas pelas estruturas machistas e patriarcalistas existentes, bem como pelas desigualdades sociais e pelas injustiças territoriais que se apresentam no viver das cidades. Essa perspectiva hegemônica tem contribuído para que as mulheres e suas práticas sociais sejam mantidas constantemente sob vigilância, pois “na rua, acompanham-na com o olhar, comentam-lhe a anatomia” (BEAUVOIR, 1980, p.48). Poderíamos indagar, a propósito dessa situação de vigilância se seria possível para uma mulher, nessas condições, flunar pela cidade como sugere Baudelaire (1996) ou andar sozinha na multidão como aponta Edgar Allan Poe (1987).

No imaginário social coletivo as mulheres sempre estiveram ligadas à maternidade e à esfera privada do lar, e tudo que estivesse fora ou contrário a isso estaria envolvido em definições pejorativas e desqualificadoras, construídas pela medicina do século XIX. Flaubert, em sua obra *Madame Bovary* (1981), tece uma crítica social em formato de romance ao tirar o véu sobre a romantização da condição servil da mulher e de alguns princípios que norteavam a convivência em sociedade da época.

Ao apresentar Emma como uma mulher que se encontra desconfortável no papel a ela designado e no qual não se reconhece, o autor expõe uma mulher que contraria a moral e os bons costumes da França, do século XIX, motivo pelo qual foi levado a

Corte no mesmo período. Sua obra rompe com a construção do papel feminino idealizado ao longo do tempo, pela cultura e pelas convenções sociais e que, historicamente, aprisionaram a mulher em uma posição de resignação e submissão ao sexo masculino. Em uma das adaptações de sua obra para o cinema de 1933 podemos observar a seguinte consideração na fala de um de seus personagens:

Como promotor público exijo que outras publicações deste romance sejam proibidas, e que seu autor, Gustavo Flaubert, seja considerado culpado de má conduta de injúria contra a moral pública e os costumes estabelecidos. Este homem, Flaubert, criou uma personagem, uma mulher francesa que é uma desonra para a França e um insulto para o caráter feminino.

Quando Orquídea nos aponta o fato de que no espaço público as mulheres são vistas como “públicas, de todos” nos revela a posição estigmatizadora e marginalizada como as mulheres que adentraram a esfera pública continuam sendo vistas ao longo dos tempos. Rago (2004, p.31), ao tratar sobre o significado que as palavras carregam embutidas em si, esclarece que as “mulheres públicas, até então, era sinônimo de mulheres alegres ou de mulheres da vida, e todas essas expressões, apenas sussurradas, longe de remeter às imagens positivas que insinuam, nomeavam as prostitutas, esgotos seminais, na triste e misógina definição de Santo Agostinho”.

Em Manaus a saída das mulheres da esfera privada, “da segurança do lar” para o espaço extradoméstico, seja pelo fator do trabalho, seja pelo eixo da mobilização e organização social, seja pelo simples ir e vir nas ruas, continua sendo visto como uma grande ameaça ao domínio masculino, como podemos perceber no discurso do deputado, Carlos Penafiel, de 1918, ao exprimir de forma muito clara o pensamento difundido naquele período da história de Manaus. Vejamos:

[...] somos todos concordes em considerar que o trabalho das mulheres é o aviltamento, é a escravidão da mulher, porque é o fim da solidariedade conjugal, da família. O verdadeiro reino da mulher é o lar. Se ela o abandona, se ela não sabe aí servir ao homem e seus filhos, acabou-se o seu poder, foi-se a sua influência [...]. Quanto mais se generaliza o trabalho das mulheres, mais se sente um profundo mal-estar social. (PENAFIEL, 1989, p. 98)

Não se quer aqui apresentar o espaço público e o espaço privado como espaços estanques, dicotômicos e distantes um do outro. Eles possuem especificidades próprias e devem ser percebidos de forma relacional, pois se articulam concretamente na vida cotidiana e sua rígida delimitação pela perspectiva de gênero. Esses espaços surgem no processo de construção ideológica do modelo capitalista que determina os espaços sociais pela condição biológica dos indivíduos e que condiciona as mulheres ao enclausuramento do espaço privado e os homens como agentes históricos exclusivos da vida pública, da vida política. Azaléia (45 anos), feminista, líder do movimento de trabalhadores da educação, aponta que,

A construção social das cidades não está deslocada da estrutura patriarcal, de como essa sociedade se organizou e se articulou no fortalecimento dessa estrutura de superioridade masculina [...] onde o espaço privado é reservado a mulher e o espaço público ao homem, e onde a mulher vai ocupando o espaço público dentro de uma extensão relacionada ao espaço privado, ao espaço da casa (entrevista/ 2022).

Detectamos na fala de Azaléia que na apropriação dos espaços públicos pelas mulheres, apesar das mais variadas conquistas, ainda permanecem as concepções que definem o uso social dos espaços a partir do gênero e isso tem contribuído para o fortalecimento dessa estrutura patriarcal que define a organização das cidades. Nos dias atuais ainda é visível a relação que é estabelecido entre as mulheres e as atividades que, segundo a concepção patriarcal, não fogem à sua natureza, principalmente quando voltamos nosso olhar para algumas profissões como o magistério e a enfermagem. Benavente (1990) defende a ideia de que as mulheres irão apropriar-se da docência como um espaço estratégico para garantir uma vida mais independente. Some-se a isto, o fato de que essa profissão permitia-lhe conciliar o trabalho remunerado com as suas obrigações de mãe e dona de casa, sobre o que Almeida (1998, p.28) faz o seguinte destaque:

A possibilidade de aliar ao trabalho doméstico e à maternidade numa profissão revestida de dignidade de prestígio social, fez que “ser professora” se tornasse extremamente popular entre as jovens e, se, a princípio, temia-se a mulher instruída, agora tal instrução passava a ser desejada, desde que normatizada e dirigida para não oferecer riscos sociais.

A necessidade de instruir e educar as crianças foi vista como um prolongamento do papel de mãe exercido pelas mulheres, o que contribuiu para que o magistério assumisse características socialmente instituídas ao sexo feminino como o cuidado, o afeto, o carinho, a sensibilidade e a paciência, fato que se prolonga até os dias atuais. Nesta mesma direção Azaleia destaca que,

As profissões que as mulheres vão assumir fora de casa em sua maioria estará ligada ao desempenho da maternagem, ou seja, é um modo estereotipado colocado para as mulheres, tido como a extensão do lar. Isso está no magistério, tá no trabalho doméstico, tá na costura, tá nas vendas, está em diversos setores da sociedade essa extensão do lar e o espírito maternal do cuidado (entrevista /2022).

Scott (1991) aponta que as discussões acerca das relações de gênero encontram sua primeira significação nas relações de poder, pois estão envolvidas, imbricadas aos discursos, às práticas, às normas e valores que norteiam o viver em sociedade. Neste mesmo sentido, Foucault (1993, p.8) destaca que “o que faz com que o poder se mantenha e seja aceito, é simplesmente que ele não pesa como uma força [...], mas de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discursos”. A força do discurso que se constrói acerca da mulher reforça as concepções patriarcais da inferioridade feminina, segregando-a dos espaços públicos e limitando-as ao espaço privado.

Na busca da construção da cidade, o rosto feminino contrasta com as formas pesadas, cinzentas, endurecidas da cidade mestiça, indígena, como afirma Celso Braga em seu poema Cidade Mestiça:

Manaus, cidade mestiça, acordei pensando em ti
 Nos tons da tua paisagem, no prazer de ser daqui,
 Chão mimoso dos meus sonhos,
 Terra boa onde nasci.
 Manaus, cidade risonha, cabocla, bela cunhã
 Nos céus das tuas auroras, brilha a estrela da manhã,
 Cortejada pelas águas do Rio Negro e Tarumã.
 (Sistema Encontro das Águas, 2021)

Apesar de toda a sua importância neste período para a configuração de uma cidade em construção como era Manaus, há muito poucos registros sobre a presença feminina neste universo, sendo pouco ou quase inexistente dados de pesquisa sobre elas.

A produção acadêmica sobre as atividades extradomiciliares exercidas por mulheres era escassa, principalmente pela falta de fontes. Sobre isso, Matos (1996, p.95), expõe que no mundo do trabalho “essas trabalhadoras quase nunca aparecem nas estatísticas oficiais, não constam em fontes sindicais e os empregadores quase sempre se mostram reticentes em dar informações sobre o assunto”.

Em Manaus, a *belle époque* contribui para reafirmar a presença feminina no espaço público. Elas estavam presentes nos teatros, nas livrarias, nas casas de chá, nos boulevares e cabarés, sejam como trabalhadoras, consumidoras ou simplesmente como moradoras. Interessa-nos, outrossim, destacar que essa participação não ocorreu da mesma forma e nem na mesma proporção. Em entrevista concedida, Botão de Ouro (80 anos) ouvida neste estudo se expressa sobre este tema nos seguintes termos:

Entrar no Teatro Amazonas não era pra gente pobre não. Lá ia o Seu Valdir (meu patrão!) com a sua esposa. Eu era babá só conseguia ir até a Praça da Saudade levar as crianças pra brincar, tomar sorvete e andar no trezinho. Quando a gente chegava lá, tinha um monte de babá que nem eu. Era quando eu fazia as amizades (entrevista/2021)

Em sua fala, Botão de Ouro expõe como as diferenças de raça, gênero, cor e classe sempre estiveram presentes no dia a dia do viver na cidade, por isso não podemos analisar as questões de gênero a partir de um único fator. Assim como uma planta que se entrelaça por suas raízes criando ramificações diversas, a discussão que se apresenta sobre a presença feminina no espaço público de Manaus deve considerar o peso do preconceito étnico, racial e de classe que perdura ainda até os dias atuais. Scott (1991, p.29) destaca que é necessário “oferecer novas perspectivas a velhas questões [...] porque ela sugere que o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade social e política que inclui não só o sexo, mas também a raça e a classe”.

Akotirene (2018) ao tratar sobre as diversas formas de discriminação sofrida pelas mulheres sugere a interseccionalidade como uma categoria analítica que tem por base as múltiplas formas de opressão sofrida por elas, tecendo uma especial articulação entre a raça, o gênero e a classe. Para esta autora, dependendo do lugar social que o gênero ocupa “a interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas. Às vezes somos oprimidos, às vezes somos opressores” (IBIDEM, p. 92).

A cidade e seus espaços vão sendo definidos a partir do gênero e da classe e por esta perspectiva, as mulheres vão ocupando espaços de forma diferenciada. Em alguns espaços ela é a dama da sociedade que expõe os modelos trazidos diretamente da Europa e que evidencia o seletivo grupo do qual faz parte. Ela é a esposa do barão da borracha e dos grandes comerciantes da região que adentram o Teatro Amazonas, que frequentam as casas de chá e passeiam pelos boulevares da cidade. Em Manaus a Avenida Eduardo Ribeiro, tornou-se a espinha dorsal da cidade, pois além de ser uma vitrine dos produtos internacionais que aqui chegavam, também era um espaço de passeio e lazer para a população local, e será neste espaço que as mulheres de camadas mais abastadas fixaram sua presença.

Para um outro grupo de mulheres (indígenas, negras e pobres) os espaços públicos da cidade eram utilizados como uma forma de garantir sua sobrevivência e a de seus pares, onde desenvolviam estratégias diversas para garantir o complemento da renda familiar, utilizando-se destes espaços para ofertar seus produtos e serviços. Além disso era o espaço da articulação, da convivialidade, do fazer-se perceber na constituição da cidade

Na informalidade elas se faziam presentes em atividades fora do espaço doméstico em virtude de proibição paternal ou marital, sendo comum sua presença em atividades de costura, lavagem de roupas “para fora”, cuidado de crianças para outras mulheres, a produção de alimentos, entre outras, o que lhes garantia uma renda extra e contribuía na manutenção da família. A rua tornou-se um espaço propício para a venda de produtos e serviços e as mulheres exercem o seu protagonismo na rua como grandes movimentadoras da economia local. Elas são as vendedoras ambulantes que transformam as ruas em seu espaço de trabalho e vivência, ofertando as mais variadas mercadorias, indo dos doces aos tecidos finos. Eram índias e negras que vendiam verduras, comidas típicas e quinquilharias, que empunham os cestos de roupas na cabeça e saíam para lavar a roupa dos patrões.

A população empobrecida, além de encontrar-se alijada das providências e melhorias sociais que a cidade apresentava, também era vigiada e condenada pelos códigos de posturas e discursos disciplinadores da época, questão ainda mais complexa para as mulheres que carregavam sobre elas o peso da sociabilidade e afetividade que deveriam estar restritas ao espaço privado. É o contraste da cidade do fausto. De um lado o glamour, beleza e modernidade e do outro a segregação, exploração e discriminação da população.

Trata-se do “avesso do progresso que se materializa pelo desemprego, pobreza e miséria de segmentos expressivos da população vivendo em situações que, a grosso modo, se convencionou chamar de vulnerabilidade social” (SCHERER, 2009,p.132). Nesta mesma direção, Oliveira (2003, p.72) afirma que nesta ordem, o espaço urbano é pensado, construído e gerenciado favorecendo alguns segmentos em detrimento de outros. O autor destaca que,

O espaço urbano que se produziu [...] está contido e contém uma totalidade que inclui tanto o processo de desenvolvimento da Amazônia como a forma de produção da sociedade nacional, refletindo a maneira da espacialização de outras cidades brasileiras [...] as ilhas de luxo, riqueza e bem-estar cercadas de extrema miséria por todos os lados.

Os espaços dedicados ao comércio sexual eram espaços evitados pelas damas da sociedade, apesar da prostituição ser uma atividade marcadamente feminina. Em Manaus, a prostituição assenta-se em duas linhas específicas: a primeira é composta pelas cocotes e polacas que frequentavam os bordéis e cassinos de luxo da cidade e tinham como principais clientes os seringalistas, os ricos comerciantes e os homens públicos. O segundo refere-se àquelas que compunham a maior parte dos noticiários dos jornais locais e dos registros policiais. Elas circulavam nas ruas escuras e “mal faladas” da cidade, nos bares, botequins e praças, habitando os cortiços, as pensões e os casebres.

Sobre esses dois grupos recaí olhares oficiais ou não diversos. Ao primeiro grupo, aquele que compõe a “prostituição oficial”, o Estado e seus órgãos oficiais faziam “vistas grossas”. Ela era necessária pois quem utilizava seus serviços eram os mais abastados socialmente. Ao outro grupo direcionava-se a ideia de “câncer social”, aquela do meretrício e nada necessário à sociedade, relacionada à criminalidade e a propagação de doenças, sob o qual se construiu um discurso estigmatizador⁴¹ e marginal no sentido apontado por Del Priore e Gomes (2003) que considera a margem como sendo aquilo que está afastado do centro, na borda, de lado, na fímbria.

Ao tratarmos de estigma, convém explicitarmos que, sociologicamente, este conceito está relacionado a categorização de um grupo por outro, conferindo-lhe uma

⁴¹ Etimologicamente a palavra estigma deriva do grego *stigma* com sentido de picada, marca, sinal. Inicialmente na Grécia Antiga era utilizada para sinalizar as marcas corporais de escravos e criminosos. Na Idade Média a palavra passou a designar as marcas da graça divina ou sinais físicos causados por doenças. Para saber mais sobre isso ler a obra “Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”, de Erving Goffman (2004).

marca ou sinal que o qualifica como inferior, desqualificado ou “inabilitado para aceitação social plena” (GOFFMAN, 2004, p.4). Essa condição está relacionada aos preconceitos e estereótipos que construímos sobre os outros e que contribui para provocar a criminalização de alguns grupos sociais, entre os quais, as mulheres que fogem aos padrões e normas éticas instituídas, como as prostitutas, que se encontram associadas a uma conotação negativa e depreciativa da mulher.

Não se pode ignorar que além das desigualdades de gênero e raça, as mulheres também foram entrecortadas pelas diferenças entre classes, corroborando a perspectiva de que nas análises sobre a condição feminina faz-se necessário apontar o complexo cruzamento de opressões que sobre elas recaem. Piscitelli (2008, p. 266) aponta o fato de que “a proposta é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo, para dar cabida às interações entre possíveis diferenças em contextos específicos”.

Em Manaus, os marcadores de gênero, raça/etnia e classe constituíram-se como os principais elementos que embasaram a constituição e a organização do espaço urbano. Lefebvre (1973, p.109-110) “as relações de produção carecem elas mesmas de ser reproduzidas[...] Reproduzem-se no mercado, [...]na vida quotidiana, na família, na ‘cidade’, reproduzem-se também onde a mais-valia global da sociedade se realiza e se reparte e é dispendida[...]”.

O fato de ser mulher e ultrapassar as barreiras do espaço doméstico e adentrar no espaço público, em uma cidade marcadamente desigual, não foi uma tarefa simples e fácil. Ao contrário, em uma sociedade falocêntrica com fortes traços patriarcais, as mulheres necessitaram se impor e conquistar a possibilidade de exercerem determinadas atividades e frequentarem determinados espaços antes exclusivos do universo masculino.

Do trabalho fabril à prostituição, as mulheres estiveram impondo a sua presença não somente para atender aos ditames do mercado, mas, principalmente para garantir que sua permanência no espaço público não ficasse relegada a autorização ou à vontade dos homens, fossem eles os pais, irmãos ou maridos. Elas almejavam traçar maiores voos, desejavam apropriar-se de outros espaços, queriam fazer-se presentes e percebidas na cidade, nessa cidade enquanto espaço construído e vivido por todos, tornando o

espaço citadino além de seu local de trabalho, o seu espaço de resistência por excelência.

2.2 - Resistência e formas organizativas das mulheres

É incontestável a ideia de que no século XX ocorreram grandes conquistas e avanços no que diz respeito aos direitos femininos, especialmente no que se refere ao uso do espaço público. Os questionamentos sobre a limitação da vivência da mulher ao espaço doméstico/privado e, conseqüentemente dos papéis que a ela foram auferidos socialmente, bem como seu ingresso no mercado de trabalho e sua participação no mundo da política, foram fatores que contribuíram para esse quadro.

Em uma sociedade que se organiza sob bases patriarcais a apropriação do espaço público, seja pelo mercado de trabalho seja pelas lutas sociais, seja simplesmente pela possibilidade de andar nas ruas sem necessitar de uma figura masculina tornou-se uma forma de resistir as “amarras” do sexismo e das desigualdades de gênero. Saffiotti (1988) destaca o fato de que a sociedade consegue estabelecer minuciosamente os espaços onde é permitida a presença feminina, da mesma forma que delineia onde os homens podem atuar, vendo-se oprimidas e subjugadas de todas as formas. Na mesma direção Christo (2001, p.16) considera que,

Ninguém sofre uma opressão tão prolongada ao longo da história como a mulher. Mutiladas em países da África com a supressão do clitóris, censuradas em países islâmicos onde são proibidas de exibir o rosto, subjugadas como escravas e prostitutas em regiões da Ásia, deploradas como filha única por famílias chinesas, são as mulheres que carregam o maior peso da pobreza que atinge, hoje, 4 dos 6 bilhões de habitantes da Terra.

Em função dessa binaridade entre homens/público e mulheres/privado não convém falarmos de um espaço único que pudesse ser experimentado pelas pessoas de modo igualitário. Pode-se dizer que a construção desses espaços ocorre em meio às relações sociais desiguais e como tal é reflexo da divisão sexista entre homens e mulheres que tem marcado a formação das sociedades ocidentais.

Arendt (2014) ao referir-se a noção de espaço público e privado destaca o fato de que esses espaços, em muito, tem se diferenciado do modelo grego inicial. Para a autora, a vida privada era o espaço para a manutenção da sobrevivência, onde estabelecem-se divisões de papéis específicos entre mulheres e homens. A elas designava-se a reponsabilidade pelos cuidados com o lar e a reprodução da espécie, aos

homens recaia o papel do provedor e chefe da casa, em um modelo hierarquizante. Para a autora,

o que distinguia a esfera familiar era que nela os homens viviam juntos por serem compelidos por suas necessidades e carência [...] O fato de que a manutenção individual e sobrevivência como vida da espécie fosse a tarefa do homem e a sobrevivência fosse a tarefa da mulher no parto, eram sujeitas à mesma premência da vida. Portanto, a comunidade natural do lar decorria da necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar (IBIDEM, p.40-41)

Ao tratar sobre o espaço público, Arendt (2014) considera que este espaço é um espaço de valorização da pluralidade humana, que deve ser compartilhado por todos. É o espaço do visível, “de tudo que pode ser visto e ouvido por todos” (IBIDEM, p.9) e que constitui a realidade. É o espaço de relações com o outro, da esfera política, da partilha e da formação das ideias comuns de uma sociedade, contrapondo-se ao espaço privado, considerado como obscuro, onde encontravam-se as coisas irrelevantes. Telles (1990,p.5) aponta o fato de que apesar da autora apresentar características específicas sobre cada um desses espaços, isso não deve servir para conceber o espaço privado como algo totalmente negativo, pois “sua discussão não é no sentido de desqualificar a vida privada, mas de estabelecer o seu lugar e definir as fronteiras entre duas formas distintas de existência social [...] duas formas diferentes de se fazer a experiência em sociedade”.

Habermas (1997) destaca que o espaço público e o espaço privado não são instâncias estanques, desassociadas. Ao contrário, a esfera pública capta, expõe e problematiza as demandas da esfera privada, colocando-as no centro da discussão. Por sua vez, a esfera privada incorpora os debates e agrega informações que influenciam na vida cotidiana, possibilitando uma reflexão constante sobre si mesma. Para o autor, “os canais de comunicação da esfera pública engatam-se nas esferas da vida privada [...] de tal modo que as estruturas espaciais de interações simples podem ampliadas e abstraídas, porém não destruídas” (HABERMAS, 1997, p.98).

O espaço urbano não é um espaço neutro no que refere-se às questões de gênero. Para as mulheres flunar pela cidade com roupas mais curtas, ir ao cinema sozinhas a noite, andar de transporte coletivo seguindo para o trabalho ou para a escola, constituía-se numa ameaça constante, pois sobre ela recaia a hostilidade física e subjetiva de uma

cidade pensada por e para os homens. Estar na cidade para as mulheres não significa, necessariamente, ter direitos sobre ela, pois para se estar nela as mulheres necessitam exercitar a resistência continuamente sejam nas lutas organizadas, seja nas atividades mais cotidianas, conforme poetiza a militante Talia (2018) do Movimento Sem Terra:

As mulheres assumindo o comando!
 Estamos todos os dias transformando!
 Estamos nos colocando como sujeitos da luta!
 Protagonistas! Revolucionárias!
 [...]
 Nós somos de luta, nós somos diversas, nós seremos o que quisermos ser,
 Da forma única e linda que encontramos de ser mulher.
 Não recuaremos, resistiremos!
 Nós mulheres, por essência, somos lutadoras!

As cidades sempre foram espaços privilegiados de sonhos, desejos e memórias, mas também de lutas e resistência. É dentro de seu espaço que os corpos transitam, ocupam as ruas. Muitos desses corpos chegam e passam, outros chegam, ficam e se apropriam do espaço. Para alguns essa apropriação pode ser extremamente banal, cotidiana. Para outros fazer-se presente neste espaço representa a forma possível de se fazer perceber, de garantir sua presença, de resistir aos vilipêndios a que são expostos cotidianamente como é o caso das mulheres.

Ao observarmos a formação das cidades detectamos que as mulheres sempre estiveram presentes no seu cotidiano, sempre resistiram e sobreviveram as suas nuances. Registros apontam a presença feminina em várias lutas sociais ao longo da História, marcando sua ousada presença no ir e vir das cidades, apesar de em sua maioria, terem sido negligenciadas e minimizadas. Federici (2017) em sua obra *O calibã e a bruxa* expõe o processo de estigmatização e perseguição às mulheres sofridas na Idade Média que contribuíram para o controle dos corpos femininos e sua capacidade reprodutiva, bem como, sobre seus saberes e sua força de trabalho. Vejamos:

Na minha interpretação [...] Calibã não apenas representa o rebelde anticolonial [...] mas também é um símbolo para o corpo proletário como terreno e instrumento de resistência à lógica do capitalismo. Mais importante ainda, é a figura da bruxa [...] que neste livro situa-se no centro da cena, enquanto encarnação de um mundo de sujeitos femininos que o capitalismo precisou destruir: a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que ousa viver só, a mulher obeah que envenenava a comida do senhor e incitava os escravos a se rebelarem (FEDERICI, 2016, p.14).

A simples presença das mulheres no cotidiano das cidades já é uma postura desafiadora a um *status quo* institucionalizado socialmente, que vem sendo questionado não somente por meio do discurso, mas também através de práticas transformadoras. Esses questionamentos direcionam-se para todas as áreas, inclusive para a visão hegemônica do que deveria ser o espaço urbano, que define para as mulheres um espaço marginalizado, enquanto para os homens garante-se o espaço central.

Kergoat (2018) aponta para o fato de que essa dualidade de espaços produzidos socialmente (central/público e marginal/privado) não leva em consideração as diversas possibilidades de práticas sociais que se estabelecem no cotidiano do espaço urbano. E são essas práticas sociais que são acionadas pelas mulheres como forma de resistência e como possibilidade de gerar transformações no âmbito das relações sociais. No âmbito do espaço das cidades, as mulheres tem se apropriado de suas vivências do cotidiano para construir estratégias de resistência, sendo a organização e a mobilização popular uma delas. Begônia (44 anos) ao falar de seu ingresso no movimento de moradia revela que,

Teve um tempo que fiquei sem casa. Sem ter onde morar, com os filhos pra cuidar. Ai não tive outra alternativa, fui obrigada a procurar um espaço pra viver com meu meninos e ai minha única alternativa foi ir para as invasões [...] Estar no movimento pra mim foi uma superação, foi um aprendizado, porque eu aprendi que a gente tem direito, que lutando a gente consegue aquilo que a gente quer (entrevista/2021)

Note-se que, ao retratar sua experiência como moradora da cidade, Orquídea, aponta a necessidade de subsistência com seu ingresso no movimento de luta por moradia. É fato que a luta empreendida pelas mulheres possibilita dar visibilidade a uma das mais diversas faces da desigualdade social do qual elas são uma das vítimas. Para Castells (1999, p.223), essas organizações de base popular “foram estimuladas por explosões demográficas urbanas, crises econômicas e políticas de austeridade ocorridas simultaneamente, que deixaram as pessoas, e particularmente as mulheres frente a frente com o simples dilema entre lutar ou morrer”.

Outro fator interessante a destacar se refere ao fato de que a participação das mulheres nos movimentos sociais impactou não somente na garantia do acesso às políticas públicas e à satisfação das necessidades da vida diária, mas também, “no surgimento de uma nova identidade coletiva”, como afirma Castell (1999,p.170). Na

mesma direção, Gohn (1991, p.40), ao tratar da prática que se estabelece no interior destes movimentos considera que,

A busca de soluções e alternativas para as condições de vida cotidiana leva ao encontro de caminhos que apontam para a superação destas condições. O pensar articula-se ao fazer. E este processo não se realiza espontaneamente, mas é permeado por uma intencionalidade política, presente nos projetos que os movimentos delineiam na história.

As práticas sociais desenvolvidas pelas mulheres na cidade compõem um quadro de práticas contra hegemônicas de resistência à exclusão, que refletem diretamente na forma como os corpos se inscrevem e interferem no espaço, constituindo novos modos de existências e novas subjetividades. São práticas de resistência que instalam fissuras, desvios no modo de vida cristalizado e que potencializam novas formas de se viver. Não são apenas uma reação pura e simples às formas de poder que subjagam os corpos femininos, mas principalmente uma forma de se reinventar enquanto sujeitos construtores da história. De acordo com Foucault (1979, p.244),

Não há relações de poder sem resistências [...] A resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque ela é a compatriota do poder; Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder; ela é, portanto, como ele, múltipla e integrável a estratégias globais

Deleuze (2013) aponta as diversas formas de resistências como linhas de fuga, de desobediência, que existem em um movimento constante capaz de desfazer os acordos estabelecidos. Ela é uma linha maleável, fugidia, escorregadia, que desterritorializa os saberes e os poderes, e é neste contexto que a presença feminina nas cidades vai se impondo. Deve-se reconhecer que ciência moderna e suas concepções binaristas, universalistas e heterossexuais não contribuiu para fazer fluir essas linhas de fuga, de desobediência, ao contrário, tratou de deixá-las às margens, às escondidas, pois elas apresentam posicionamentos diferenciados daqueles erigidos pelo cartesianismo.

A organização das mulheres apresenta-se, então, como um desvio à norma estabelecida, que se fortalece ainda mais a partir da construção e afirmação do conceito de gênero que tende a desnaturalizar a situação de opressão vivida pelas mulheres, potencializando a atuação dos movimentos de mulheres e feministas por todo o mundo.

É fato que algumas mulheres empreenderam lutas sociais importantes desde o século XVIII, mas é, pois, com a constituição do movimento feminista, a partir do final do séc. XIX, que o enfrentamento das desigualdades sofridas pelo gênero feminino obtém um salto qualitativo rumo às mudanças primordiais necessárias no combate à discriminação e ao preconceito.

O movimento feminista traz para o centro das discussões questões anteriormente inferiorizadas ou mesmo negadas como, por exemplo, a participação das mulheres no espaço público não apenas como aquelas que estão submetidas ao poder e às decisões masculinas, mas, ao contrário, como indivíduos dotados de autonomia e direitos, como protagonista na construção do seu eu como sujeito histórico e no caso desse estudo, como sujeito partícipe da construção do espaço vivido e das cidades. Simmel (1973) já apontava para o fato que a inserção das mulheres na vida pública produziria inovação e transformação na cultura da época, pois acrescentaria nas relações elementos como a subjetividade, as emoções, a afetividade e os sentimentos, e assim comporá e apresentará novas formas de sociabilidade para o espaço vivido.

Aos poucos as mulheres foram cavando e construindo espaços de poder entrelaçado a um saber feminino, capilarizando as diversas estratégias na base do poder instituído e, neste sentido, o movimento feminista será considerado o fenômeno mais significativo do século XX, sendo a mola propulsora para incentivar e impulsionar outros movimentos sociais. Rago (2018) ao tratar dessa influência dá especial destaque aos movimentos pela anistia, de luta por moradia, por creches e melhores condições de vida, o movimento LGBTQI, o movimento negro, indígena, bem como, aqueles pelo direito à terra.

As práticas feministas instituídas apresentam-se então dentro do contexto de um contrassenso, de um contra discurso que produz movimentos de desterritorialização, cria novos fluxos e desfaz significados, no sentido perspectiva do menor como concebem Deleuze e Guattari (1997). O menor conforme Rago (2018, p.194), é visto

Como aquilo que escapa ao hegemônico [...] Refiro-me a um ativismo cotidiano, miúdo, informal, pouco valorizado, muitas vezes até pouco percebido, que se traduz pela habilidade de criar espaços coletivos nos quais se ultrapassam as fronteiras entre o público e privado, razão e emoção, alma e corpo e nos quais se pratica o cuidado de si e do outro, se produzem novas artes de viver, se geram estilos feministas de vida.

Essas novas práticas inauguram uma nova forma de perceber as mulheres, pois elas rompem com a ideia de uma consciência individual e posicionam-se como um sujeito coletivo. No seio dos movimentos sociais o papel das mulheres é redimensionado. Elas protagonizam a luta, assumem a dianteira com autonomia, altivez e determinação, colocando em evidência o agir do sujeito feminino em função de uma cidade para todos. Camélia, uma das mulheres ouvidas neste estudo tece a seguinte consideração:

Pra mim o movimento de moradia veio para mostrar que nós podemos fazer algo importante. Hoje nós já estamos tomando nossos espaços e conseguindo mudar um pouco do que a sociedade pensa, em termos de que não é somente os homens que tem capacidade, as mulheres também tem, todos nós temos[...] Hoje em dia os homens ainda estão tomando conta, mas graças a Deus as mulheres estão tomando seus espaços (entrevista/2021).

Em sua fala, Camélia nos chama a atenção para o fato de que, mais do que a simples ação, a participação nos movimentos sociais remete para novas relações entre homens e mulheres, novas sociabilidades, comportando ideais de mudanças nas estruturas fundantes da sociedade. Para as mulheres a luta por moradia lhe coloca em uma posição diferenciada, pois a conquista da casa não representa apenas a aquisição de um bem físico, ele extrapola a materialidade e lhe põe frente à possibilidade de romper com situações de subalternidade e submissão historicamente vivenciado. Torres (2005, p.186), destaca que “as mulheres vem se organizando para reivindicar direitos de participação ativa na vida da sociedade, buscando reverter a situação de enclausuramento à esfera privada que historicamente as segregou [...]Agem politicamente para serem livres, para serem iguais, enfim, para viverem a sua individuação como sujeitos”.

Na Amazônia a construção da imagem da mulher se deu de forma turva, deturpada e maldosa, apontando-a como libertina, lasciva sexual e depravada. O aspecto cultural da nudez indígena determinou o olhar preconceituoso dos conquistadores europeus, em relação a estes povos, especialmente as mulheres. Recaiu sobre elas o preconceito étnico que veio se associar ao preconceito de gênero e de classe social (TORRES, 2005).

O protagonismo das mulheres amazônicas não se deu de forma tranquila, pois ao entrarem num espaço marcadamente masculino, baseado na biologização dos papéis sociais, exigiu e continua a exigir delas uma certa dose de coragem para fazer enfrentamento a um universo misógino e preconceituoso das sociedades ocidentais. Estas sociedades dispõem de espaços de circulação e manifestação para homens e mulheres, não apenas como uma separação puramente geográfica, mas principalmente como uma separação culturalmente constituída pelos agentes que definem a política espacial dos territórios.

A instalação do Parque Industrial de Manaus - PIM em 1967 é um acontecimento que demarca um divisor de águas na cidade de Manaus. A cidade passa a ser dividida de forma nítida e insofismável entre centro e periferia; entre aqueles que tem moradia e os que não tem. O grande capital expande seus raios na cidade, tangendo e expulsando os pobres dos centros para as áreas periféricas. A explosão demográfica associada às péssimas condições de vida e ausência de moradia, determinam as ocupações de terra nos parâmetros da Zona Franca de Manaus.

A ampliação do contingente populacional em Manaus, faz engrossar a fileira dos sem trabalho e sem moradia. A desigualdade social é ampliada e cinde a vida cotidiana dos habitantes da cidade, obrigando-os a constituir novas estratégias de sobrevivência. Se de um lado temos a propaganda de uma cidade próspera, que se abre para os benefícios da industrialização, de outro temos uma população pauperizada, espoliada do acesso aos serviços públicos essenciais como a moradia, a educação, a saúde e o trabalho. Scherer (2009, p.160), chama a atenção para o fato de que “o mais grave é que essas disparidades são banalizadas, as desigualdades sociais são naturalizadas. Tudo parece normal numa cidade tão desigual”.

A ausência de investimento à política habitacional, conforme Sales (2015), contribuiu para que as classes subalternas construíssem novas estratégias de enfrentamento à falta de moradia. Esta situação fez surgir no fim da década de 1970 um grande *boom* de ocupações⁴² que levou a cidade na direção das zonas geográficas leste e norte. É, pois, nos interstícios da Zona Franca de Manaus que as mulheres rasgam o véu da submissão de forma incisiva no palco da cidade, abrindo as veias do conflito da

⁴² Estamos nos referindo às ocupações como estratégias de moradias adotadas pelas classes subalternizadas a partir da organização de “invasões” de lotes urbanos vazios, para acesso imediato ao lote e a construção da moradia.

falta de moradia de forma transgressora no âmbito do movimento social. Orquídeas, militante ouvida em nossa pesquisa revela o seguinte:

Nós começamos essa história de ocupação lá atrás, com a Irmã Helena. Ela e outras mulheres como a Santana Preta e a Santana Branca, foram perseguidas, ameaçadas mas não se deixaram abater e conseguiram manter o povo unido. Nas ocupações é a mulherada que assume a liderança. São elas que enfrentam a polícia, produzem os barracos, desafiam o Estado e vão para a rua fazer a luta (entrevista, 2021).

Na narrativa de Orquídea é possível observar o protagonismo das mulheres na organização da população na luta pela garantia de um espaço para morar e viver em Manaus. Tornam-se referência para os movimentos que surgem posteriormente e contribuem para o redimensionamento do papel das mulheres no seio da luta urbana manauense. Elas evidenciam um agir feminino autêntico, destemido e contribuem na constituição de “novos sujeitos políticos e novos espaços pra fazer política, evidenciando a constituição de novos atores sociais e políticos” (TELLES, 1998, p.248).

Para Torres (2005), esta situação de enfrentamento e resistência contradiz o discurso oficial que sempre associou as mulheres à ideia de passividade, fragilidade e submissão, deixando-a em um segundo plano. É, pois, a partir da extensão dos conflitos e de sua participação nos movimentos sociais urbanos que as mulheres começarão a questionar seus papéis na constituição das cidades. Gohn (2010, p.93), afirma que “quer como grupo de mobilizações de causas puramente femininas, quer como participação feminina em diferentes mobilizações, as mulheres tem constituído a maioria das ações coletivas públicas”, atuando nos espaços de decisão e de poder, constituindo-se como sujeitos e protagonizando grandes embates no curso da história.

Em Manaus merece especial atenção a atuação de Helena Augusta Walcott, popularmente conhecida como Irmã Helena que, nesse território de disputas e de interesses antagônicos da luta por moradia, vai se destacar por sua capacidade organizativa no surgimento de grandes ocupações irregulares na cidade de Manaus



Figura 6 – Irmã Helena Augusta Walcott – líder do movimento de moradia em Manaus
Fonte: Clóvis Miranda – Acervo A Crítica

Mulher, negra e religiosa, Irmã Helena foi por mais de três décadas a grande liderança do movimento de moradia popular em Manaus e coordenadora do Movimento dos Sem Teto. Enfrentou a elite e os grileiros⁴³ para garantir o acesso a moradia aqueles que tiveram esse direito negado. Era assistente social, falava três idiomas e esteve à frente de ocupações de terra que originaram mais de quinze bairros na periferia da cidade, motivo pelo qual ficou conhecida como a “mãe dos sem teto”.

Foi vítima de perseguição policial e atentados contra a sua vida que fizeram com que se exilasse do Brasil, atendendo ao pedido da Arquidiocese de Manaus que temiam por sua vida. Retorna ao Amazonas em 2009 quando assume os serviços pastorais no município de Manacapuru e onde residiu até o dia 13 de junho de 2022, data de seu falecimento.

É, pois, por meio da organização e mobilização das mulheres que algumas ocupações de terra marcaram o cenário habitacional da cidade e que originam alguns dos bairros mais populosos de Manaus como São José, Jorge Teixeira, Zumbi dos Palmares, Coroadó, Santa Etelvina e Novo Israel.

⁴³ O grileiro é um proprietário privado que se apossa das terras devolutas (terras públicas sem destinação) e/ou de terras de terceiros. No Brasil, grilagem de terras é a falsificação de documentos para, ilegalmente, tomar posse de terras devolutas ou de terceiros, bem como de prédios ou prédios indivisos. O termo também designa a venda de terras pertencentes ao poder público ou de propriedade particular mediante falsificação de documentos de propriedade da área.

Pode-se dizer que o século XX foi o século das mulheres, pois traz consigo várias conquistas e avanços decorrentes da luta e da organização feminina nas últimas décadas. No Brasil, além da mobilização dos movimentos feministas e outros movimentos sociais o evento da Constituinte que elaborou a Constituição de 1988, contribuiu *sine qua non* para a efervescência de novas estratégias e mecanismos de gestão pública. A efetivação dos Conselhos de Direitos, a realização das Conferências Nacionais e a pactuação nas mesas de negociação com os movimentos sociais, garantiram a materialização de uma agenda pública que apresente como eixo central as questões de gênero.

Nesta direção Torres (2005, p.186) evidencia que,

As mulheres vem se organizando para reivindicar direitos de participação ativa na vida da sociedade, buscando reverter a situação de enclausuramento à esfera da vida privada que historicamente as segregou. Os sujeitos sociais encontram na política os sentidos da vida. Agem, politicamente para serem livres, para serem iguais, enfim para viverem a sua individuação como sujeitos.

Em Manaus, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, constituiu-se numa frente institucionalizada de participação da sociedade civil com vistas a estabelecer diálogo com o Estado, possibilitando o acesso aos canais de defesa da democracia e do interesse específicos das mulheres, de caráter deliberativo. Criado pela Lei Municipal nº 872/2005 esse órgão possui a finalidade de “promover, em âmbito municipal, políticas que visem eliminar a discriminação contra a mulher, assegurando-lhes condições de liberdade e igualdade de direitos, bem como, sua plena participação nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais do Município”.

Nesta mesma direção, o Fórum Permanente de Mulheres de Manaus- FPMM surge, em 2006, com a necessidade de articular os diversos movimentos e grupos de mulheres, inicialmente para a eleição do CMDM. Apresenta-se como um espaço de reflexão, organização e articulação de um coletivo baseado nos princípios feministas, cujo objetivo geral é fortalecer a organização das mulheres e seus grupos na perspectiva da transformação social. Atualmente reúne cerca de 25 grupos que vão desde associações de donas de casa aos grupos de estudo e pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, perpassando por movimentos de mulheres indígenas e LGBTQI.

Suas principais ações estão centradas na defesa e garantia dos direitos das mulheres, sendo suas maiores conquistas a contribuição na construção da rede de

enfrentamento à violência contra a Mulher com foco na construção da Casa Abrigo; a luta pela efetivação da Lei Maria da Penha no Estado do Amazonas que resultou na instalação de duas Delegacias Especializadas; o enfrentamento ao tráfico de meninas e mulheres; à violência sexual e doméstica; a instalação do Hospital da Mulher e, mais recentemente o combate ao Feminicídio; e tem desenvolvido um sistema de acompanhamento e apoio aos familiares das vítimas.

Sobre a importância do Fórum para a organização das Mulheres em Manaus, Orquídea, faz a seguinte consideração:

A gente participa do Fórum porque compreendemos que ele é um importante instrumento para a nossa organização. Aqui a gente une as forças e consolida as lutas. Constrói uma luta única, fortalecendo um posicionamento coletivo, apesar de cada grupo que participa ter sua demanda específica. O Fórum é um espaço importante para as discussões, para construir uma compreensão de mundo e de conjunturas de forma coletiva e assim fortalecer as ações (entrevista, 2021)

Observa-se, na fala de Orquídea, que os movimentos feministas em Manaus tem se fortalecido e construído estratégias diversas, para se fazerem visibilizar nas ações cotidianas da cidade, apresentando-se como um novo modo de mobilização popular baseado na construção de uma agenda emancipatória. Gohn (2010, p.13-14), aponta para o fato de que, “elas representam forças sociais organizadas, que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, mas como campo de atividades e experimentação social [...] Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em fazeres propositivos” e suas representações.

Há uma nova formatação dos movimentos feministas, são novas formas de se colocar em prática o ativismo. Apresentam-se livres das amarras dos aparatos e políticas institucionais deixando à mostra uma subjetividade rebelde, rompendo com o princípio da hierarquização que são encarnados nos partidos políticos, pelas centrais sindicais e em determinados movimentos sociais. Torres (2020, p.434) afirma que,

Esses grupos são inaugurais, protagonistas de um novo tempo e prenhe de novidade sem, necessariamente, possuírem estruturação partidária e ideológica, dando primazia a pautas temáticas e bandeiras de expressão cultural, no âmbito do ativismo de gênero [...] Estamos diante de um Kairós ou de um tempo oportuno, do agora,

protagonizado pelas subjetividades rebeldes e transgressoras, que lutam pelos direitos das mulheres frente às políticas neoliberais.

Interessa-nos chamar a atenção para o fato de que a organização destes movimentos feministas baseia-se na afirmação do sujeito mulher que é coletivo, que foge da individuação, pluralista, que respeita a diversidade. Isto rompe com o tradicionalismo das velhas práticas feministas associadas a partidos políticos e centrais de movimentos sociais. Esses novos coletivos expõem o gênero como marcadores sociais como a raça e classe, percebem que estes marcadores influenciam diretamente a forma como experimentamos a vida em sociedade e como eles marcam as diferenças experienciais de opressão feminina. Se no início do séc. XVIII as mulheres eram vistas como sonsas, tímidas, lerdas, introspectivas, submissas, elas, através da luta, chegam a meados do século XXI como guerreiras que não se acovardam, que tem nas veias o sangue das lendárias Amazonas e que mediante estratégias de luta puseram-se na esfera do conflito como sujeitos protagônicos.

2.3 – O direito de sonhar com a cidade que queremos

Na História, os sonhos aparecem em seus primeiros registros e percorrem toda a Antiguidade e toda a Idade Média como geradores de fatos sociais, assinalando decisões do Estado e de exércitos. No livro Sagrado é fácil localizar referências sobre revelações advindas com os sonhos, já na Antiguidade os povos entendiam que, através dos sonhos, seria possível receber revelações sobre o futuro em virtude da interferência dos deuses.

Para os indígenas o sonho é parte de uma complexa teia social, revelando-se como um importante canal de comunicação entre as agências humanas e não-humanas, em que é possível a transmissão de conhecimentos como as práticas terapêuticas e os cantos, bem como a condução das práticas cotidianas. Jecupé (2020, s/p), em entrevista ao Jornal da Universidade da UFRGS destaca que, para os indígenas, o sonho é central, ele é “um portal de outras partes, de outras dimensões, de outros planos mesmo”. É ele que norteia todo o movimento da comunidade, seja geográfico ou de tomada de decisões, orientando a vida de caçadores e agricultores de forma coletiva e, dando forma à vida em grupo. Na mesma direção, Krenak (2020, p.36-37) aponta para o fato de que,

Sonhar é uma prática que pode ser entendida como regime cultural, em que, de manhã cedo, as pessoas contam o sonho que tiveram. Não como uma atividade pública, mas de caráter íntimo [...]. Quando o sonho termina de ser contado, quem o escuta já pode pegar suas ferramentas e sair para as atividades do dia: o pescador pode ir pescar, o caçador pode ir caçar e quem não tem nada a fazer pode se recolher.

Com o passar dos tempos, o olhar divino, que serviu para embasar as análises sobre os sonhos por várias culturas, foi sendo substituído por concepções filosóficas. Nestes, os sonhos e seus significados, estavam relacionados ao próprio homem em sua relação consigo mesmo e com o meio externo e, não mais, com algo sobrenatural. Com a Modernidade, as explicações até então utilizadas para justificar os sonhos não eram mais suficientes para abarcar todos os questionamentos que sobre ele recaiam.

Apesar de várias áreas do conhecimento terem se dedicado ao estudo dos sonhos, será com a psicanálise que eles passam a ter uma nova interpretação, tornando-se uma importante área de estudo e passando a serem concebidos como sendo características ou reflexos do nosso inconsciente. Freud (2019) considera que os sonhos

como sendo manifestação dos desejos e ansiedades mais profundos do ser humano, sendo relacionados, muitas vezes, a memórias reprimidas da infância. Ele abandona a hipnose e adota a interpretação dos sonhos como método de estudo, pois considerava que ele seria “a estrada real para o conhecimento das atividades inconscientes da mente” (FREUD, 2019, p.298).

A partir da interpretação de Freud, vários outros estudiosos debruçaram-se sobre os estudos dos sonhos. Dentre eles, Carl Jung é o que divergiu das ideias freudianas por não concordar que todos os sonhos estejam relacionados às questões sexuais. Para este autor o sonho é uma “autorrepresentação, em forma espontânea e simbólica, da situação atual do inconsciente”(JUNG, 2000, p.201), sendo um meio de comunicação com o consciente.

Observe-se que, à medida que novas visões do homem vão sendo reconfiguradas, a compreensão sobre os processos oníricos ganham contornos diferenciados e novas contribuições são construídas. Não obstante, ao tratarmos sobre os sonhos que as mulheres possuem e que servem como norte para suas ações reivindicatórias interessa-nos esclarecer que o sonho que este estudo se refere, não é aquele que temos quando dormimos e que apresenta-se como um elemento complexo da psiqué humana, servindo como referência para premonições e revelações e que, até agora, foi motivo de nossos esclarecimentos iniciais.

Nos referimos a um sonho no sentido figurado, aquele relacionado ao devaneio, ao plano de uma vida individual ou coletiva, ou até mesmo a fantasia, considerado como um mecanismo que move os seres humanos, momento em que ele consegue expressar seus desejos, anseios e motivações, onde é possível “imaginar horizontes de possibilidades” (FREITAS, 2000, p. 16). É o sonho no sentido proposto por Bachelard (2009) relacionado ao devaneio, que se diferencia da insanidade, mas é sentido como um sonhar acordado, rico em significados, como algo vivo que provoca mudanças.

O devaneio é concebido como um atividade onírica que permite ao homem imaginar e romper com a concretude do real, ao mesmo tempo que instaura novos olhares sobre esta realidade, mediada pela consciência, é um sonho consciente, conforme afirma Bachelard (2009, p. 129) ao esclarecer que “o devaneio é uma atividade onírica na qual subsiste uma clareza de consciência. O sonhador de devaneio está presente em seu devaneio [...]”. Ele se apropria de novas imagens, resultado da combinação entre as imagens reais e as imagens sonhadas, criando um outro mundo,

onde ele é “um pouco da matéria noturna esquecida na claridade do dia” (DAGOGNET, 1980, p76).

Bachelard (2009) chama a atenção para o fato de que a ciência moderna, com sua racionalidade científica, provocou a fragmentação disciplinar dos saberes e com isso, a separação de aspectos como a natureza e a sociedade, razão e emoção, corpo e alma, como se estes fossem dicotômicos, contraditórios, dissociáveis, rejeitando e ignorando tantos outros saberes como o sonho, a imaginação e o devaneio que compõem o ser homem/mulher no mundo. Holanda (2019, p.123) ao analisar o pensamento bachelardiano afirma que,

Existem outras realidades cuja fonte é a imaginação criadora, o mesmo homem que faz a ciência (pensamento, método) também faz arte (sonho, devaneio), nosso espírito é criador em sua essência: razão e emoção agem, interagem no homem em suas tentativas de apreensão da realidade do mundo e da vida. Neste processo de conhecer, não há exclusão, mas sim complementaridade.

A ideia não é excluir a ciência e suas epistemes, mas compreendermos que é possível produzir conhecimentos e estabelecer análises a partir de elementos anteriormente relegados a um segundo plano. Compreender que ambos, ao invés de contraditórios e dicotômicos, são complementares, partilhando de elementos comuns que levam-nos a um constante transitar entre o visível e o invisível, para a produção de um novo conhecimento.

Nesta perspectiva, a imaginação serve como uma estratégia para tirar o sonhador da imobilidade, em uma postura vanguardista que possibilita a criação de um mundo novo a cada instante, pois ela é concebida como “a faculdade de deformar as imagens fornecidas pela percepção, ela é, sobretudo, a faculdade de nos libertar de imagens primeiras, de mudar as imagens” (BACHELARD, 2001 p.7). Nesta mesma direção, Loureiro (2007, p.17) aponta que,

O imaginário nos garante as aventuras de sonhar. Sonhamos antes de conhecer. Imaginamos antes de constatar [...] Nosso devaneio é incansável, interfere na realidade, poetizando a relação pregnant com essa realidade, o que faz com que, tantas vezes, o imaginário seja mais real do que o real. O imaginário confere ao real sentido. Inclusive do próprio real. Não há real não imaginado.

Interessa-nos embrenharmos pelas veredas dos sonhos que embalam as lutas das mulheres amazônidas, em especial, aquelas que fazem a luta por moradia em Manaus. É fato inconteste que são elas que tem desenhado o formato das lutas urbanas por todo o mundo, sendo motivadas pelo desejo de uma sociedade melhor, pelos sonhos, pela utopia de uma cidade mais justa e humana.

Não é a utopia como algo que ainda não existiu, mas como algo que está relacionado a concretização de sonhos possíveis. De acordo com Freitas (2018,p.823) ao considerar que “a utopia não constitui um topos idealizado ou projetado, mas é, em primeiro lugar, um topos da atividade humana orientada para um futuro; um topos da consciência antecipadora e a força ativa dos sonhos diurnos”. Ou seja,

A utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte se afasta dez passos.
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.
Para que serve a utopia? Serve para isso:
Para que eu não deixe de caminhar.
(GALEANO, 1994, p.230)

Nos tempos atuais, em um cenário onde imperam as incertezas, as dúvidas, o individualismo e a concorrência, o direito de sonhar torna-se cada vez mais difícil de ser exercido. As pessoas não tem se permitido sonhar, imaginar uma sociedade mais justa, algumas desistiram de sonhar, outras nem sonharam, por isso as mulheres, tornam-se grandes exemplos de sonhadoras que idealizam uma cidade para todas e todos, apesar das dificuldades enfrentadas no curso da história.

Para as mulheres que lutam, o sonho ocupa um lugar estratégico em suas vidas. Como observamos na fala de Cravina (44 anos) que expõe o seguinte relato:

É o sonho que alimenta a minha alma e a minha luta diária. Por isso, se tem algo que não deixo de fazer é sonhar, apesar de todas as dificuldades que a gente passa e mesmo não sabendo como será meu dia amanhã. A gente sabe que a luta da moradia só existe porque a gente sonha e acredita que podemos construir uma cidade melhor pra gente e para os nossos. (entrevista, 2022)

Observe-se na fala de Cravina que as dificuldades enfrentadas e vividas no seu cotidiano, não a impediram de sonhar, serviram como molas propulsoras para devanear

em torno da moradia e do direito à cidade, como expõe Lefebvre (2001). Para as mulheres o direito de sonhar é muito mais difícil de acessar, pois sobre elas recaem o peso do preconceito, da discriminação e do ocultamento, como se a simples condição de ser mulher a impedisse de acessá-lo. Some-se a isto, as condições a que estão expostas numa vida tecida em meio à labuta, aos sofrimentos e aos desafios que as submete cada vez mais a diversas expressões da vulnerabilidade, o que retira delas, muitas vezes, a possibilidade de sonhar.

Carolina de Jesus, em sua obra *Quarto de Despejo* (2007), mostra como a dura realidade de uma mulher pobre, negra, favelada, mãe solteira e semianalfabeta não a impediu de sonhar e idealizar uma cidade melhor. Seu texto denuncia a triste realidade na qual vivem milhares de mulheres no Brasil que as impede, por diversas vezes, de sonhar, fato que se aproxima consideravelmente, da realidade das mulheres que fazem a luta por moradia em Manaus. Essa realidade, com efeito, não as impede de construírem a luta pelo direito a uma cidade mais justa e igualitária de forma coletiva e, assim, se refazendo em “meio à barbárie e à perversidade das sociedades” (TORRES, 2005, p.282).

Quando o ato de sonhar é coletivo a construção de estratégias de superação da realidade também são coletivas e, mais do que um caminho para a superação, o ato de sonhar coletivamente serve como instrumento para o desvelamento dos fatores condicionantes que nos mantem naquela condição. Santos (2008) reforça a ideia de que para que esse sonho passe a ser coletivo, os sujeitos vão se reconfigurando na dinâmica das lutas sociais. Para este autor,

As pessoas vão se descobrindo umas às outras, a partir de uma identidade própria, de histórias semelhantes, de problemas e esperanças comuns. Pessoas que tem valores semelhantes e um destino comum, o que possibilita a elaboração de um projeto de futuro para mudar a realidade circundante [...] (IBIDEM, p.22).

O ingresso das mulheres nas lutas urbanas contribuiu para redimensionar sua presença nas cidades. Cada vez mais fortalecidas, elas passam a ter capacidade de pressão, de negociação, de enfrentamento das mais adversas realidades, buscando trazer para o território vivido não somente o acesso às políticas públicas, que contribuem para melhorar suas condições de vida, mas também o reconhecimento de ser a territorialização o locus de afirmação do sujeito coletivo, um espaço de pertença, de

afetividade e de efetivação de direitos, inclusive de sonhar com uma cidade mais justa e inclusiva.

Na luta por moradia “não há mudança sem sonho e não há sonho sem esperança” (FREIRE, 1992, p.91), e quando as mulheres adentram no mundo público através da luta tomam para si a possibilidade de reconstruir seus sonhos, suas utopias, reescrevendo sua história junto com outras mulheres. Nas pautas dos movimentos de mulheres e feministas esta temática sempre foi muito recorrente, algumas vezes mais nítidas e intensas, outras vezes mais esmaecidas, mas a moradia sempre esteve presente, porque a casa própria sempre embalou o sonho das mulheres como relata Gérbera (47 anos) ao afirmar que,

A maioria das mulheres que vem participar do movimento vem fragilizada, cheia de problemas, de mazelas, a autoestima lá embaixo. Então a casa é vista por elas como um sonho que vai ser realizado, apesar da gente rebater muito que a casa não é um sonho e sim um direito que o Estado tem que garantir. Para elas essa casa representa muito mais que um espaço físico, de concreto. Significa emancipação, autonomia. (entrevista/2021).

Veja que os sonhos aparecem na fala de Gérbera embalado pelas utopias que conduziram as mulheres para a luta. São essas motivações oníricas que renovam as esperanças femininas e fazem com que elaborem estratégias para a sua efetivação. O sonho e o devaneio saem do mundo do não realizável e se materializam enquanto possibilidade de mudança, adotando forte conotação política pois “é na luta [...] que se constrói uma perspectiva de futuro capaz de manter viva a esperança [...] assumindo posição e tomando partido na luta de interesses que constrói a história como possibilidade” (FREITAS, 2001, p.127).

Juntas, as mulheres, constroem-se como sujeitos na produção do espaço urbano e no processo de transformação necessária para alcançar a cidade sonhada, constituindo-se como novos atores sociais e políticos, inaugurando uma nova forma de olhar a prática desenvolvida e rompendo com uma consciência individual. Para Sader (1988, p.55) trata-se de “uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, construindo-se nessas lutas”.

Um outro aspecto que aparece na fala de Gérbera refere-se ao fato da não valorização do sonho como sendo o fator motivador da organização e da mobilização

das mulheres. O sonho é percebido como algo inalcançável, que pertence ao mundo das ideias e que está em uma posição dicotômica do mundo concreto, como se fossem estruturas separadas, sem nexo ou relação. Uma das possibilidades que podem ter contribuído para tal posicionamento se refere ao fato de que as mulheres vivenciam cotidianamente diversas situações que as impedem de sonhar com transformações possíveis. Outro fator pode estar relacionado ao fato de que a formação humana passa pela ideia de ruptura entre os pensamentos empírico-racional e a disjunção entre o real e o imaginário, apontado pela ciência moderna e onde o sonho encontra-se num patamar de estruturas que não se configura na concretude da vida cotidiana e isso foi internalizado pelas pessoas.

O que nos interessa, entretanto, é apontarmos que o ingresso das mulheres no mundo público, por meio das lutas urbanas, representa a possibilidade de reconstituírem sonhos, devaneios e utopias e de reescreverem a história junto com outras mulheres e assim concretizá-los. Para Freire (2000, p.54), os sonhos são “projetos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente sem obstáculos. Implica, pelo contrário, avanços, recuos, marchas às vezes demoradas. Implica luta”.

Para as mulheres o direito à moradia é muito mais que a construção de casas, ele representa a formação de pessoas no campo dos direitos, da participação política e social em favor da afirmação do sujeito feminino. Sales (2015, p.92) destaca que para aquelas que constroem, organizam e participam dos movimentos de moradia em Manaus a construção das casas. Para esta autora “não é apenas levantar paredes pois elas não são só abrigo, elas constituem-se num espaço complexo onde se desenvolve grande parte dos aspectos da vida dos indivíduos. Neste espaço as mulheres são cidadãs, trabalhadoras, consumidoras, contribuintes, provedoras, mães e amantes” (IBIDEM, 2015,p.92).

Em busca da realização de sonhos, as mulheres tornam-se as grandes protagonistas dos movimentos sociais que lutam pelo direito a uma cidade mais justa e inclusiva, em especial, na luta por moradia. No fazer das ocupações seu protagonismo é a grande marca, são elas que desafiam o poder da propriedade e dos aparelhos institucionais, respondem pela produção do barraco, pelo levantamento e manutenção da estrutura básica de sobrevivência da ocupação, e, pelo enfrentamento a repressão policial. Para Castells (1999,p.223-224),

As mulheres faziam parte da produção social dessa nova identidade coletiva – partindo de suas bases territoriais diárias transformadas em bases para a ação coletiva. Elas conferiram ao processo de construção da identidade coletiva a marca de múltiplos significados, motivações e expectativas do gênero feminino.

Presentes, enquanto atrizes combativas e propositivas, na luta pela produção de um espaço urbano que alcance as classes vilipendiadas, de onde elas são originárias, tem proporcionado as condições efetivas para se tornarem sujeitos da política do direito à cidade, apresentando-se não somente como um coletivo organizado mas, principalmente como um coletivo capaz de propor e gerir políticas públicas no âmbito da habitação, da mobilidade urbana e do saneamento básico, fatores indispensáveis para se compor uma cidade mais humana.

Ao tratar sobre sua experiência no movimento de moradia, Hortência (54 anos) expõe a seguinte consideração:

Quando a gente ficou lá (na ocupação!), depois da reintegração de posse, com 120 famílias, sem ter pra onde ir e sem saber o que fazer, a gente nunca perdeu a esperança, a gente sempre sonhou que ainda íamos ter nossa casa. Hoje depois de alguns anos e muita luta, com as nossas casas construídas a gente olha pra trás e fica pensando naqueles que acharam que a gente era doida por acreditar em um sonho e não nos acompanharam (entrevista, 2022).

Note-se que na narrativa de Hortência é possível visualizarmos a conexão existente entre aspectos da realidade e do mundo onírico, entre a razão e a imaginação. Não é uma imaginação alienante e fora da realidade, mas aquela que incentiva as mudanças necessárias. É aquela imaginação que leva a idealizar o mundo e a vida diária não como elas são, mas como poderiam ser, motivando a resistência e a organização da luta. Nesta mesma direção, Bachelard (2001, p.8) destaca que “a imaginação a princípio é um fator de imprudência que nos afasta das pesadas estabilidades [...] E esse mundo sonhado ensina-nos possibilidades de engrandecimento de nosso ser nesse universo que é o nosso. Existe um futurismo em todo universo sonhado”.

Ao tratarmos de uma cidade sonhada pelas mulheres é necessário termos a compreensão de que as experiências que as pessoas tem nas cidades não são iguais para todos os seus habitantes, por isso não podem ser pensadas e projetadas de forma única. A narrativa de Hortência nos remete para os desafios que as mulheres vivenciam no

cotidiano das cidades, pois ser negra/índia, pobre e periférica contribui para a submissão das mulheres e de seus corpos a um conjunto de desigualdades e injustiças territoriais que marcam a vivência nas cidades.

O direito à cidade é um direito que supera a lógica individualista e vislumbra a coletividade, uma marca significativa nas narrativas daquelas que fazem a luta pelo direito a cidade/moradia em Manaus. Rolnik (2003, p.225), aponta para o fato de que quando nos referimos ao direito a cidade, estamos nos referindo ao fato de que “não queremos mais cidades partidas, não queremos mais cidades onde a maioria vive em uma não-cidade [...]. Este tem sido o modelo da cidade partida, da cidade excludente”. Nesta mesma direção as narrativas das mulheres, sujeitos desse estudo, reforçam essa compreensão ao afirmarem que,

Eu entrei no movimento com o intuito de conseguir uma casa. Ai, eu parei e pensei que eu não queria uma casa só para mim. Eu queria uma casa para outras mulheres que moravam na mesma condição que a minha. (Gardênia, 37 anos, entrevista/2021).

Note-se na fala de Gardênia que as necessidades que inicialmente são percebidas como individuais, se transformam em necessidades coletivas e despontam como as grandes motivadoras da permanência das mulheres na luta. O sonho do acesso à casa própria, possibilitou sua aproximação com outras mulheres que dividem as mesmas expectativas de ver o sonho sair do plano do invisível e materializar-se. Os sonhos e as expectativas transformam-se no elo de ligação e organização daquelas que dividem o mesmo devaneio. Segundo Gadea (2006, p.81-82), “os movimentos de mulheres são comunidades de valores com alta densidade de interação entre seus integrantes. Refletem redes sócio-espaciais latentes [...] modelos de sociabilidade”.

Essa não-cidade pode ser considerada como aquela que não permite aos seus moradores ascenderem melhores condições de vida, não apenas nas questões materiais e relacionadas a oferta de bens e serviços públicos, mas aquelas que elaboram estratégias que impedem sua população de sonhar com um futuro melhor e por ela lutar. As mulheres que constroem o movimento de moradia em Manaus podem ser consideradas como aquelas que conseguem romper as barreiras, que compreendem os sonhos como sendo uma fresta possível de mudança, de transformação.

Na perspectiva de culturas fresteiras, os sonhos, a imaginação e o devaneio podem ser considerados como possíveis estratégias de se romper as barreiras das adversidades da vida cotidiana e agir nas rachaduras dos muros institucionais. Nesse contexto as mulheres inventam constantemente modos de transgredir, de enfrentar as adversidades, de se juntar a outras vozes, embalando a luta e construindo pontes que levem ao processo de transformação. Como se estivesse em um jogo de capoeira, no qual o ataque é iminente, sendo necessário a esquivas, a ginga, a arte do drible, as mulheres vivem num constante processo de superação, como podemos perceber na fala de uma das entrevistadas, a seguir:

Quando a gente está no Orquídeas parece que a gente é tudo igual, temos os mesmos problemas, as mesmas dificuldades. Antes eu achava que ir pra rua fazer passeata, paralisação, mobilização não era legal. Hoje eu sei que essa é uma das formas da gente conseguir o que a gente tá precisando. (Girassol, 49 anos).

Note-se que na fala de Girassol, assim como em um jogo de futebol no qual sempre terão um marcador à sua frente que as impede de seguir adiante, as mulheres vão se apropriando da arte do “drible” para se reconfigurar enquanto sujeitos coletivos. O “drible” refere-se à tentativa de enganar o inimigo pelo deslocamento do corpo para um espaço onde ele não se encontra e também não pode chegar. As mulheres, ao subverterem a norma da marcação, abrem um leque de possibilidades para subverter a lógica dominante, desenvolvendo estratégias de combate à pobreza, às desigualdades sociais e às diversas formas de discriminação, não mais como sujeitos individuais, mas como um coletivo que busca posicionar-se como cidadãs de direitos e como verdadeiras tecelãs do território vivido.

CAPÍTULO III – CARTOGRAFIA DO TERRITÓRIO AFETIVO

*Nas palmas de tuas mãos leio as linhas da minha vida.
 Linhas cruzadas, sinuosas, interferindo no teu destino.
 Não te procurei, não me procurastes –
 íamos sozinhos por estradas diferentes.
 Indiferentes, cruzamos.
 Passavas com o fardo da vida.
 Corri ao teu encontro.
 Sorri. Falamos.
 [...]
 E, desde então, caminhamos
 juntos pela vida...
 (Cora Coralina)*

3.1 – O território, as mulheres e a afetividade em Manaus

A cartografia do território afetivo é uma ferramenta utilizada neste estudo para expressar a afetividade das mulheres, para com a cidade de Manaus. Um sentimento, uma paixão cartografada, ou seja, uma carta expressa pelas mulheres em forma de caracteres afetivos, vividos nas relações de pertencimento com a Manaus dos trópicos.

A cartografia ganha, então, um olhar mais sensível na medida em que busca identificar traços subjetivos da cidade, captados e interpretados, por aquelas que convivem diariamente com ela. Conforme Almeida (2013, p. 157) “ao contrário de qualquer significação única, dicionarizada e fechada, a ideia de nova visa propiciar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas experimentações fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas”.

Nas cidades, as vivências de homens e mulheres não são percebidas da mesma forma, elas se interseccionam em um universo de desigualdades e injustiças de todas as ordens. E para as mulheres, a vida cidadina encontra-se permeada por estruturas machistas e patriarcais que embasaram a formação das cidades como um todo. Lefebvre (1973, p.75) destaca que,

As práticas espaciais regulam a vida – não a criam. O espaço não tem poder em ‘si mesmo’, nem o espaço enquanto tal determina as contradições espaciais. Estas são contradições da sociedade – contradições entre uma coisa e outra no interior da sociedade, como por exemplo entre as forças e as relações de produção – que

simplesmente emergem no espaço, ao nível do espaço, e assim engendram as contradições do espaço.

Ocorre que a cidade é algo além disso. Ela é palco da vida humana, espaço de sociabilidades, de trocas, lugar do encontro, da convivência, conforme aponta Le Goff (1990). Além de sua constituição física, que acaba por reduzi-la as questões espaciais e técnicas, ela também é o resultado das relações que os seres humanos que nela convivem, estabelecem com ela mesma enquanto expressão da dinamicidade dos sentidos material e imaterial da vida humana. Lefebvre (2001, p.109) aponta que,

Nem o arquiteto, nem o urbanista, nem o sociólogo, nem o economista, nem o filósofo ou o político podem tirar do nada, por decreto, novas formas e relações [...]. Nem um, nem outro cria as relações sociais[...] Apenas a vida social (a práxis) na sua capacidade global tem tais poderes[...] as pessoas acima relacionadas, tomadas separadamente ou em equipe, podem limpar o caminho; também podem propor, tentar, preparar formas.

A dinâmica das cidades contribui para que possamos compreendê-las não como um espaço com fronteiras definidas, estáticas, mas como um território que possui, dentro de si, outros tantos territórios que revelam as relações estabelecidas por homens e mulheres, como “reentrâncias do mapa movente, sem bordas e sem localização fixa, traçado pelas incertezas e composto pelas subjetividades, percepções de si e pelos elementos do território existencial cartografado” (BRITO, 2022, p.18).

No que se refere ao território a compreensão é que ele não deve ser restrito a uma delimitação espacial, mas compreendido como um espaço habitado, vivido, marcado e reconhecido pelas pessoas que ali vivem, um espaço que abarca as relações de reconhecimento, afetividade e identidade entre os indivíduos, onde os sujeitos constroem sua história. E é nesse território, com bordas maleáveis, fugidias, que as mulheres transitam, constroem suas relações e estabelecem conexões com o espaço.

Ao ocuparem os espaços as mulheres estabelecem com eles uma gama de dinâmicas afetivas, estabelecendo o elo entre elas e o lugar, que vão do amor até sentimentos como confiança, medo, raiva, vergonha, entre outros, demonstrando que os territórios são inerentemente afetivos e integrados às práticas sociais. Para Sawaia (2009), a afetividade pode ser compreendida como uma categoria analítica que resguarda a capacidade de desequilibrar aquilo que hegemonicamente foi posto, haja vista que

garante visualizarmos o ser humano a partir da completude da relação entre a razão e o afeto, como sugere Spinoza (2015).

Os afetos referidos não são aqueles relacionados à ternura, embora não possa prescindir dela. São afectos de reciprocidade, de cooperação, de humanização. Eles surgem no encontro entre corpos que afetam e também são afetados e, dessa forma, contribuem com a capacidade de agir desses corpos. Eles devem ser percebidos como algo que nos atravessa. Deleuze e Guattari (1997 p. 156-157) chamam a atenção para esta conceituação nos seguintes termos:

Conhecemos nossas afecções pelas ideias que temos, sensações ou percepções, sensações de calor, de cor, percepção de forma e de distância [...]. A afecção, pois, não é só o efeito instantâneo de um corpo sobre o meu, mas também um efeito sobre a minha própria duração, prazer ou dor, alegria ou tristeza. São passagens, devires, ascensões e quedas, variações contínuas de potências que vão de um estado a outro.

Nesse momento do processo de pesquisa ao preparar-me para adentrar no interior do movimento de luta por moradia através da perspectiva feminina, percebi a necessidade de misturar-me, de me deixar afetar pelos sentimentos produzidos neste território e assim ter a possibilidade de identificar como eles afetam a vida das mulheres e contribuem para a configuração de potencialidades. Nesse transitar por entremundos deixei-me absorver pelas memórias não muito distantes de quando, ativamente participava da luta com aquele coletivo. Durante os momentos de escuta e conversa, sempre acaloradas e acompanhadas por um cafezinho, as discussões sobre o momento político, sobre a gestão da cidade e sobre a melhoria das condições de vida era uma constante.

A cartografia extrapola o sentido de ser apenas a simples aplicação de procedimentos técnico-metodológicos, ela não consegue separar a teoria da prática, exigindo que a pesquisadora conheça e habite o território. O território passa a fazer parte da sua paisagem, acompanha ritmos, processos, em posição de alerta constante para conseguir captar as singularidades produzidas nas abrangências dos limiares e bordas da cidade vivida. O corpo da cartógrafa torna-se um instrumento, como um caminhante que experimenta a cidade de forma completa, captando formas de ver e

pensar a cidade que fuja da representação e encontre na diferença outros modos de expressão. De acordo com Sade e Kastrup (2011, p.144),

Um aspecto importante [...] é desmontar o sistema de responsividade estímulo-resposta que considera o mundo dado e as ideias já formuladas. É preciso aproveitar os deslocamentos que viabilizam o acesso ao plano de transformação da vida, em vez de funcionar de modo mecânico, automático, no já dado sistema fechado sujeito - objeto. Ao tentar conhecer, acabamos por nos encontrar com nosso próprio ser.

Nessa trajetória pudemos experimentar momentos de dor e tristeza junto com essas mulheres que vivenciaram a partida de familiares⁴⁴, amigos e militantes. Nestes momentos, dei-me conta de que, no fundo, eu era igual a elas e a tantas outras mulheres dessa cidade. As vivências sociais em Manaus exigiam de cada uma delas que fossem fortes, resistentes, resilientes e sensíveis, pois apesar da dor da perda era necessário dar continuidade à vida.

Na ocupação do território pelos corpos femininos as mulheres estabelecem uma relação afetiva com os espaços, se interconectam e constituem suas práticas. Gérbera, moradora do bairro Santa Etelvina ao se referir ao espaço onde mora, faz a seguinte narrativa:

Eu moro aqui há mais ou menos uns 30 anos. Vim para cá quando era somente um ramal, não tinha esse monte de gente, esse monte de casas. Não me imagino morando em outro lugar. Aqui meus filhos nasceram, cresceram. Podem falar o que for do meu bairro: que ele é longe (quase no fim do mundo rsrs), que ele é perigoso, que é muito distante. Não me incomoda. Aqui conheço todo mundo que é mais antigo do bairro, que ajudou a fundar ele, a conseguir as melhorias que temos até hoje. A gente se encontra na Igreja, na feira, no posto de saúde, meus netos estudam com os netos deles (entrevista/2022)

Observe-se a relação afetiva que Gérbera estabelece com o bairro onde reside supera todas as dificuldades enfrentadas. Mas do que o território que seu corpo ocupa, o bairro tornou-se um território marcado por situações prenhe de sentimentos. Seu

⁴⁴ Durante a realização da pesquisa de campo o Brasil vivenciou uma pandemia mundial que assolou vidas e destruiu famílias causada pela covid -19, uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e que tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Nos anos de 2020 e 2021 o Amazonas foi um dos estados brasileiros com o maior índice de mortos em virtude da covid 19. Dados da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas apontam para 14.229 óbitos em virtude do vírus.

envolvimento na organização inicial do bairro, resultado de uma ocupação irregular ocorrida nos anos 1980, é trazida à tona ao lembrar sua chegada ao bairro. Deixa transparecer um dos vários caminhos que ela percorreu no passado, envolvendo tanto ações e sentimentos quanto as reflexões delas provenientes (PISCITELLI, 1998).

Outra situação apontada em sua narrativa se refere à importância que ela dá ao vínculo afetivo que estabeleceu com as outras pessoas do bairro, em especial, aos mais antigos, aqueles que dividiram com ela as mesmas experiências de vivência e de luta. Ela se reconhece naquele grupo de pessoas, lá ela se identifica, é por eles que o sentimento de familiaridade, segurança e cuidado, se nutre. Para ela, esse grupo se define “pelas minúcias da interação cotidiana [...]. Sem seus significados, sem crença, sem identidade e identificação, não há nada: nada a que pertencer, de que participar, nada para compartilhar, promover e nada para defender” (SILVERSTONE, 2002, p. 185).

As cartografadas são moradoras de bairros localizados em áreas periféricas da cidade. Suas origens estão relacionadas aos processos de ocupação irregular de terra ocorridos na cidade, em meados das décadas de 1980 e 1990, que garantiram a expansão territorial das regiões administrativas leste e norte da cidade e, por isso, comumente relacionados a altos índices de pobreza e de violência urbana, com pouca ou quase nenhuma estrutura urbana. Não obstante, este território é capaz de produzir experiências de sociabilidades entre seus moradores, protagonizando no mesmo espaço, os conflitos e as vivências produzidas por quem lá vive. Essas vivências são percebidas de diversas formas por eles, como podemos perceber na narrativa de Hortênsia (48 anos), ao se referir ao bairro onde mora nos seguintes termos:

Gosto muito do bairro onde moro. Vim pra cá quando era criança ainda. Aqui a gente podia ficar conversando até tarde na rua com os amigos. A gente andava na rua e conhecia todo mundo. Agora o bairro cresceu muito, ninguém sabe mais onde ele começa e onde ele termina. Os bairros que foram sendo construídos por aqui só fez aumentar a violência e a insegurança. Se eu pudesse, tivesse como, ia morar em outro lugar. Mais tranquilo, mais seguro. Ia sentir muito a falta dos meus amigos, dos meus vizinhos, mas seria melhor para os meus filhos, pra minha mãe que é idosa. Eles ficam sozinhos em casa e aí quando saio pra trabalhar não consigo ficar despreocupada (entrevista, 2021).

Veja que subjaz à narrativa de Hortênsia a sensação de insegurança, deixando transparecer o desejo de mudança para outro lugar, onde possa garantir um pouco mais de segurança para si e para seus familiares. Note-se que o território vivido é um lugar de contrastes, onde ao mesmo tempo que pode garantir o reconhecimento entre seus pares, produzindo formas de sociabilidades mais relacionadas a afetividade, também é um espaço que reforça a exclusão e a discriminação.

No movimento de moradia por todo o Brasil e, em especial, em Manaus, a ideia preponderante refere-se não apenas ao acesso a uma moradia, a um espaço para morar, mas envolve o acesso a tudo aquilo que o território pode oferecer a quem nele vive, incluindo a infraestrutura urbana, localização acessível e acesso a serviços, bem como, condições para o estabelecimento de relações afetivas que produzam sentimentos de segurança e confiança. Rolnik (2021, p.37), destaca que “a moradia não é apenas um objeto físico de quatro paredes, um teto, mas a [...] possibilidade de acesso aos meios de vida, à água, a toda infraestrutura, à educação, a saúde”.

É fato inconteste que o acesso ao direito à moradia pelas populações mais vulneráveis tornou-se quase inacessível aos brasileiros. Dados da Fundação João Pinheiro (2019), apontam um déficit habitacional⁴⁵ que chegava a 5,87 milhões de moradias, somando-se isso, à lógica perversa do mercado imobiliário que garante o aumento do valor dos imóveis disponíveis para a compra e aluguel.

Para as mulheres o acesso à moradia é ainda muito mais penoso, pois a falta de autonomia econômica somada à ausência do poder público e a falta de legislação que assegure a posse do imóvel contribuem para colocá-las em uma posição ainda de maior vulnerabilidade. É o que afirma Girassol, ao fazer a seguinte narrativa:

De aluguel a gente vive que nem macaco: pulando de galho em galho. Uma hora eu estou aqui, outra hora eu estou ali. Com meu salário não tenho como pagar aluguel em um local melhor. Então tenho que ficar com o que eu tenho condições de pagar e quando não dá mais eu tenho que sair. Estou torcendo pra eu receber logo a minha casa, porque vou estar pagando em algo que é meu e não dos outros (entrevista, 2021).

Na fala de Girassol, pode-se observar que para ela o acesso à moradia representa muito mais que a conquista de um espaço físico, de um teto para se cobrir. Para a

⁴⁵ Ao tratarmos de déficit habitacional estamos nos referindo a quantidade de famílias que moram em habitações precárias (improvisadas e rústicas), em coabitação, com ônus excessivo com aluguel urbano e em adensamento excessivo de domicílios alugados.

grande maioria das mulheres a casa além de ser o meio para o acesso a outros direitos, é o espaço do descanso, da segurança, de empoderamento e de inclusão social, “é o sentimento de ter pra onde voltar, de porto, de cais, onde a gente chega e se sente seguro” (Camélia, entrevista 2021). Enquanto território emocional, a casa é um espaço onde é possível se fazer presente os sonhos, as perspectivas de dias melhores e a resistência necessária para motivá-las a participar de ações coletivas em prol de melhorias “que possam diminuir as vulnerabilidades, expandindo a potência da ação” (BONFIM, 2010, p, 46).

Begônia, afirma que,

Quando a casa era dele e eu não tinha pra onde ir e eu não tinha onde colocar meus filhos, eu nunca levantei a voz pro meu marido. Quando eu entrei no movimento de moradia minha esperança era conseguir a minha casa e acabar de vez com isso. Hoje a casa é minha, fui eu que enfrentei a polícia, vim pra cá morar sem condições nenhuma, ajudei na construção e agora ele não encosta mais a mão em mim (entrevista/2021).

Ao analisarmos as narrativas de Begônia, percebemos que apesar do sentimento de medo, insegurança que a casa proporcionou ela também foi um espaço que produziu sentimentos como a esperança, a resistência e a vontade de mudanças.

Outro território bastante referenciado pelas mulheres durante os encontros e que marcam o transitar dos seus corpos diariamente é a rua. Em função de suas múltiplas jornadas, as mulheres se movem na malha urbana de forma diferenciada dos homens. Deixam os filhos na escola, vão trabalhar, levam as crianças ao médico, vão ao supermercado, vão para a academia, utilizam transporte coletivo, por aplicativos, caminham sozinhas ou acompanhadas e, dependendo do local de sua moradia, realizam extensos trajetos de deslocamento para garantir as atividades cotidianas.

Em um dos encontros com uma das mulheres ouvintes neste estudo, foi necessário pernoitar em sua residência para que pudesse acompanhar a realização de suas atividades rotineiras desde o início do dia. Uma pequena casa de alvenaria com dois cômodos, um banheiro e uma pequena sala, além de uma área externa que comportava uma área de serviços, onde residiam Jurema (54 anos), dois filhos e um neto. Logo a noite, observei que ela antes de se preparar para dormir já deixou pronto uma parte do almoço para o dia seguinte, arrumou a casa e lavou algumas peças de

roupa. Seu horário de lazer e descanso é garantido no momento de assistir a novela. É quando ela sorri, brinca com o neto pequeno, relaxa.

No dia seguinte, Jurema sai de casa para ir a parada de ônibus ainda sem o sol ter nascido, pois como empregada doméstica precisa chegar muito cedo no trabalho que é localizado na outra zona da cidade e exige que ela faça uso de duas conexões do transporte coletivo. No caminho precisa passar por algumas ruas escuras e sem movimento, sendo o mesmo trajeto no retorno para casa já durante a noite. Sobre este fato ela tece o seguinte comentário:

Eu gosto muito do que faço. Trabalho com essa família há uns seis anos, mais ou menos. Mas chegar até lá é difícil, cansativo. Todo dia é isso. Saio e o sol ainda nem saiu, chego e ele já foi embora. São duas horas pra ir e duas pra chegar. Fora o trajeto que se torna perigoso porque nesse horário tem muito assalto. Aqui (nessa parada de ônibus!) a gente fica a mercê da sorte, rezando pra não ser assaltada (entrevista/2021).

Essa experiência compartilhada por Jurema reflete a vivência cotidiana de várias mulheres dos bairros periféricos de Manaus. Observe-se que a limitação de serviços e infraestrutura próximo a sua moradia determina o deslocamento e o tempo a ser utilizado para a realização das atividades rotineiras, bem como o acesso ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, menos tempo livre. Apesar da posse de seu imóvel garantir-lhe maior segurança, tanto física quanto econômica, isso não impede que ela esteja sujeita a outras formas de violência e expresse essa situação em suas narrativas.

Para Jurema, a rua garante a manutenção de sua vida e de seus pares, mas também representa um território inseguro. As mulheres nesse contexto, são aquelas que como caminhantes, acumulam entre andanças e paradas, experiências que lhes permitem identificar se a cidade é inclusiva ou não, e a partir disso apontam estratégias para que haja uma cidade acessível a todos seja possível. Conforme Bonfim (2010, p.49),

A afetividade transita entre o que é da ordem concreta e objetiva e o que é da esfera subjetiva, entrelaçando, de maneira indissociável, a mente e o coração, a razão e a emoção. São indivíduos de carne e osso, cujas emoções são biológicas, sociais e situacionais, e entrecruzam o individual e o coletivo, bem como o que é cotidiano e o que é histórico.

A rua também possui outros significados e produz também sentimentos diversos nas mulheres pesquisadas. Vejamos.

As vezes tenho o sentimento de medo, pela questão da violência que somos obrigadas a viver diariamente. Mas também sinto tristeza por ver a situação nas ruas. Depois da pandemia gente viu que muitas pessoas perderam os empregos, muita gente passando necessidade. Então a gente viu muitas pessoas pedindo nas ruas e isso causa muita tristeza em mim [...]. Outra coisa que sinto e parece até engraçado, mas sinto o sentimento de liberdade, de poder ir e vir para onde eu preciso e quero ir. (Begônia, entrevista 2021).

Assim como em outras participantes, para Begônia o estar na rua revela a sensação de insegurança e medo, colocando em evidência o fato de que apesar das mulheres terem conquistado o direito de estarem em um espaço público acompanhadas ou não, isso não garantiu uma permanência segura para elas.

Outra observação possível na fala de Begônia se refere ao sentimento de indignação e tristeza com a condição de outras pessoas, pois “depois da pandemia [...] são muitas pessoas pedindo nas ruas”. Note-se que, as mulheres tem conduzido suas práticas e vivências nas cidades a partir dos sentimentos e sensações apreendidas com suas experiências cotidianas. A indignação sentida por Begônia, aliada a necessidade de suprir suas necessidades fundamentais⁴⁶, conduzirão a entrevistada à procurar os grupos que, assim como ela, serão aproximados por sentimentos comuns.

Note-se também na fala de Begônia que o sentimento de liberdade por ela sentido traduz em forma de sensações a importância das conquistas femininas para a permanência e a vivência das mulheres cidadinas. Assim como ela, observamos também no relato de Gardênia como a sensação de liberdade está presente. Vejamos:

Para mim a rua, ao mesmo tempo que representa a liberdade, também significa um lugar de vulnerabilidade. Para mim que dirijo moto é um duplo desafio: por ser mulher e por estar em um espaço de domínio dos homens, o dos motoqueiros (risos). Por outro lado, ele me transmite liberdade, pois é o caminho que me leva a outros lugares, ao meu trabalho, a minha casa, as pessoas que amo. (Gardênia, entrevista 2021).

⁴⁶ O direito à moradia é considerado um direito fundamental a partir de sua inclusão no rol dos direitos constitucionais em 14 de fevereiro de 2000, através da emenda constitucional n. 26 que modificou a redação do art. 6º, passando a expressar o seguinte: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

A diversidade de sentimentos que o estar na rua propicia às mulheres, ouvidas neste estudo, aponta para o fato de que os sentimentos relacionados ao território vivido, foram tecidos a partir de experiências cotidianas. Quanto mais experiências neste território, mas ocorre a produção de sentimentos orientativos que contribuem na condução da vida individual ou coletiva (HELLER,2004). Tratam-se de sentimentos que balizam as preferências, as ações, os pensamentos, os julgamentos e até as relações interpessoais. Nesta mesma perspectiva, Bonfim (2010, p.55), destaca que a afetividade vai além do que o vínculo do habitante com o lugar, ela envolve “ todos os sentimentos e emoções que, em seu conjunto, demandam disposições afirmativas ou negativas [...] que configuram uma afetividade em relação ao espaço construído e vivido”.

Os sentimentos produzidos pelos espaços nestes corpos que transitam pela cidade serão os grandes responsáveis pelas ações de seus habitantes no que se refere a vida cidadina e estes podem traduzir-se por intermédio de um comprometimento social e senso de coletividade, que potencializa os cuidados consigo e com o outro na contramão da segregação. Poder-se-ia afirmar que as mulheres aqui entrevistadas, ultrapassam a condição de pessoas que apenas usam a cidade, e a compreendem como um espaço de vivência coletiva e não individual.

Independentemente da ordem de apresentação dos territórios transitados pelas mulheres na cidade de Manaus, qualquer um destes espaços poderia ser a porta de entrada ou de saída dessa análise, não possui uma centralidade, mas várias ramificações que se entrecruzam, se complementam e se diferenciam de forma rizomática, como aponta Deleuze e Guattari (1997, p.24) ao afirmarem que “ não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas”.

Ao cartografarmos esse território a partir da afetividade que ele produz em quem nele transita, conseguimos nos contrapor aquilo que é apresentado pelo olhar hegemônico e normatizado do pensamento moderno-cartesiano, que insiste em nos representar a partir de mapas e registros geográficos estáticos, baseados em cálculos matemáticos e estatísticos.

A cartografia é um instrumento de enfrentamento às hegemonias em diferentes escalas, a partir da possibilidade de negar a ideia dominante e apresentar outros campos de possibilidades. Tem por base as narrativas que foram deixadas à margem, subalternizadas durante muito tempo na história, como é o caso das mulheres. É compreender o processo cartográfico como uma possibilidade de exercitarmos a fala e o

reposicionamento das mulheres na estrutura da sociedade, haja vista o fato de que “a mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir” (SPIVAK, 2010, p.15).

Como no filme Bacurau⁴⁷ os processos afetivos de resistência se apresentam como um elemento propulsor para a criação de novas narrativas e na geração de mudanças necessárias aos moradores da cidade que dá nome ao filme. Assim, as mulheres se posicionam em movimentos de contraposição e resistência à forma como, historicamente, foram tratadas e, aos poucos vão assumindo seu papel de sujeito na configuração do território.

Isso nos desloca para pensarmos o duplo sentido que os sentimentos produzidos pelos territórios podem ter. Territorialidades que produziram percepções sobre a vida, o cotidiano, a dor e a violência, também produziram sentimentos de indignação, medo, amor, sonhos, esperança e resistência, fazendo parte de um multiterritório de sentidos que permeiam o cotidiano das mulheres nas cidades.

⁴⁷ Filme, lançado em 2019, sendo escrito e dirigido por Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. Bacurau é um filme de aventura, ação e ficção científica que conta a história de uma cidade do interior do sertão nordestino que além de não aparecer nos mapas oficiais, sofre com falta de políticas públicas e se vê ameaçada por um grupo de atiradores americanos.

3.2 – A sombra das árvores, o estar-junto e o viver na cidade

Localizada numa região que apresenta as temperaturas mais altas do Brasil, estar à sombra das árvores na cidade de Manaus, representa o alívio do calor excessivo, garantindo um descanso no desenvolvimento de atividades nos horários mais quentes do dia, como apontam os poetas Max Carpentier e Elson Farias (2014, s/p) ao poetizar nos seguintes termos:

Sol de fazer moça
Andar de sombrinha,
Mandar curumim andar de guarda-chuva,
De fazer velhinha suar no batom,
Sol doido de bom.
Sol de fazer a chuva,
Correr do chão para o céu.

A primeira vista a sombra parece irrelevante aos domínios estéticos e epistemológicos das sociedades ocidentais e ocidentalizadas, visto que os valores destes povos se inscrevem ao redor das esferas luzentes: é a razão, a objetividade. Historicamente elas nunca gozaram de boa reputação pois sempre estiveram relacionadas com a ausência de luz, associadas a coisas incertas, estranhas, ao inferior, o perigoso. Casati (2001) aponta para o fato de que mesmo cercadas de uma perspectiva negativa, as sombras contribuíram significativamente para a produção do conhecimento científico. Elas foram primordiais para os estudos de Erastótenes (276-194 a. C), acerca da determinação do tamanho da Terra, sobre os estudos dos eclipses e sobre a distância existente entre a Terra, a Lua e o Sol.

No Renascimento as sombras contribuíram para nortear dois movimentos desse pensamento: a sabedoria e a ignorância. Platão (2000), constrói a alegoria da caverna para comparar a ignorância com uma sombra ou escuridão e a de raciocinar, produzindo um pensamento reflexivo como o momento da iluminação. No período do Iluminismo⁴⁸, pensadores como René Descartes, John Locke, Rousseau e Montesquieu defenderam a ideia de que era necessário ultrapassar o mundo das sombras e adentrar o mundo das

⁴⁸ Movimento intelectual, de origem francesa que defendia a capacidade humana de conhecer o mundo por meio da ciência, considerada por sua expressão de rigor, objetividade e previsibilidade. Para os pensadores deste movimento sair do mundo das sombras, da ignorância e da superstição era necessário para que o homem alcançasse o mundo da razão, jogando luzes sobre as trevas em que se encontrava grande parte da humanidade.

luzes, servindo como base para as diversas mobilizações populares, em particular aquelas vivenciadas pelos franceses, com especial destaque para a Revolução Francesa. Foi um período de confluência dos conhecimentos filosóficos, científicos e culturais direcionando o pensamento humano para o espírito revelador da claridade, racionalizada em antagonismo à ignorância sombria no qual se encontrava o mundo.

As sombras também podem ser visualizadas a partir de sua influência sobre as questões climáticas, interferindo diretamente na pecuária, na agricultura, no urbanismo, e na elaboração de calendários que definem o tempo do plantio e da colheita, a melhor hora para a pesca, entre outras situações, fazendo parte do cotidiano de quem vive o território. Sitóe (2018, p.122) analisa o uso social das sombras no cotidiano da população do povoado de Aqui em Moçambique, na mesma proporção de seu uso na cidade de Macapá, estado do Amapá, dando merecido destaque ao fato de que,

As sombras não são apenas uma variável ambiental, elas fazem parte da vida das pessoas do lugar, representando o mundo vivido [...]. É um fenômeno que culturalmente representa um espaço geográfico [...] que configuram espaço vivido, mental e concebido, quer dizer, esse fenômeno simbolicamente representa assuntos culturais, econômicos e políticos do cotidiano.

Algumas práticas espirituais da região amazônica, como aquelas que utilizam-se do consumo da Ayahuasca⁴⁹, procuram ler e interpretar a parte sombria do indivíduo, aquela parte contida no inconsciente que guardam aspectos sombrios como o medo, a raiva, a ansiedade e a violência, através de rituais de purificação e de limpeza do corpo, trazendo do inconsciente tudo que é abstrato e perturbador.

Para os povos da Amazônia estar sob a sombra de uma árvore, além de garantir proteção às altas temperaturas, também revelam a necessidade do estar junto, de dividir com outras pessoas as ideias, o resultado de um dia de trabalho. Na capital ou nas cidades do interior o estar à sombra das árvores reflete algo que encontra-se embutido na cultura popular e, neste sentido, este estudo apodera-se desta possibilidade para apresentar como as mulheres apropriam-se da ideia de estar a sombra das árvores para

⁴⁹ Bebida composta pelo cipó Banisteropsis Caapi conhecido popularmente como Jagube, Liana, Mariri, Yagé ou Caapi, a folha Psychotria viridis, também conhecida como chacrona e água. Seu nome é proveniente do dialeto quéchua (grupo étnico andino), formado por aya (alma, espírito) e wasca (corda, cipó) podendo ser traduzida por cipó dos espíritos ou cipó das almas, de acordo com Albuquerque (2007). Para ler mais sobre isso consultar a dissertação de mestrado de Janderson Lopes Brito, intitulada Interatividade e percepção de si no Daime: uma poética do delírio e do devaneio – UFAM, 2022.

aglutinar forças, dividir experiências e enfrentar os desafios. Safiotti (2011) considera que as mulheres não apenas estão no mundo da política construindo os movimentos sociais, como também tem continuamente feminilizado as próprias formas da existência social. Essas práticas e visões desestabilizam o sistema de opressão-exploração vivenciada nas sociedades, como podemos perceber na fala de Violeta, ao afirmar que,

Minha semana é muito corrida. Trabalho fora, cuido de casa, ando de um lado pra outro o tempo todo. Ai encontrar com as meninas aqui, minhas vizinhas, é muito bom. A gente conversa, toma um café, ri, conta piada, os meus problemas são parecidos com os delas e ai parece que a gente não tá sozinha. É todo mundo igual (entrevista, 2021).

É possível observar na fala de Violeta que o estar à sombra das árvores significa dividir com outras mulheres as suas experiências diárias, estar em um grupo em que a sensação de pertencimento é algo comum. As risadas, o café e as conversas são atitudes que servem como uma massagem no corpo, na alma das mulheres que ali se encontram. É o momento do cuidado de umas com as outras.

O individual vai dando espaço para o coletivo construindo práticas que desafiam as bases de uma sociedade baseada na individualidade e concorrência e que começa a apresentar sinais de falência. Em Maffesoli (2004, p.23), percebemos que a “nossa época [...] vai- se desenhando pouco a pouco diante de nossos olhos: é feita de afetos, sentimentos e excessos que nos dirigem, mais do que os controlamos. O cérebro dá lugar ao ventre e a seus apetites múltiplos”.

Esta é a emergência de um “sujeito coletivo que busca viver numa comunidade emocional, distanciando-se da individuação” como afirma Torres (2020, p.437). O gregarismo que se vê nas pequenas relações cotidianas, toma forma e proporção diferenciadas e ultrapassa as barreiras flexíveis e fugidias do território vivido, extrapola as barreiras invisíveis e torna-se a estrutura dominante na formação e organização dos diversos movimentos sociais. Para esta autora o gregarismo é a “a pedra de toque dos novos coletivos de mulheres [...] o gregarismo como lugar de fala, roda de conversa, numa busca de si e do outro como significado de vida” (IBIDEM, 2020, p.437).

As cidades transformaram-se em campos onde os bairros, os guetos, as paróquias e as diversas tribos substituíram as aldeias, os lugarejos e os cantões de antigamente. Se olharmos de forma mais atenta vamos perceber que a configuração

histórica da cidade de Manaus, sua mudança de estrutura e a forma de sua organização, subjugou as práticas comuns dos seus moradores mais antigos, onde o estar à sombra das árvores refletia uma forma de socialidade baseada a partir das relações de segurança, pertencimento e afetividade.

No tempo contemporâneo a subjetividade e os sentimentos assumem novos contornos. Reabilita-se formas mais sensíveis no trato com as pessoas, com afeto e relação de reciprocidade mais presentes no encontro com os outros. Ao acompanhar as mulheres nos encontros de organização do movimento por moradia foi possível percebermos que muitas delas estavam ali porque, além das discussões relacionadas a luta por moradia, elas também apontavam e discutiam situações da vida cotidiana. Hortência, tece as seguintes considerações sobre sua participação no movimento de moradia. Vejamos.

Sabe o que é bom aqui no Movimento é que aqui além de tratarmos da falta de moradia, somos um grupo onde a maioria é mulher. E aqui a gente consegue conversar sobre os nossos problemas, as nossas dificuldades, sobre os nossos sonhos, sem as pessoas ficarem rindo da gente. Aqui a gente consegue falar e ser ouvido. Antes eu chegava e ficava lá no meu canto, hoje não é mais assim: eu chego, pego o microfone, falo, digo minha opinião (entrevista/2021).

Nota-se na fala de nossa entrevistada que a participação no movimento tem contribuído para estabelecer um espaço seguro para o compartilhamento de experiências e a construção de uma rede de apoio e fortalecimento, tanto pessoal quanto coletivo, sendo possível articular as reivindicações da esfera pública com as questões da esfera privada. São espaços de intimidade e socialidade que demarcam semelhanças, diferenças, e que aglutinam forças para acessar as diversas esferas reivindicativas por meio das mais variadas formas de mobilização social.

É no contexto das lutas sociais, no caso a moradia, que as mulheres emergem como mães, donas de casa, moradoras, trabalhadoras e militantes. Neste território lhes é possibilitado ferramentas que podem contribuir para saírem de uma situação de dependência e lutarem por direitos que transcendem a luta por moradia, pautando temas mais específicos.

Nesse processo de acompanhamento percebemos que além dos encontros mensais, das mobilizações de ruas, também são realizados mutirões nas obras do

Loteamento Orquídeas, formações diversas que vão desde aquelas relacionadas aos direitos humanos como as que tratam da formação de lideranças, bem como, as formações/treinamentos para grupos com interesses específicos, como as ações com os idosos e com os motaxistas. Em todas elas a presença feminina, seja na organização ou na mobilização e execução, torna-se fundamental.

Algumas ações realizadas pelo movimento de moradia durante esse período de acompanhamento merecem algumas considerações. A realização de mutirões nas obras pelas famílias que iriam receber as moradias do Loteamento Orquídeas, coordenado pelo Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas - MIMO é uma delas, como vemos a seguir.



Figura 7 - Mulheres participando de mutirão autogestionário
Fonte: Alessandra do Amaral Sales (2018)

Nos mutirões era visível o sentimento de companheirismo e colaboração de todos, em uma perspectiva autogestionária em que todos de forma colaborativa contribuem para o alcance do bem comum. Na habitação, autogestão é um processo em que a comunidade gerencia e tem controle sobre todas as etapas de produção da moradia, da compra de materiais até a organização da vida social. De acordo com Verardo (2005, p.24),

Autogestão é, antes de tudo, um movimento e uma forma organizacional de empreendimentos coletivos [...] caracteriza-se como processo em construção no qual o trabalho e a relação entre as pessoas devem resgatar seu dimensionamento humano, envolvendo sujeitos que produzem e decidem.

Observe-se que as práticas dos movimentos sociais também são redimensionadas e questionam as diretrizes estabelecidas que tratam sobre a falta de qualidade dos movimentos sociais de gerirem grandes empreendimentos. A Escola de Formação da SELVIP (2013, p. 4), considera que a autogestão é uma “noção de construção de poder popular[...] de uma cultura de transformação da atual realidade socioeconômica e cultural para a construção de uma nova realidade”.

Para as mulheres o canteiro de obras é um espaço desafiador, pois convencionalmente ele é um espaço masculino, hierarquizado e segregador das diferenças. Já o canteiro de um mutirão autogestionário é um local que polemiza essa relação, ele busca corrigir os desequilíbrios existentes, reconhecendo as mulheres como detentora de conhecimentos técnicos a serem utilizados naquela ação, como podemos perceber na fala de Gardênia. Vejamos:

Lá na obra quando a gente tá no mutirão, não tem essa história de trabalho de homens e trabalho de mulheres. O que não dá pra gente fazer sozinha a gente chama outra pessoa e vamos se ajudando. Não tem essa história de porque tu é mulher que tu não vai fazer isso, ou não vai fazer aquilo. Aqui é tudo a mesma coisa. As vezes dá umas brigas, umas confusões mas a gente se resolve. As vezes ficam de cara feia por um mês mas depois a raiva passa e a gente vai se resolvendo (entrevista/2021).

Observe-se que para Gardênia, parece não haver separação de gênero na realização do trabalho no mutirão. Parece que há uma convivência mais igualitária, em que a diferença não seja o eixo mais forte da relação estabelecida e que todos estariam nas mesmas condições de igualdade, potencializando sua vivência e autonomia dentro do movimento. São outras sociabilidades que fogem da lógica capitalista e patriarcal.

Outro ponto que merece atenção refere-se ao fato de que sua narrativa aponta para uma relação de solidariedade e familiarização que se constitui naquele território, a partir das práticas e vivências ali construídas coletivamente. Magnólia, líder nacional do movimento de moradia, chama a atenção para o fato de que,

As mulheres participam se elas percebem [...] que aquela ação que ela está fazendo vale a pena, tem resultado concreto, melhora a qualidade de vida dela[...]. Então se ela participa de um evento, de uma atividade, de um processo que traz pra vida dela elementos que ela não tinha antes, ela verá que aquilo vale a pena (entrevista/2021).

Note-se que a formação dos laços afetivos neste território abarcam tanto as relações entre as pessoas, como a relação com o espaço, nos possibilitando perceber a importância dos afetos para o engajamento dos indivíduos nas lutas sociais. Essas experiências subjetivas, se inscrevem no registro do sensível e tem conduzido as práticas femininas para a recriação permanente da existência coletiva no território da cidade (SAWAIA, 2009).

Outra atividade que merece destaque se refere aos espaços de formação e discussão das práticas coletivas do próprio movimento. São os encontros, seminários, mesas redondas e tantas outras atividades que demonstram a capacidade feminina de se constituir como lideranças, como podemos observar na foto a seguir.



Figura 8 - 1º Encontro de Mulheres da Moradia da UNMP
Fonte: Alessandra do Amaral Sales (2019)

Ao estarem juntas em atividades coletivas, as mulheres constroem um espaço de reflexão e questionamento, que as fazem compreender o mundo não mais como algo dado e definitivo, mas ao contrário, aberto à visualização de um diálogo entre múltiplas

interpretações do mundo e isso impulsiona e fortalece sua articulação, enquanto sujeitos coletivos que direcionam reivindicações por reconhecimento, direitos, redistribuição de riqueza e poder.

Em uma cidade que foi organizada sob bases patriarcais, os movimentos sociais, em especial, aqueles organizados por mulheres, contribuem para visualizarmos que, apesar da necessidade de luta para obter o acesso aos serviços que garantirão melhores condições de vida, as cidades também são estabelecidas a partir das relações afetivas que são estabelecidas com ela, do vínculo que se formou com o território vivido.

É preciso, pois, que os grupos se apropriem da cidade de forma compartilhada e afetiva para que as intervenções urbanísticas e sociais sejam viabilizadas, mostrando os significados que os territórios possuem para as pessoas. Conforme Lefebvre (2001) o direito à cidade deva ser concebido como ação ou práxis promotora do contato com a alteridade, permitindo a articulação e a integração do outro, a fim de construir um novo tempo, um novo homem/mulher, para uma nova sociedade urbana.

Deve-se reconhecer que esses grupos são formados por atores que acabam se “esbarrando” nos obstáculos que a vivência nas cidades produz, aproximando-os por meio do espaço vivido. Isto, com efeito potencializa os sentimentos de pertencimento, de reconhecer-se integrante de um grupo. Rosa, ao se referir sobre sua participação no Movimento Orquídeas, faz a seguinte consideração:

Aqui a gente é tratada diferente. Vim para oficina e foi muito boa porque a gente se sente importante. As pessoas querem nos ouvir, saber nossa opinião. Pudemos colocar tudo aquilo que a gente quer perto da nossa casa. Eu nunca pensei que alguém pudesse achar que eu poderia ser uma liderança, ainda mais com a idade que eu tenho. Me senti importante. Fiquei muito feliz (entrevista/ 2021).

Ao nos determos na fala de Rosa pudemos perceber que sua participação no movimento de moradia tem contribuído para elevar sua autoestima e autonomia. Rosa se sente valorizada como liderança, um espaço de luta que lhe é libertador, cuja liberdade de ir e vir, dá ao sujeito do feminismo a sensação de emancipação social. Daí que chamar a atenção para práticas desse tipo podem contribuir “tanto para desfazer a arquitetura de gênero de nossas vidas quanto para reconstruir nossas casas e nossas vidas como comuns” (FEDERICI, 2017, p. 323).

Rosa se refere também aos cruzamentos discriminatórios que o acompanhamento da prática dos movimentos de moradia colocou em evidência. Estudos anteriores, apresentados por autoras como Akotirene (2018), Scott (1991), Crenshaw (2002) e Piscitelli (2008) tem pontuado que as análises sobre a condição feminina não podem ser realizadas sem levar em consideração as diversas formas de opressão a que as mulheres são submetidas e, diante disso, foi possível observar que além da discriminação de gênero, as mulheres do movimento de moradia em Manaus ainda são submetidas a múltiplas formas de opressão, entre as quais destacam-se, a de raça, a de classe social, a geracional e a de localização geográfica.

Para as mulheres esse sistema discriminatório que se intercruza e interliga, perpassando por todos os aspectos da vida cotidiana, é a base fundante de uma estrutura de poder que se instaurou na sociedade e que cria relações de subordinação, delineando a construção e a oferta de políticas públicas à população. O conceito atual de relações de gênero tem propiciado um novo olhar sobre as relações de dominação, buscando denunciar as diversas opressões que as mulheres estão submetidas e a “combate-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas. E que as vezes somos oprimidos, mas às vezes somos opressores” (AKOTIRENE, 2018, p. 92).

No processo de mobilização e organização dos movimentos sociais é pertinente e necessário que se promova uma ambiência que favoreça a construção identitária do grupo, de pertencimento, aquilo que Gramsci (1982) denomina processo sócio educativo da cultura. As práticas instituídas pelos movimentos contribuem para que sentimentos como de pertencimento, reconhecimento e segurança aflorem e demarquem o território vivido, contribuindo com o fortalecimento da luta e o protagonismo das mulheres neste espaço.

Nas cidades este protagonismo não está dado. O sujeito feminino se vê forçado a questionar e a produzir sentidos na convivência coletiva que, constitui-se nos dados da experiência, no contato com os outros, com os acontecimentos. Esses sujeitos buscam fortalecer a força que há dentro de si, dividindo suas experiências, sonhos e expectativas com os outros, expressando suas subjetividades a partir da luta reivindicativa, resgatando a dimensão política dessa ação.

3.3 – A experiência pessoal com o objeto de estudo

A tarefa de contar, falar, reviver momentos da vida das pessoas não é uma tarefa fácil. Quando é sobre a nossa própria vida ela torna-se ainda mais difícil, pois, corremos o risco de eleger momentos para serem destacados e minimizar tantos outros que, nas suas especificidades, marcaram e constituíram a trajetória percorrida. Apesar do desafio, apresentar um pouco de minha trajetória como pessoa tornou-se extremamente prazeroso, pois fez-me reviver, relembrar trechos, passagens, reminiscências de passos trilhados, de dificuldades e alegrias vivenciadas que me trouxeram até esse momento único.

A memória permeia o pensamento humano quando se busca recompor a história de vida, tornando-se uma prática comum aqueles que se propõe a conhecer o desconhecido. Para isso, é necessário um esforço deliberado da mente para buscar os conteúdos de quem rememora e compartilha as lembranças. Rossi (2010, p.23) adverte que “há muito tempo está cheio de lugares nos quais estão presentes imagens que tem a função de trazer alguma coisa à memória”.

Freire (2021) aponta para a construção individual das pessoas, a partir de um conceito deleuziano que sugere a dobra, como expressão das diversas formas como é estabelecida a relação consigo e com o mundo. Como as dobras de um leque que, uma vez dobrado, quando desdobrado, contém em suas marcas, a experiência do ato da dobra, assim é a construção da vida e do pensamento das pessoas e é assim que apresento-me a partir das marcas das dobras que se fizeram presentes e necessárias em minha vida pois,

A gente vive de dobras, momentos que marcam e vinculam a vida. Dobras boas e ruins, que demarcam novos mundos ou que unem duas partes, jogando o que até então era inalienável para o outro lado da calçada, alterando a ordem das coisas que pareciam tão acomodadas e tão partes de nós (FREIRE, 2021,s/p).

Assim como no filme *O Lar das Crianças Peculiares*⁵⁰ (2016), uma produção cinematográfica dirigida por Tim Burton, no qual a dobra serve com uma fenda protetora, um espaço fixado no tempo para garantir a proteção de crianças com habilidades extraordinárias e, ao se sentirem ameaçadas, se veem obrigadas ao deslocamento para lugares mais seguros. Em nossa vida as dobras/fendas servem para nos ressignificar enquanto indivíduos construtores da história desse mundo, nos faz tomar posicionamentos, realizar deslocamentos necessários.

Nesta pesquisa sou sujeito enquanto indago-me tentando saber mais sobre o que lembro. Mas também sou objeto, enquanto me escuto, tornando-me instrumento de transmissão da memória de minhas lembranças. Como mulher, filha, mãe, trabalhadora vivendo em Manaus por 49 anos, me encontro como pesquisadora e pesquisada, pois meus estudos tendem a refletir minha presença na cidade, representada pelo olhar e fala de tantas mulheres que contribuíram com este estudo.

Nesta cidade que me acolheu e que é por mim acolhida resido desde 1973. Filha de um casal de caseiros (cuidadores de sítios) moradores da zona rural de Manaus. Ele cearense, soldado da borracha e ela, interiorana, filha de Silves que estava na cidade desde os 09 anos para onde veio trabalhar como empregada doméstica. Constituíram uma família composta por eles e mais 05 filhos, na qual sou a quarta na ordem de nascimento.

Minha infância e adolescência foram vivenciadas em um sítio na zona rural da cidade. Lá as atividades com a limpeza do sítio e os cuidados com a granja onde meus pais produziam frangos de corte,⁵¹ eram atividades cotidianas que vivi por um longo tempo. Lembrar das brincadeiras no bosque depois da limpeza do terreno, os banhos de igarapé como premiação pelas tarefas cumpridas, do cheiro da mata molhada, da sensação de liberdade que me produzia quando corria brincando com os cachorros da família no quintal de casa, da felicidade dos meus pais em reunir os filhos na mesa simples, com pouca comida, mas repleta de amor e cuidado, me remetem a sentimentos únicos. Ao olhar para trás e rememorar esse tempo, assusto-me com a rapidez do tempo pois,

⁵⁰ Filme adaptado da obra “O Orfanato da Srta, Peregrine para Crianças Peculiares”, escrita por Ransom Riggs, como parte de uma trilogia focada em um grupo de crianças que não se encaixam no padrão. É interessante apontar que as habilidades apresentadas pelas crianças não são apresentadas como super poderes para evitar compará-los a super heróis.

⁵¹ O Frango de corte é aquele preparado especificamente para consumo próprio de sua carne e não para a produção de ovos. No Brasil a produção avícola de frango de corte em 2019 alcançou um marco de 4,2 milhões de toneladas de exportação, tornando-se o primeiro no mundo.

*Quando se vê já são seis horas!
 Quando se vê, já é sexta-feira!
 Quando se vê, já terminou o ano!
 Quando se vê, passaram-se 50 anos!
 Agora é tarde demais para ser reprovado...
 Se me fosse dado, um dia, outra oportunidade,
 Eu nem olhava o relógio
 Seguiria sempre em frente e iria jogando,
 Pelo caminho, a casca dourada e inútil das horas...
 (O tempo, Mário Quintana).*

Nessa dobra inicial o processo de forjar-se enquanto filha, mãe e mulher se inicia. A cidade de Manaus foi o território onde cresci, vivenciando experiências diversas, pouco comuns à infância e adolescência dos tempos atuais. Era um tempo, em que as lembranças ainda são bem vivas em minha memória e que hoje me recordo com alegria do cheiro da mata entrecortada pelos ramais pouco habitados da região e a sensação de frescor, ao tomar um banho no igarapé na Ponte da Bolívia⁵². É a relação do território vivido com a constituição do meu eu afetivo que vai se delineando. A canção Tempo Bom, de Chico da Silva, retrata bem este sentimento. Vejamos:

*Daquele tempo de menino,
 Ainda guardo no meu peito muita saudade,
 Roda pião, estilingue no pescoço e papagaio pra soltar.
 Mamão me acordava cedo,
 Menininho toma banho, vai se aprontar,
 Vou ficar lhe vigiando,
 E no caminho da escola você vê se dá um jeito de não se sujar.*

Sawaia (2009) e Bonfim (2010), assinalam o fato de que a afetividade atua enquanto uma categoria que contribui para rompermos a dicotomia entre corpo e mente, objetivo e subjetivo, compreendendo que corpo e mente, afeto e razão fazem parte de um mesmo eu, constituem a vivência dos espaços e não podem ser dissociados, pois o indivíduo age integralmente sem separações, ele é um todo, realizando a interação entre o seu processo objetivo e subjetivo de modo contínuo e constante.

⁵² O igarapé da Ponte da Bolívia era um balneário que localizava-se na zona norte da cidade de Manaus. Espaço de lazer onde as famílias reuniam-se aos domingos. É afluente do igarapé do Tarumã e tem nascente próxima ao conjunto Canaranas, no bairro Cidade Nova.

Meu tempo dividia-se entre os estudos, a convivência e os cuidados com os bichos criados por meus pais no sítio onde morávamos, bem como, com a prática esportiva e com a vivência religiosa. Quantas noites mal dormidas para cuidar da granja, da pequena horta e do sítio foram necessárias para garantir o alimento, o transporte e o fardamento para cinco filhos. Apesar de todas as dificuldades, superando todas as expectativas e sem quase nenhuma formação escolar, a dedicação e o esforço do “Seu” Edvar e da “Dona” Semíramis foram primordiais para garantir que seus filhos aprimorassem seus gostos pelos estudos, afastando-os, na maioria das vezes, do trabalho pesado para que pudessem ir à escola, distante vários quilômetros de sua residência aonde iam a pé ou de carona porque o transporte coletivo era uma raridade para a área rural da cidade.

Criar e educar cinco filhos exigiram dedicação, zelo e cuidados que só foram possíveis por intermédio do exemplo, das correções necessárias e da observação contínua. Foi essa forma de educar que ajudou-me a forjar-me enquanto mulher da periferia, pois nesse tempo e mesmo sem nenhuma vivência de estudos ou de militância política, meus pais já sabiam e nos ensinaram que para pessoas indígenas, pretas e pobres, o único caminho para o sucesso era a educação em que o esforço e a dedicação constituem-se em fatores imprescindíveis.

A prática esportiva da Ginástica Rítmica e a participação nos grupos e práticas da Igreja Católica, também fizeram parte desse tempo de meu desenvolvimento na adolescência. Fui ensinada a ultrapassar os obstáculos que se apresentavam mediante o foco, a persistência e a resistência, além de construir em mim um olhar mais sensível sobre as questões da vivência na cidade e no coletivo. Isto despertou em mim o olhar mais atento sobre as necessidades coletivas, muitas vezes em detrimento das individuais, sendo de grande relevância a presença do sacerdote Giulliano Frigenni, atual arcebispo da Prelazia de Parintins, também o sacerdote Pedro Facci e minha irmã Cristiane Sales, além das professoras José Maria Stock e Jeanne Abreu, mulheres fortes que ultrapassaram as fronteiras da discriminação e do machismo para se fazerem presença marcante no espaço esportivo e na organização da sociedade civil.

O trabalho desenvolvido e a formação adquirida com a comunidade católica do bairro Santa Etelvina me aproximaram do movimento de organização comunitária, onde permaneci por vários anos. Nele vivenciei a organização e estruturação legal da associação de moradores do bairro, a mobilização dos comunitários para aquisição de serviços e melhorias para o bairro, eleições diretas para escolha da direção da referida

associação, bem como, o desenvolvimento de estratégias para negociação com o poder público para a melhoria da oferta de serviços públicos para os moradores da área.

É importante destacar que no Brasil, desde a década de 1970, os movimentos sociais urbanos organizaram-se em torno de lutas voltadas a moradia, a regularização fundiária, saúde e o saneamento, tendo como um de seus principais incentivadores a ala progressista da Igreja Católica que contribuía com as causas populares por meio das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, inaugurando uma nova forma de se relacionar com a sociedade como um todo, estabelecendo um certo grau de autonomia, seja na coordenação das comunidades, nas celebrações ou nas decisões políticas dos grupo organizados.

Com o apoio da Igreja Católica e de grupos como sindicatos e partidos políticos essas organizações vão se constituindo como sujeitos na produção do espaço urbano e na transformação concebida como necessária. Telles (1998, p.248) considera que,

Suas formas de organização e práticas associativas, a natureza dos direitos reivindicados e seus mecanismos de mobilização surgiram como características dotadas de sentido político. Pouco a pouco os movimentos populares iam construindo novos sujeitos políticos e novos espaços para fazer política, evidenciando dessa forma a constituição de novos atores sociais e políticos.

Nos territórios vividos da minha infância e adolescência não havia demarcação de fronteiras fixas, mas um trânsito contínuo entre diversos mundos que ampliavam minhas possibilidades de experimentação, como o limiar benjaminiano concebido “como fluxos de transformações conectados às nossas experiências” (HOLANDA,2019, p.203). É pela experiência que homens e mulheres definem e redefinem suas práticas e pensamentos. É por meio dela que me reconfiguro continuamente até chegar a forma que hoje me apresento. Para Thompson (1981,p.15) a experiencia que homens e mulheres reais vivem assenta-se numa “resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos interrelacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”.

A educação foi o principal vetor de construção do meu eu, tornando-se fator fortemente presente na minha vida, seja ela formal ou informal. Foi ela que me forjou como estudante, profissional, militante e pesquisadora. Do ensino fundamental ao doutoramento ela tornou-se a pedra angular no seio de minha família, fazendo-se

presente na formação básica minha e dos meus irmãos. E, assim, fui estudando em escola pública e convivendo com as dificuldades diversas que iam de situações financeiras até as questões de mobilidade. Consegui concluir o Ensino Médio no Instituto de Educação do Amazonas – IEA e me tornei a primeira professora da família.

Em 1990, vivenciei uma das experiências mais lindas e gratificantes da minha vida. Dou início as marcas da minha segunda dobra e torno-me mãe de uma menina linda que recebeu o nome de Isabela, hoje com 31 anos, Defensora Pública, mulher forte, feminista e ativista. Nessas doces águas da maternidade ainda tive a possibilidade de tornar-me mãe da menina Victória Sales, 23 anos, jornalista e do garoto Otton Gabriel, 16 anos, estudante do Ensino Médio. Os três, cada qual com sua especificidade, me construíram como mãe. Foram erros, acertos, tentativas, possibilidades, vivências construídas baseadas em relações de muito afeto, carinho, amor e respeito ao outro.

Em 1997, meu pai fez a sua passagem e a partir deste momento, precisei redobrar minha carga horária de trabalho e dedicar-me ainda mais nos cuidados e no gerenciamento da única fonte de renda de minha mãe: um restaurante especializado na produção de um prato típico da gastronomia amazonense conhecido como galinha à cabidela, servido no restaurante “Sorriso do Arataca”, desativado dois anos após a passagem de meu genitor.

Hoje minha mãe, com 80 anos, é pensionista de soldado da borracha. Como uma fortaleza, reestruturou seu viver na cidade e, apesar de ser uma das vítimas do Covid-19, tenta reestabelecer sua saúde para conduzir seu fazer cotidiano. E, apesar da gravidade de seu estado, segue como uma guerreira amazônida, sendo o centro da família e para onde podemos nos voltar quando as dúvidas, percalços, tristezas e alegrias nos chegam e, por vezes, nos assombram. Aonde, muitas vezes nesse meu fazimento tive que me dirigir, sentir seu colo, seu cafuné na minha cabeça, saborear sua comida feita especialmente para mim e me sentir acolhida, principalmente quando o desespero por não conseguir produzir se apoderavam de mim. Ao me deter nos cuidados com sua saúde, entre internações hospitalares, entradas e saídas das UTIs, na verdade, cuidava muito mais de mim do que eu dela, pois sua força me serviram de energização pra continuar firme, seguindo e persistindo.

As dobras da vida deixam marcas em nossos corpos, em nossa vivência no território e, nesse sentido, a admiração pelo fator educacional foi preponderante para a escolha da minha profissão. Ele delinea o marco de uma dobra muito importante em minha vida: meu trabalho, pois concluído o Ensino Médio no Instituto de Educação do

Amazonas, única escola pública que tratava da formação de professores, ingressei, através de Concurso Público, como professora da Educação Infantil ao Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, ministrando aulas sempre em escolas do bairro Santa Etelvina e adjacências, local onde nasci e cresci. Tornei-me uma adulta ativa e passei a encarar a vida como uma vida prática, não me ocupando com o passado e dedicando-me no cumprimento de minhas responsabilidades. Como afirma Reis Filho (2013) “este foi o momento de minha vida em que as águas se separaram com maior nitidez, porque busquei construir minhas responsabilidades, idoneidade e autonomia”.

Nesse mesmo ano (1991) além de trabalhadora e mãe, ingressei na Universidade Federal do Amazonas como estudante do Curso de Bacharelado em Serviço Social e, num tempo em que a relação nominal dos aprovados era divulgada pela Rádio Difusora, minha aprovação tornou-se um grande feito para minha família e para os poucos comunitários da Vila do Paxiúba, primeira denominação recebida pelo bairro de Santa Etelvina.

Minha vida profissional sempre foi um entrelaçamento entre o fazer pedagógico da docência e o agir profissional do Serviço Social. Através dele me refaço continuamente como pessoa e como profissional, num verdadeiro movimento de metamorfosear-me continuamente e, seguindo essa direção, em 2009, fui convidada para participar como técnica social da organização de um projeto habitacional coordenado pelo Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea – MMO, onde atuei até 2015.

A categoria experiência, mais uma vez se impõe como fundamental nos rumos tomados por mim. Ela me ajudou a romper com as condições impostas que poderiam definir meu estar no mundo. Isso significa que através dela pude rever práticas, valores e normas, colaborando na construção de minha vivência na cidade, não numa perspectiva individual, mas no sentido coletivo, como “pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada” (THOMPSON, 1981, p. 182).

As dobras de minha vida profissional levaram-me para um espaço que me refez enquanto mulher, militante e pesquisadora. As malhas da vida de outras mulheres entrelaçaram-se a minha. Tornei-me militante do movimento de moradia, antes de me

posicionar enquanto profissional. Aos poucos a organização do projeto fez-me perceber que, por traz daquela prática estava a realização de sonhos, devaneios, esperança de 600 famílias de terem suas casas próprias. O sonho deixou de ser algo inalcançável e tornou-se, então, a mola propulsora para buscarmos as mudanças necessárias.

No convívio com as mulheres do movimento de moradia denotei em mim outros modos de subjetivação. A apreensão da subjetividade é revelada nos estudos de Guattari (1996, p. 31) ao afirmar que a “subjetividade não é passível de totalização ou de centralização do indivíduo”. Para o autor a subjetividade não implica posse, mas produção incessante que acontece a partir dos encontros que vivemos com o outro. Esse outro é compreendido como o outro social, os outros acontecimentos, as outras invenções, enfim, aquilo que produza efeitos nos campos e nas maneiras de viver.

Nessa produção o sujeito é um efeito provisório, mantendo-se aberto continuamente pois, assim como emite, também acolhe os componentes de subjetivação em circulação, fazendo dessas trocas uma construção coletiva viva. Guattari (1996, p.31) complementa sua análise afirmando que “a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social”.

Tornei-me a técnica social responsável pela elaboração e execução do projeto do Trabalho Social do “Loteamento Residencial Multifamiliar Orquídeas”, que àquela altura estava sendo executado com recursos advindos do Governo Federal (Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades) para a construção de 600 moradias populares para famílias sem casa ou vivendo em condições insalubres ou de risco na cidade de Manaus, sob a gestão de uma organização popular.

Em decorrência disso e da necessidade de formação contínua para acompanhar as mudanças legais desse processo, tornei-me Técnica Social da União Nacional por Moradia Popular – UNMP/AM com a incumbência de preparar as entidades (direção e técnicos), no que concerne ao trato da área social para a implantação, execução, monitoramento e avaliação de projetos, especialmente, na área habitacional. Adentrei os rios amazônicos, conheci comunidades indígenas, outros municípios, outras capitais, outros estados brasileiros e alguns países.

Percebi que a luta não se faz sozinha, ela funciona como uma rede articulada, forte e que nem as diferenças culturais ou de língua impedem sua constituição e fortalecimento, fazendo jus a melodia entoada nas grandes mobilizações do movimento de moradia e de mulheres que diz: “Pisa, ligeiro, pisa ligeiro quem não pode com a formiga, não acende o formigueiro”. Descobri que esse formigueiro era real, verdadeiro,

cheio de energia, vivo. Um território vivido, sentido, que ultrapassava as barreiras físicas e visíveis da minha cidade.

Outra dobra que marca minha vida refere-se à minha relação com a academia. Meu primeiro contato com a Universidade Federal do Amazonas - UFAM ocorreu em 1991 quando ingressei no Curso de Serviço Social. Não foi um período fácil. A distância e a mobilidade, as dificuldades de uma jovem que tinha que trabalhar, estudar e ser mãe, muitas vezes me fizeram pensar em desistir. Com a partida de meu pai e a necessidade de redobrar minha carga horária no trabalho fui levada a abandonar o curso e, só, consegui finalizá-lo, porque tive o apoio e o incentivo de outra mulher que, assim como eu, se forjou na luta. A ela minha gratidão por ter me ensinado, mesmo sem nada falar que nesse território vivido, é uma mão segurando a mão da outra. Hoje além de professora e orientadora, a professora Iraildes Caldas tornou-se uma grande amiga, estabelecendo comigo um vínculo que ultrapassa as relações acadêmicas e formativas.

Para uma família simples de caseiros, moradores de um sítio à beira da Estrada Torquato Tapajós (Rodovia AM010), parecia bastar a graduação, porém, as expectativas dessa família foram superadas quando adentrei o universo da pós-graduação. Ao adentrar como aluna regular no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, em 2012, após uma tentativa fracassada no ano anterior, me vi envolvida novamente com as atividades acadêmicas após 10 anos de formada na graduação. Não foi uma tarefa fácil de lidar com a rotina de estudos diários que obrigatoriamente precisava realizar para que pudesse acompanhar o nível de produção que se exige nesse nível de formação.

Durante o cumprimento de todas as questões obrigatórios para tornar-me Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, tive que me desdobrar como mulher trabalhadora e estudante de pós-graduação para dar conta de minha responsabilidade acadêmica. Convém apontar, entretanto, que o êxito de todo esse processo deve-se também ao comprometimento do quadro de docentes que me conduziram durante esse percurso. Nesse momento de minha vida o envolvimento com os estudos, a pesquisa e o movimento social de moradia, foram fundamentais para que pudesse identificar os elementos necessários para a configuração de minha dissertação, defendida em 2015. Tornou-se também fundamental para despertar em mim inquietações que conduziram-me até as questões apresentadas neste estudo. Ao adentrar neste processo doutoral deparei-me com um universo teórico que, em quase nada, aproximava-se do campo disciplinar no qual realizei meus estudos até então.

Iniciei meu processo de desconstrução conceitual e “sair da caixinha” epistemológica não foi uma tarefa fácil. Relacionar razão e emoção, realidade e sentimentos, o visível e o invisível, em um processo de escrita da tese me reconfigurou como pessoa; aproximei-me das artes, da poesia, das imagens, dos cheiros de uma cidade que, anteriormente, significava para mim apenas o concreto, o asfalto e as questões sociais. Fez-me observar a presença das mulheres de forma muito mais poética, leve, forte, “doce e dura em excesso” como aponta Oliveira (2003) ao relacionar a leveza e a dureza de se morar em uma cidade como Manaus.

O processo de formação no doutoramento fez-me aproximar dos temas amazônicos e de análises mais diversificadas acerca da relação estabelecida entre natureza e sociedade, contribuindo para a formulação de minha visão sobre a região. Além disso a aproximação com autores, leituras diversas e as discussões em sala de aula aproximaram-me do pensamento complexo e ajudaram-me a delinear meu estudo numa perspectiva complexa. A complexidade pressupõe a tessitura entre diversas áreas do conhecimento, a integração entre as diferentes dimensões do real, ele é “efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico” (MORIN, 2005, p.13).

A escrita doutoral tornou-se um desafio a ser vencido por mim, pois minhas questões iniciais exigiam uma simbiose entre a razão e a emoção. A opção foi fundamental para trilhar o caminho epistemológico permitindo-me transitar entre esses dois universos e, assim, apresento-me hoje como uma pessoa em pleno fazimento. O processo de orientação permitiu-me construir a pesquisa com um olhar ainda mais sensível, e por uma perspectiva mais humana, enriquecendo a discussão que busco construir e apresentar como resultado final desse processo.

Neste contexto os estudos da complexidade que delineiam minha produção acadêmica, me foram apresentados e discutidos durante os vários encontros do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: gênero, política e poder – GEPOS, grupo de pesquisa que me acolheu como integrante e onde estou desde o período da graduação. Nele pude compartilhar minhas experiências e conhecer outras pesquisas exitosas no contexto das relações de gênero e das comunidades tradicionais, especificamente da Amazônia brasileira.

A tessitura da tese não é uma tarefa fácil e estar em um grupo que me possibilita construir um pensamento mais leve e sensível, deixa esta tarefa menos árdua e dura, e é assim que sinto-me ao conviver com os integrantes do GEPOS. Foram muitos encontros

presenciais, virtuais, lives nas mídias sociais, encontros na Fazenda Experimental da UFAM, discussões proporcionadas com os seminários e eventos que contribuíram com o delineamento do caminho que optei caminhar até este momento.

Toda esta trajetória de construção pessoal foi vivenciada por amizades que se fizeram presentes em todas as dobras aqui apresentadas, umas me acompanham desde a infância e a juventude e apesar de, aparentemente, estarmos distanciados pelo espaço, cada um tem de mim um sentimento de gratidão e carinho concretamente. Outras se configuraram na minha trajetória de trabalho e como profissionais da mesma área (em sua maioria) tem acompanhado os percalços e vivências que trilhei até então e não deixam de se verem nas minhas conquistas intelectuais, sendo comum a torcida, o ombro amigo, e a expressão do orgulho que sentem por minhas conquistas.

Existem também aquelas amizades que foram construídas nas vivências cotidianas do Mestrado e Doutorado e, estas neste momento, acompanham-me em minhas dificuldades em conciliar o tempo para ser mãe, esposa, trabalhadora e doutoranda. Quantas boas lembranças dos inúmeros cafés com pão de queijo na cantina do IFCHS com a turma do Mestrado em Serviço Social e das contribuições para o lanche nos intervalos das aulas do doutorado, porque a sala ficava muito distante da cantina, o passeio para conhecer o olhar apaixonado pela cidade do nosso saudoso professor José Aldemir de Oliveira.

Enfim, minhas dobras se entrelaçam, se entrecruzam assim como tudo aquilo que aqui transcrevi. Elas matizam a minha vida, dão cor, textura, cheiro e sabor a todos os fatos que me constituíram como pessoa e contribuíram com o trajeto acadêmico percorrido até aqui, pois construir conhecimento não é uma missão simples, exige esforço, dedicação e responsabilidade e como tal nos colocam diante de grandes desafios que precisaram ser vencidos, mas também nos apontam novas descobertas e novas lutas.

Sou reflexo de tantas outras mulheres profissionais que não podem abrir mão do trabalho remunerado para dedicarem-se exclusivamente à formação acadêmica, pois são as provedoras da família, possuindo responsabilidades com a manutenção de outras pessoas. Vejo-me como uma icamiaba que trava um combate neste momento de minha formação acadêmica, e assim, me coloco no desafio de vencer as barreiras postas por uma sociedade patriarcal que supervaloriza as oportunidades ao gênero masculino em detrimento das especificidades do feminino, colocando-me em pleno processo de revolução, de empoderamento. Sandemberg (2006, p.2) afirma que, “o empoderamento

de mulheres é o processo da conquista da auto-determinação [...] implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero”.

Ao caminhar para o fim dessa rápida demonstração da minha pertença com o meu objeto de estudo, acrescento um “ponto seguido” pois a história da vida continua, que é recriada a cada dia e não pode ser restrita a poucas páginas. Eu que sonhava apenas em terminar o Ensino Médio, ter um emprego e ajudar meus pais, fui levada por um rio de possibilidades outras. Hoje percebo que um misto de sentimentos, sensações, percepções sobre a vida, contribuíram para que “aquela menina filha de caseiros de um sítio na área rural da cidade”, pudesse trilhar outros caminhos, navegar por outros rios, criar outros caminhos desviantes, furar a bolha daquilo que foi designado à ela por nascer em uma família pobre. Hoje sou mulher, feminista, ativista, mãe, trabalhadora, esposa, pesquisadora e tantas outras mulheres que me foi possível vivenciar, resultado dos ensinamentos de muitas e muitos que regaram minha caminhada com ternura, sensibilidade, responsabilidade e senso de justiça, sentimentos que nutrem meu jeito de ser e pensar.

Diante das considerações traçadas neste estudo, esperamos que ele aponte para possíveis contribuições sobre a condição feminina na cidade de Manaus, provocando novos questionamentos e novos estudos, ao mesmo tempo que aponte novos caminhos e novas possibilidades de fortalecimento das pautas dos movimentos de mulheres e de moradia. Ademais, adentrar no universo da pesquisa a partir de um tema do qual me sinto pesquisadora e pesquisada, me ajudou a tecer profícuas reflexões sobre a presença das mulheres no universo citadino, aguçando minhas percepções, desejos, sonhos e devaneios do ser mulher e estar no mundo da militância social do qual orgulho-me em fazer parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Todos os dias estarás refazendo o teu desenho.
Não te fatigues logo. Tens trabalho para toda a vida.
E nem para o teu sepulcro terás a medida certa.
Somos sempre um pouco menos do que pensávamos.
Raramente, um pouco mais.
(Cecília Meireles)*

Ao chegarmos de uma viagem, o porto nem sempre representa uma parada final. Algumas vezes ele desponta como um destino provisório, inacabado. As paradas, neste porto imaginário, são obrigatórias e necessárias para que possamos visualizar as novas possibilidades, as novas bifurcações e novas rotas de fuga que surgem, apontando para o fato de que os resultados alcançados não podem ser considerados como definitivos e acabados, mas, ao contrário, devem ser o eixo pulsante de onde surgirão outros questionamentos e possíveis trajetos.

Esta pesquisa, em que o porto provisório é Manaus, traz como eixo fundante a presença das mulheres na constituição da cidade, a partir de seu protagonismo nos processos de formação socioculturais da cidade, em especial em seus aspectos materiais e imateriais.

É fato incontestado que durante muito tempo as mulheres estiveram afastadas da possibilidade de expressarem seus posicionamentos. Na maioria das vezes, elas foram mais imaginadas do que descritas ou retratadas pelos homens que as descreveram, sem saber como viviam e viam as coisas da vida pública e da vida privada. Com a irrupção da presença e da fala feminina a partir do final do século XIX ocorre uma ruptura com um período secular de silêncio, requerido pelo modelo dominante, passando a ter início um período único onde as mulheres ascendem à construção de uma fala que levou em consideração suas especificidades, vivências e construções simbólicas. Essa entrada aguerrida delas no chão social é o marco da sua participação na vida da cidade, é a chave interpretativa de seu olhar sobre a cidade onde residem, ou seja, a cidade de Manaus.

Por ser um espaço extremamente dinâmico pode-se dizer que uma cidade é composta por várias outras que se interligam e se entrecruzam, desenhando e apresentando a história de seu fazimento. Em Manaus podemos visualizar várias cidades

que se entrelaçam. É a cidade dos naturalistas, construída com base no ideário da modernidade europeia, é a Paris dos Trópicos, moderna e elegante, onde há a imponência do Teatro Amazonas, do Palácio da Justiça e da Alfândega, ou a cidade industrial, da Zona Franca de Manaus, que traz consigo o sonho de melhores condições de vida aos interioranos e migrantes de outros estados, ostentando as grandes indústrias do Polo Industrial de Manaus, marco da expansão do capital na região.

Manaus é uma cidade de características indígenas, da comida e dos costumes dos povos tradicionais entrecortada pelos shoppings, pelas construções verticalizadas que insistem em se apoderar do espaço como representação da modernidade, que se impõem em tempos de globalização. É a Manaus dos poetas, dos contadores de histórias, daqueles e daquelas que a cantam e a descrevem em verso e prosa.

Esta cidade apresenta-se como um espaço dinâmico e contraditório, palco de conflitos, onde as lutas sociais vão se espraiando aos poucos, formando um *corpus* de força que se põem na construção da Manaus que temos hoje. Manaus é, pois, fatiada pelas forças que a constroem em meio a processos abruptos e excludentes, promovidos pelas forças hegemônicas de mercado de um lado, e antagonizado pelas forças contra-hegemônicas dos movimentos sociais, de outro lado. Ela deixa de ser a cidade estática do cartão postal e das fotografias, perde muito de suas feições indígenas e passa a ser a metrópole da região Norte, cosmopolita, adensada pelas migrações dos povos de variados matizes culturais. Deve-se reconhecer que essa Manaus que se metamorfosea, não fica refém do grande capital. Ela é revestida de forças sociais, participativas, protagônicas em torno da cidade que seus moradores almejam, e não aquela dos grandes empreendimentos, das grandes fortunas e acumulação.

Em meio ao emaranhado de processos que se entrecruzam, vários grupos se configuram e (re) configuram continuamente na cidade de Manaus. Dentre estes grupos estão as mulheres, que sempre foram aquelas que precisaram lidar diuturnamente com a trama complexa das relações dominantes e preconceituosas. Para a dominação masculina as mulheres são invisíveis e reservadas ao espaço privado, sem voz, sem *status*, sem lugar de fala. Não eram cidadãs porque não eram vistas como sujeitos de direitos, por isso não deveriam se apropriar da cidade posto que não tinham direito a ela. Esta visão capitalista e patriarcalista mudou ao longo do processo histórico, como mostra a nossa pesquisa.

Durante esse processo de investigação nos aproximamos de vivências femininas que nos ajudaram a compor o tecido analítico que ora apresentamos. Nessa construção,

as experiências fizeram parte do contínuo processo de ser e viver no mundo, onde as vidas se cruzam, se entrelaçam, em um ritmo cadenciado de emoções, sentimentos, práticas individuais e coletivas, encontros e desencontros de afetos que conduzem a vida das pessoas. Manaus, é o território afetivo onde as mulheres estabeleceram sua conexão com o mundo. Neste território elas estabelecem práticas e relações afetivas que conduzem seus sonhos e suas histórias, num contínuo processo de devir, pois as cidades além da concretude aparente, são espaços produtores de afetos, os quais refletem diretamente sobre a prática daquelas que lá vivem e convivem. Esta pesquisa demonstra que Manaus não é um mero espaço físico, mas ela é sentimental também. Ou seja, produz sentimentos e marcas como as estrias do tempo onde se forjam as identidades próprias de um povo.

Apesar de serem as que mais lidam com as situações práticas do cotidiano da cidade, essa investigação revela inicialmente, que as mulheres não conseguiram entrar no processo de construção de Manaus, sendo preteridas por muito tempo. Apesar de fisicamente presentes, elas foram relegadas a invisibilidade e excluídas da ode e dos processos de tomada de decisão, como reflexo dos preceitos da ordem patriarcal de dominação masculina que estrutura as desigualdades de gênero e a divisão dos papéis nos domínios da vida pública e da vida privada.

Não obstante, apesar de todos os condicionantes para serem mantidas em uma posição de submissão e inferioridade, as mulheres foram, aos poucos, construindo o seu espaço e protagonizando conflitos que, contribuíram para irem se impondo como sujeito da participação social, com vistas à construção da cidade que se quer para todas e todos. Mesmo quando em determinados momentos históricos a participação e as lutas sociais passaram por repressão e retaliação, as mulheres resistiram bravamente. Elas conseguiram furar essa bolha, essa interdição, por meio dos movimentos sociais, transgredindo as fronteiras patriarcais e entrando no processo de construção de Manaus.

Esse estudo revela que as mulheres estabeleceram desvios e rotas de fuga a partir de suas vivências cotidianas constituídas dentro dos espaços da cidade. Elas transgrediram a ordem estabelecida e se posicionaram como sujeitos de direitos frente as vicissitudes da convivência na urbe. Elas são as verdadeiras Icamiabas contemporâneas, que trilham a construção de novos territórios geográficos e existenciais, que constituem uma luta diária, não mais contra bergantins, arcabuzes e espadas, mas contra as mazelas socioeconômicas e estigmas que as lançaram para as periferias da desesperança. As batalhas agora são diárias pelo reconhecimento, pela

moradia, pelo direito à cidade e elas ocorrem nas ruas, nas instâncias governamentais e nos coletivos organizados ou não.

Ainda é possível percebermos que, neste contexto de luta por reconhecimento, as mulheres vão se constituindo como grandes tecelãs da arquitetura concreta e simbólica da cidade de Manaus. Elas desenvolvem estratégias que apontam para a reconstituição de práticas e valores culturais que foram enterradas junto com as memórias desta cidade de cara e alma indígena. Ao longo do tempo a alma indígena de Manaus foi sendo extirpada, virando as costas para o rio e expulsando para as áreas mais periféricas a sua população mais vulnerável.

Assim, ao apresentarmos um pouco das atividades que são desenvolvidas nos movimentos de moradia em Manaus, tendo como eixo principal as relações afetivas que são estabelecidas entre seus membros e que delineiam os territórios transitados pelas mulheres, ficou patente o fato de que as cidades são e continuam sendo espaços com condutas, práticas e universos predominantemente masculinos, porém as mulheres tem se posicionado no sentido de contrapor-se a esse universo. Elas se contrapõem às antigas práticas de exclusão e silenciamento delas no processo de construção da cidade que foram deixadas de lado pelo sistema dominante, em atendimento as cobranças relativas ao capitalismo e ao mundo globalizado.

Na tessitura de sua participação nas lutas urbanas observou-se que as mulheres estabelecem uma relação de pertencimento e identidade com a cidade em que vivem. Por meio dos movimentos sociais elas se reconstituem como mulheres, mães, trabalhadoras e militantes de forma revolucionária, abrindo novas possibilidades para o devir, tecendo por meio de fios simbólicos sua presença na urbe e, assim, interferindo nos rumos da cidade.

Sua entrada no espaço público pela via dos movimentos sociais representa a possibilidade de reconstruir seus sonhos, suas utopias, reescrevendo suas histórias como protagonistas, ao mesmo tempo, que contribuem para desqualificar o discurso que reforça a imagem de uma mulher submissa, frágil e sem condições de assumir os rumos de história.

Ao término deste estudo chegamos à conclusão de que estamos no início de nossa pesquisa, tamanho é o desafio em desvendar como dar-se-á a presença das mulheres na cidade a partir da luta organizativa dos movimentos sociais. Neste processo investigativo surgiram novas provocações, confirmando que o conhecimento é um eterno vir a ser, uma construção inacabada. Não existe conhecimento acabado,

definitivo, mas possibilidades de conhecimento, visões diversas e divergentes sobre um mesmo objeto.

Mas, chegamos até aqui. Não perdemos o foco, a fé e os sonhos. Sonhos que, inicialmente eram individuais e que, no decorrer da pesquisa transpuseram a barreira e transformaram-se em um sonho coletivo, pois os resultados aqui apresentados representam os sonhos de tantas mulheres que se fazem presente nas cidades hoje. São daquelas que me forjaram na vida e daquelas que contribuíam com o seu fazimento constante. São os sonhos das mulheres da minha vida: avós, mãe, irmãs, tias, filhas, sobrinhas, amores e também daquelas que me adotaram no seio da luta popular e me ajudaram a me constituir como pesquisadora: as mulheres do movimento de moradia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGASSIZ, Louis e Elisabeth. Viagem ao Brasil. São Paulo: Edusp, 1975.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ALMEIDA, Rita Heloisa de. **Aldeamento do Carretão segundo seus herdeiros Tapuios: conversas gravadas em 1980 e 1983**. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2003.

ALMEIDA, Rosangela Doin de. **Do desenho ao mapa**. São Paulo: Contexto, 2001.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A poética do devaneio**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 3ª.ed. 2009.

_____. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2001

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 11. Brasília, maio-agosto de 2013.

BARBOSA Ierecê. **Chão de fábrica: Ser mulher operária no Pólo Industrial de Manaus**. Manaus: Ed. Valer, 2007.

BAUDELAIRE, Charles. **As flores do Mal**. Tradução de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **Sobre a Modernidade**. Coleção Leitura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BAUMAN, Zigmund. **Identidade : entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo – fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BENAVENTE, Ana. **Práticas de Mudança e de investigação. Conhecimento e intervenção na escola primária**. Revista Crítica de Ciências Sociais. v.29, Fev. 1990

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Infância em Berlim por volta de 1900. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas II: rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENTES, Norma. **Manaus: realidade e contrastes sociais**. 2ª ed. Manaus: Editora Valer; FAPEAM, 2014.

BERGOGLIO, Jorge. Entrevista concedida a Antonie Mekary e Gelsomino Del Guércio. Trad. Moisés Sbardelotto. Disponível em <https://pt.aleteia.org>. Acesso em 15.03.2022.

BONFIM, Zulmira Aurea Cruz. **Cidade e Afetividade: Estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo**. Fortaleza, CE: Edições UFC, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: **A miséria do mundo**. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRITO, Janderson Lopes. **Interatividade e percepção de si no Daime: uma poética do delírio e do devaneio**. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

CALIÓ, Sônia Alves. **Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP, 1991.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPATO JR., João Adalberto. **Manual de literaturas de língua portuguesa: Portugal, Brasil, África Lusófona e Timor Leste**. Curitiba: CRV, 2016.

CAPRA, Frijof. **O Ponto de Mutação**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Trad. Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001

CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz. A invenção do índio na Amazônia nos relatos da Viagem Filosófica (1783-1792). In CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz e NORONHA, Nelson Matos (org). **A Amazônia dos viajantes: história e ciência**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

CARVAJAL, Gaspar de. Descobrimento do Rio de Orellana. In: **Descobrimientos do Rio das Amazonas**. Tradução: C. de Melo-Leitão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

CASATI, Roberto. **A Descoberta da Sombra**. São Paulo: Cia das Letras, 2001

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. O Poder da Identidade. In: CASTELLS, Manuel. **A era da informação: Economia, sociedade e cultura**. v.2. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHRISTO, Carlos Alberto. **Marcas de Batom**. Revista Caros Amigos, ano V, no 54, p.16-17, setembro, 2001. Disponível em <http://segundo.wordpress.com/2010/11/21/marcas-de-batom-parte-i/>. Acesso em dez. 2021

COSTA, Heloisa Lara Campos da. **As Mulheres e o Poder na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2005.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Trad. Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016.

COSTA, Francisca Deusa Sena. Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana. Dissertação de mestrado: São Paulo, PUC, 1997.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAGOGNET, François. **Bachelard**. Trad. Alberto Campos. Lisboa: Edições 70. 1986.

DANIEL, Padre João. **Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DAOU, Ana Maria. **A cidade, o teatro e o Paiz das Seringueiras. Práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX**. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997.

_____. **Conversações.** Tradução de Peter Pál Pelbart. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio. **Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias.** Rio de Janeiro: Campus, 2003

DIAS, Edineia Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto. Manaus 1890 -1920.** 3ª ed. Manaus: Editora Valer, 2019.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas na esfera local de governo.** Revista O&S, nº 14, jan-abril, 1999.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa.** São Paulo: Elefante Editora, 2017.

FONSECA, Denise Pini Rosalem. Cultura e sustentabilidade: uma conversa inicial In: **O social em questão-cultura e sustentabilidade.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RJ. Rio de Janeiro: Volume 10, Número 10, Anos VII, 2003.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Católica Pós-Sinodal Querida Amazônia.** Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2019.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Barés, Manaós e Tarumãs. In: PINHEIRO, Geraldo Sá Peixoto (Org.). **História em novos cenários.** Revista Amazônia em Cadernos. Números 02/03, Manaus: Museu Amazônico.1993.

_____. Roda de depoimentos 03. In: RICARDO, Beto e ANTOGIOVANNI , Marina. **Visões do Rio Negro: construindo uma rede socioambiental na maior bacia de águas pretas do mundo.** São Paulo: Instituto Sócioambiental,2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FREITAS, Ana Lúcia de Souza. Utopia. In: **Dicionário Paulo Freire.**2ª Ed. São Paulo: Autêntica, 2018.

_____. **Pedagogia da conscientização: um legado de Paulo Freire à formação de professores.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

FREITAS, Cesar Gomes. **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul – Acre.** Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, MS, 2008.

FREUD, S. **A Interpretação dos Sonhos.** V. IV, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, 2019.

FILGUEIRAS, Aldísio. **Manaus, as muitas cidades**. Manaus: Edição do autor, 1994.

FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. Tradução Araújo Nabuco. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

FONSECA, Denise Pini Rosalem. Cultura e sustentabilidade: uma conversa inicial In: **O social em questão-cultura e sustentabilidade**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RJ. Rio de Janeiro: Volume 10, Número 10, Anos VII, 2003

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Projeto Sonho Possível: formação permanente do educador. In: **Sonho Possível**. Revista de Educação Popular. Canoas: Centro Universitário La Salle; NUPEP, v.1, n.1, p.16-20, abr. 2000.

GADEA, Carlos Antonio. **Breves contribuições da crítica pós-moderna para a análise dos movimentos sociais**. Ciências Sociais Unisinos, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93841301>. Acesso em 28 de junho de 2022.

GALEANO, Eduardo. **As palavras andantes**. Rio de Janeiro, L & PM, 1994.

GIDDENS, Antony. **As consequências da Modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta por moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2ª ed. Manaus: Ed. Valer, 2007.

GORELIK, Adrián. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. In: MIRANDA, Wander Melo (Ed.). **Narrativas da modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GROBE, Cristiana Maria Petersen. **Manaus e seus igarapés: A construção da cidade e suas representações (1880-1915)**. Dissertação de Mestrado em História Social defendida no Programa de Pós Graduação em História. 2014.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HALL, Stuart. **Da Diáspora Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HATOUM, Milton. **Órfãos do Eldorado**. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

Heller Agnes. **O cotidiano e a história**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra; 2004.

HOLANDA, Yomarley Lopes de. **O artista-andarilho da Amazônia e o florescer de sua práxis-poiesis na festa popular**. Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2019.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Rio de Janeiro, Vozes, 2015.

JECUPÉ, Kaká Werá. Entrevista concedida ao Jornal da Universidade do Rio Grande do Sul em 20 de novembro de 2020. Disponível em <https://www.ufrgs.br/jornal/kaka-wera-jecupe-a-sociedade-nao-esta-conseguindo-dormir-quanto-mais-sonhar/>. Acesso em 03 de maio de 2022.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 2004.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Tradução de Maria Luíza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis, RJ. Vozes, 2000.

KERGOAT, Danièle. **Lutar, dizem elas**. Tradução de Eliana Aguiar. Recife: SOS Corpo, 2018.

KRENAK, Ailton. **Paisagens, territórios e pressão colonial**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 327-343, jul./dez. 2015.

_____. **Não somos uma nação**. Entrevista concedida a Juremir Machado da Silva. Correio do Povo. 22.11.2020. Disponível em <https://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/entrevistacomailtonkrenak1.524763>. Acesso em 12 de março de 2022.

_____. Entrevista concedida ao Jornal Estado de Minas em 03.04.2020. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2020/04/03/interna_pensar,1135082/. Acesso em 03 de maio de 2022.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo nas ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: 2005. Disponível

em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>> Acesso em: 20 de março de 2022.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Espaço e política**. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **A Re-produção das relações de produção**. Porto: Edições Escorpião, 1973.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La Production de l'espace*. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão início – fev. 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **A conversão semiótica na arte e na cultura**. Belém: EDUFPA, 2007.

MAFFESOLI, Michel. **A parte do diabo: resumo da subversão pós-moderna**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **A pós-modernidade se orienta para algo de anarquista**. Trad. Ana Tais Martins Portanova Barros. Revista Em Questão. nº 02, vol. 19, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. 2013.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGUÉL, Ramon (Org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MARCOY, Paul. **Viagem pelo Rio Amazonas**. Tradução de Antonio Porro. Manaus: EDUA, 2006.

MARINHO, José Lino do Nascimento. **O simbólico e o imaginário nas memórias dos seringueiros do Médio Solimões, Amazonas: causos, cantorias e saraus no coração da selva**. Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2017.

MATOS, Maria Isilda Santos de. **Na trama urbana: do público, do privado e do íntimo**. Projeto História. v.13. São Paulo, 1996

MELLO, Thiago de. **Manaus, amor e memória**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MESQUITA, Otoni. **Manaus: História e Arquitetura 1852-1910**. Manaus: EDUA, 1997.

MORIN, Edgar. **O Método 1, 2, 3, 4 (Coleção)**. Editora Sulina, 2005.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOSCOVICI, Sérgio. **A Psicanálise, sua imagem e seu público**. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2012.

NERY, Barão Santa-Anna De. O País das Amazonas. São Paulo: Itatiaia, 1979.

OLIVEIRA, José Aldemir de. SCHOR, Tatiana. Manaus, transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, Edna. (Org.) **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. **A cidade dura e doce em excesso. Manaus: 1920 à 1967**. Editora Valer, Manaus, 2003.

_____. **Crônicas de Manaus**. Editora Valer, Manaus, 2011.

_____. **Crônicas de minha (c)idade**. Rio de Janeiro: Carta Capital, 2017.

_____. **Palafitas e Casas Flutuantes**. Documentário Habitar. 2013. Disponível em <https://vimeo.com/80020367>. Acesso em 11 de fevereiro de 2022.

PARK, Robert Ezra. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1987.

PENAFIEL, Carlos. Discurso de 30 de setembro de 1918. In: BRASIL. **Documentos Parlamentares**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, v. 1, 1989.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história. Operários, mulheres e prisioneiros**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. O trabalho das mulheres. In: **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 8, nº16, 1995.

_____. Entre práticas e representações. A cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, PECHMAN, Robert (orgs.) **Cidade, povo, nação. Gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1998.

_____. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História. Vol.27. nº 53. ANPUH. 2007.

PINTO, Renan Freitas. **A viagem das ideias**. Revista Estudos Avançados 19, nº 53, São Paulo: USP, 2005.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez, 2008.

_____. **Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco**. Revista Estudos Feministas. Vol. 6, nº 02, 1998.

PLATÃO. **República**. Brasília: Editora UnB, 2000.

POE, Edgard Alan. **Poemas e Ensaios**. Trad. Oscar Mendes e Milton Amado. São Paulo: Globo, 1987

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Coléccion Sur Sur. CLACSO, Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina, setembro de 2005. Disponível em : <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acesso em 22 de março de 2022.

RAGO, Luzia Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções de subjetividade**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2018.

_____. **Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **As marcas da pantera, 25 anos depois**. Cadernos de História da Educação. v. 19, p. 319-334, 2020.

_____. Ser mulher no século XXI ou carta de alforria. In: _____ VENTURI, Gustavo. RECAMÁN, Marisol. OLIVEIRA, Suely de.(Orgs.) **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1º edição – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto.1997.

REIS FILHO, Milton Melo dos. **Memória do operariado amazonense: a festa como constructo e expressão da subjetividade operária**. Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus,2013.

RICARDO, Beto e ANTOGIOVANNI, Marina. **Visões do Rio Negro: construindo uma rede socioambiental na maior bacia de águas pretas do mundo**. São Paulo: Instituto Sócioambiental,2008.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. Porto: Rés, 1983.

ROLNIK, Raquel. **10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo**. Publicado em 10.07.2021. Disponível em < raquelrolnik.files.wordpress.com>. Acesso em 25 de jan.2022.

ROSSI, Paolo. O passado, a memória, o esquecimento. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SADE, Christian; KASTRUP, Virgínia. **Atenção a si: da auto-observação à autoprodução**. Estudos de Psicologia, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 139-146, maio/ago. 2011.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFIOTTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna Ltda.1998.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo,2011.

SALES, Alessandra do Amaral. **Movimento Orquídeas: a mulher como sujeitos coletivos na luta por moradia em Manaus**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social.. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, AM, 2015.

SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). **O fim do silêncio – presença negra na Amazônia**. Belém: Açaí / CNPq, 2011.

SARDENBERG, M. B. Cecília. **Conceituando Emporeamento na Perspectiva Feminista**. Bahia: NEIM /UFBA,2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. 2ª Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **A urbanização desigual**. 2ª ed. Vozes, Petrópolis, 1982.

SANTOS, Fabiane Vinente. **Filhas de Eva no País das Amazonas: gênero, sexualidade e condição feminina nos jornais de Manaus (1890- 1915)**. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus. 2007.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **História do Amazonas**. Rio de Janeiro: MEMVAVMEM, 2010.

SANTOS, Regina Bega. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SAWAIA, Bader Burihan. **Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social**. Revista Psicologia & Sociedade. São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo,2009.

SCHERER, Elenise Faria. **Baixas nas carteiras: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus**. Manaus: EDUA, 2005.

_____. Vulnerabilidade social na cidade de Manaus: o avesso do progresso. In: SCHERER, Elenise (Org.). **Questão Social na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2009.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Traduzido por Christina Rufino Dubat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

SELVIP. **Impulsionando la vía urbana em el alba de los pueblos por su liberacion**. Caracas: Fundacion Rosa Luxemburg, 2013.

SILVA, Juremir Machado da. **Minha Manaus imaginária: visão pessoal de uma cidade única**. Crônica publicada no Jornal Correio do Povo em 06.05.2019.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1973.

SITOIE, Carlitos Luis. **Percepção e cultura através da sombra no povoado de Aqui (Moçambique) e na cidade de Macapá (Brasil)**. Tese de Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

SPINDEL, Cheywa Rojza (1987). **Formação de um novo proletariado: as operárias do Distrito Industrial de Manaus**. In: Revista brasileira de estudos de população. São Paulo: Vol. 4, n. 2, Jul-Dez/87.

SPINOZA, Baruch de. **Ética**. Trad. Tomas Tadeu, 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890- 1920)**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1987.

SOUZA, Leno Barata. **Cidade Flutuante: uma Manaus sobre as águas**. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 8, n. 2, p. 115–146, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

TELLES, Vera da Silva. **Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt**. Tempo Social, v. 2, n. 1, jan. 1990.

_____. No fio da navalha: entre carências e direitos: notas a propósito dos programas de Renda Mínima no Brasil. In: **Programas de Renda Mínima no Brasil: impactos e potencialidades**. São Paulo, Polis, 1998

TOCANTINS, Leandro. **O Rio Comanda a Vida**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TORRES, Iraildes Caldas. **As Novas Amazônidas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

_____. A transfiguração do sujeito e o contemporâneo de dessubjetivação. In: TORRES, Iraildes Caldas; COSTA, Willas Dias (Org.). **A Construção da Homossexualidade: expressão do sujeito, protagonismo e ambiente escolar**. Manaus: EDUA, 2014.

_____. **O ethos das mulheres da floresta**. Manaus: Editora Valer, 2012.

_____. SANTOS, Fabiana Vinente dos. **Intersecção de gênero na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2011.

_____. (Org.). **As malhas do trabalho e da economia solidária no Brasil**. Manaus: EDUA, 2010.

_____. **O contemporâneo e o novo coletivo de mulheres**. Revista Ser Social. V.22.n.47, julho-dez.2020.

TUAN, Yi Fu. Topofilia. **Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

UGARTE, Auxiliomar Silva. Margens míticas: A Amazônia no imaginário europeu do século XVI. In: PRIORE, Mary Del & GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Os Senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

VERARDO, Luigi. Construindo autogestão e parceria solidária. In: MELLO, Sylvia Leser de (Org). **Economia Solidária e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOLUSP, ITCP-USP, PW, 2005.

VIEIRA, Ivânia Maria Carneiro. **O discurso operário e o espaço da fala da mulher. Um estudo sobre o Linha de Montagem**. Manaus: Editora Valer, 2002.

_____. **Lugar de mulher: a participação da indígena nos movimentos feministas e indígenas do estado do Amazonas**. Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

